



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS - IFG
CÂMPUS ANÁPOLIS**



NARA GISELE DUARTE SILVA

**SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA- UM ESTUDO NO CURSO TÉCNICO EM MEIO
AMBIENTE SUBSEQUENTE DO IFPA- CAMPUS PARAUAPEBAS/PA**

Anápolis

2024

NARA GISELE DUARTE SILVA

**SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA- UM ESTUDO NO CURSO TÉCNICO EM MEIO
AMBIENTE SUBSEQUENTE DO IFPA- CAMPUS PARAUAPEBAS/PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do Instituto Federal de Goiás – IFG, Campus Anápolis, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob a orientação da Profa. Dra. Waléria Batista da Silva Vaz Mendes.

Área de Concentração: Educação Profissional e Tecnológica - EPT.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica - EPT.

Anápolis

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586 Silva, Nara Gisele Duarte Silva
Sujeitos da educação de jovens e adultos na educação profissional e tecnológica- um estudo no curso técnico em meio ambiente subsequente do IFPA- Campus Parauapebas/Pa. / Nara Gisele Duarte Silva. Anápolis - GO, 2024.
156 f.

Orientadora: Dra. Waléria Batista da Silva Vaz Mendes

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás: Campus Anápolis, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, 2024.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Educação Profissional e Tecnológica. 3. Êxito Escolar. 4. Ensino. 5. Produto educacional. I. Título

CDD 374

Catalogação na publicação:
Suzane Gonçalves Duarte Peixoto CRB 1/2746

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

NARA GISELE DUARTE SILVA

**SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA- UM ESTUDO NO CURSO TÉCNICO EM MEIO
AMBIENTE SUBSEQUENTE DO IFPA- CAMPUS PARAUAPEBAS - PA**

Dissertação apresentada à Banca de Examinadora de Defesa de Mestrado, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), ofertado pelo Campus Anápolis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Dissertação aprovada em 30 de abril de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Waléria Batista da Silva Vaz Mendes - ProfEPT/IFG
Presidente da Banca Examinadora/Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Alessandro Silva de Oliveira - ProfEPT/IFG
Avaliador Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Profa. Dra. Josiane dos Santos Lima - IFG
Avaliador Externo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Giovani Vilmar Comerlatto – IFG
Avaliador Externo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

NARA GISELE DUARTE SILVA

Manual da Assistência Estudantil: entendendo os auxílios

Produto Educacional apresentado à Banca de Examinadora de Defesa de Mestrado, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

Produto Educacional validado e aprovado em 30 de abril de 2024.

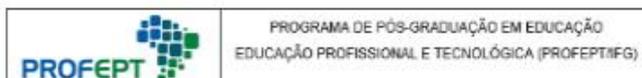
BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Waléria Batista da Silva Vaz Mendes - ProfEPT/IFG
Presidente da Banca Examinadora/Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Alessandro Silva de Oliveira - ProfEPT/IFG
Avaliador Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Profa. Dra. Josiane dos Santos Lima - IFG
Avaliador Externo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Giovani Vilmar Comerlato – IFG
Avaliador Externo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO E VALIDAÇÃO DE PRODUTO EDUCACIONAL
(Modalidade da Sessão: Webconferência)

No dia 30 (trinta) do mês de abril do ano de 2024, às 09 horas, no programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProFEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) - Câmpus Anápolis, por meio de webconferência, deu-se a Defesa da Dissertação de Mestrado "**Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional e Tecnológica - Um estudo no Curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente do IFPA - Câmpus Parauapebas**" e do Produto Educacional "**Manual da Assistência Estudantil – entendendo os auxílios**", de autoria de **Nara Gisele Duarte Silva**, como requisito para a conclusão do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

Sob a presidência da Orientadora e Presidente da Banca, **Profa. Dra. Waléria Batista da Silva Vaz Mendes** - IFG/ProFEPT, a Banca Examinadora teve como Avaliador Interno o **Prof. Dr. Alessandro Silva de Oliveira** - IFG/ProFEPT e como Avaliadores Externos a **Profa. Dra. Josiane dos Santos Lima** - IFG/Câmpus Aparecida de Goiânia e **Prof. Dr. Giovanni Vilmar Comerlatto** - IFG/Câmpus Aparecida de Goiânia.

Em sessão pública, após a apresentação da pesquisa e dos seus resultados, assim como a Defesa da Dissertação e do Produto Educacional pela mestranda, os integrantes da Banca Examinadora fizeram as suas arguições, considerações e avaliações. Depois de se reunir em sala separada para avaliação e deliberação, a Banca Examinadora retornou à sala de Defesa pública para a proclamação do resultado. Assim, em conformidade com o Regulamento do ProFEPT e o Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu do Instituto Federal de Goiás (IFG), a Banca Examinadora manifestou-se pela **APROVAÇÃO** da Dissertação e do Produto Educacional de **Nara Gisele Duarte Silva**.

Anápolis - GO, 30 de abril de 2024.

Documento assinado eletronicamente por:

1. Profa. Dra. Waleria Batista da Silva Vaz Mendes - Orientadora e Presidente da Banca
2. Prof. Dr. Alessandro Silva de Oliveira - IFG/ProFEPT
3. Profa. Dra. Josiane dos Santos Lima - IFG/Câmpus Aparecida de Goiânia
4. Prof. Dr. Giovanni Vilmar Comerlatto - IFG/Câmpus Aparecida de Goiânia
5. Nara Gisele Duarte Silva - Discente/ProFEPT

Documento assinado eletronicamente por:

- Nara Gisele Duarte Silva, 20211060150189 - Discente, em 21/10/2024 11:37:18.
- Josiane dos Santos Lima, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 17/10/2024 19:11:10.
- Alessandro Silva de Oliveira, COORDENADOR(A) DE CURSO - FUC1 - ANA-MPEPT, em 15/06/2024 16:29:25.
- Giovanni Vilmar Comerlatto, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 12/06/2024 16:52:20.
- Waleria Batista da Silva Vaz Mendes, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 10/06/2024 14:28:19.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 29/05/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 534345
Código de Autenticação: e47a1c4b9a



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO
NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Nara Gisele Duarte Silva

Matrícula: 20211060150189

Título do Trabalho: Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos na Educação

Profissional e Tecnológica - Um estudo no Curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente do IFPA – Campus Parauapebas.

Autorização - Marque uma das opções

- Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
- Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ___/___/___ (Embargo);
- Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2** ou **3**, marque a justificativa:

- O documento está sujeito a registro de patente.
 O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
 Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Anápolis, 10/06/2024.

Nara Gisele Duarte Silva

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Dedico esta conquista e minha eterna gratidão à minha família e amigos.
Em especial, aos meus amados pais, **Domingas Duarte da Silva** e **Antonio Vieira da Silva**.
Aos meus queridos irmãos **Márcio, Antonio Paulo, Sílvio, Carlos Eugênio e Sávio**.
Ao meu amado esposo, **Antonio Francisco Sousa Silva**.
Aos meus queridos filhos, **Felipe Antonio e Sara Christina**.
Aos meus colegas de trabalho e do Mestrado.
E a todos os docentes, que buscam incansavelmente inovar sua prática de ensino.
Nada disso teria sentido sem vocês!

AGRADECIMENTOS

Diante de muitos desafios e em meio a um tratamento, que para muitos pode ser cruel, ingressei no mestrado e hoje tenho muitos motivos para agradecer. A gratidão sempre será uma dádiva de Deus e não há palavras que expressem a quão grata sou por todos que, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste sonho, sem os quais não teria alento para continuar diante de todas as dificuldades encontradas no caminho.

Primeiramente, agradeço a Deus, pelo dom da vida, por me auxiliar, abençoar, cuidar, dar discernimento e colocar pessoas tão queridas ao meu lado.

Agradeço a minha família, meu porto seguro. A minha mãe, Domingas Duarte, meu pai, Antonio Vieira, meus filhos Felipe Antonio e Sara Christina, que sempre estiveram comigo, em todos os momentos, apoiando. Ao meu esposo, Antonio Francisco pelo apoio incondicional e crucial nos momentos mais difíceis, obrigado pela sua paciência divina e amor gigantesco. Eu, sou muito grata, principalmente, por me ajudar e entender minha ausência para os estudos, entre idas e vindas até a cidade de Goiânia, as noites sem dormir e nos desabafos.

Em especial, à minha Orientadora Waléria Batista, ser de luz, que no último momento aceitou me orientar, segurando minha mão, esteve sempre me motivando, auxiliando, de forma paciente. Você foi mais que uma orientadora para mim. Muito obrigada!

Ao Coordenador do curso, Professor Alessandro de Oliveira, pela cordialidade e apreço sem medidas dedicados a mim e à minha pesquisa, pois foi compreensivo e colaborativo nos momentos mais obscuros desta caminhada.

Às minhas amigas, sou abençoada por Deus por ele ter colocado pessoas generosas no meu caminho, que estenderam a mão quando mais necessitei. Muito obrigada Gisely, Milena e Kelly por estarem sempre à disposição.

A todos os colegas das turmas 2021 e 2022, que tive o privilégio de conhecer, meu muito obrigado por tudo.

Por fim e, não de menor importância, obrigada a todos os professores do Mestrado em ProfEPT, todo o conhecimento transmitido serviu de base para a construção e realização desta dissertação.

Um forte abraço a todos e a todas!

A educação não transforma o mundo.
A educação muda as pessoas.
As pessoas transformam o mundo.
(Paulo Freire, 2000)

RESUMO

A presente dissertação investiga a presença de sujeitos advindos da Educação de Jovens e Adultos na educação profissional e tecnológica, especificamente, no Curso de Técnico em Meio Ambiente Subsequente, do Instituto Federal do Pará (IFPA), Campus Parauapebas. Guiada pelas questões: Quem são os sujeitos egressos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), que ingressaram na educação profissional? Em quais aspectos o Curso Técnico em Meio Ambiente - Subsequente - do IFPA, Campus Parauapebas, tem contribuído para permanência e êxito desses estudantes? Objetivou-se neste estudo investigar os estudantes, oriundos da EJA e ENCCEJA, que ingressaram no curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente e como o IFPA contribuiu para permanência e êxito escolar, visando a formação humana integral e à efetivação do direito social à educação e continuidade dos estudos. Como aporte metodológico selecionamos como modalidade de pesquisa a bibliográfica e documental. Para isso, o estudo está estruturado a partir da pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória, fundamentando-se nas discussões e aportes teóricos sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com os principais autores Gusmão (2021), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005). No campo dos estudos sobre a política pública da EJA, são reconhecidas também as contribuições de estudiosos e de pesquisadores, tais como: Souza (2007), Vieira e Farias (2011), Freire (1996), Arroyo (2006). Para subsidiar o tema sobre o ENCCEJA foi utilizado texto de Catelli Junior, Gisi e Serrão (2013), além de documentos normativos relacionados ao exame. Analisando essas políticas, torna-se possível a compreensão a respeito das contribuições ao sistema de ensino e no percurso educacional desses indivíduos. Para melhor compreensão da permanência e o êxito escolar dos jovens e adultos, em contextos educacionais, destacamos as contribuições teóricas de Gerson Carmo (2016). A análise e representação dos dados foi realizada através de quadros e gráficos, com o uso do Programa Excel. Os resultados revelaram a importância do acesso à educação profissional e tecnológica, dando visibilidade ao estudante oriundo da EJA e do ENCCEJA no percurso do ensino técnico, mesmo diante de tantas dificuldades a metade dos estudantes avançaram e concluíram o curso. Destacamos a importância de políticas educacionais assistenciais para atender às necessidades desses grupos. O resultante deste processo, além da própria pesquisa e elaboração científica, foi a construção de um produto pedagógico materializado em um manual digital, denominado “Manual da Assistência Estudantil: entendendo os auxílios”, tornando-se um instrumento que proporciona a ampliação da divulgação dos auxílios ofertados aos estudantes, que contribui para a permanência e êxito escolar. O desenvolvimento do produto educacional foi idealizado a partir dos resultados da pesquisa.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional e Tecnológica. Êxito Escolar. Ensino. Produto educacional.

ABSTRACT

This dissertation investigates the presence of subjects coming from Youth and Adult Education in professional and technological education, specifically, in the Subsequent Environmental Technician Course, at the Federal Institute of Pará (IFPA), Campus Parauapebas. Guided by the questions: Who are the subjects who graduated from Youth and Adult Education (EJA) and the National Examination for Certification of Youth and Adult Skills (ENCCEJA), who entered professional education? In what aspects has the Environmental Technical Course - Subsequent - at IFPA, Parauapebas Campus, contributed to the retention and success of these students? The aim of this study was to investigate the students, from EJA and ENCCEJA, who entered the Subsequent Environmental Technician course and how IFPA contributed to their permanence and academic success, aiming at integral human formation and the realization of the social right to education and continuity. of studies. As a methodological contribution, we selected bibliographic and documentary research as a method of research. To this end, the study is structured based on bibliographical research, descriptive and exploratory, based on discussions and theoretical contributions about Professional and Technological Education (EPT) with the main authors Gusmão (2021), Frigotto, Ciavatta and Ramos (2005). In the field of studies on EJA public policy, the contributions of scholars and researchers are also recognized, such as: Souza (2007), Vieira and Farias (2011), Freire (1996), Arroyo (2006). To support the topic about ENCCEJA, a text by Catelli Junior, Gisi and Serrão (2013) was used, in addition to normative documents related to the exam. By analyzing these policies, it becomes possible to understand the contributions to the education system and the educational path of these individuals. To better understand the academic retention and success of young people and adults, in educational contexts, we highlight the theoretical contributions of Gerson Carmo (2016). Data analysis and representation was carried out through tables and graphs, using the Excel Program. The results revealed the importance of access to professional and technological education, giving visibility to students from EJA and ENCCEJA in the technical education journey, even in the face of so many difficulties, half of the students progressed and completed the course. We highlight the importance of educational assistance policies to meet the needs of these groups. The result of this process, in addition to the research and scientific elaboration itself, was the construction of a pedagogical product materialized in a digital manual, called “Student Assistance Manual: understanding aids”, becoming an instrument that provides the expansion of dissemination of aid offered to students, which contributes to academic retention and success. The development of the educational product was designed based on the research results.

Keywords: Youth and Adult Education. Professional and Technological Education. School Success. Teaching. Educational product.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – EPT no Brasil.....	24
Figura 2 - Instituições de Ensino Federais.....	27
Figura 3 - Área de abrangência do IFPA Campus Parauapebas.....	36
Figura 4 - IFPA - Campus Parauapebas.....	40
Figura 5 - Projeto Palestras sobre o descarte.....	51
Figura 6 - Projeto horta suspensa.....	51
Figura 7 - Componentes Curriculares e síntese da Matriz.....	52
Figura 8 - Laboratório de Ciências Ambientais.....	54
Figura 9 – Situação dos matriculados em cursos técnicos entre 2018 a 2021 segundo Tipo de Oferta – em termos absolutos e percentual.....	59
Figura 10 - Como o sistema educacional é estruturado no Brasil.....	66
Figura 11 - Etapas e modalidades de ensino.....	66
Figura 12 - Estratégias de Intervenção Evasão e Retenção/Permanência e Êxito.....	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Representação gráfica dos componentes de formação do curso técnico em Meio Ambiente.....	53
Gráfico 2 - Êxito Escolar dos alunos concluintes do curso TMAS/IFPA – Campus Parauapebas (EJA/ENCCEJA).....	87
Gráfico 3 - Faixa etária dos alunos concluintes do curso TMAS IFPA – Campus Parauapebas (EJA/ENCCEJA).....	94
Gráfico 4 - Cor/ Raça dos alunos concluintes do curso TMAS - IFPA – Campus Parauapebas (EJA/ENCCEJA).....	95
Gráfico 5 - Renda Per capita dos alunos concluintes do curso TMAS.....	96
Gráfico 6 – Forma de Ingresso dos candidatos, egressos da EJA/ENCCEJA, aprovados no Curso TMAS.....	97
Gráfico 7 - Estudantes contemplados com o auxílio estudantil.....	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Linha do tempo dos marcos importantes para a EPT no Brasil.....	25
Quadro 2 – Relação de cursos do IFPA – Campus Parauapebas (2024).....	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índices de Evasão, Permanência e Êxito no curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente IFPA – Campus Parauapebas/Estudantes EJA/ENCCEJA.....	86
Tabela 2 - Índices de Evasão, Permanência e Êxito no curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente IFPA – Campus Parauapebas/Estudantes ENCCEJA.....	87
Tabela 3 - Gênero dos alunos concluintes do curso TMAS IFPA – Campus Parauapebas (EJA/ENCCEJA).....	94
Tabela 4 – Forma de ingresso dos candidatos, egressos da EJA/ENCCEJA, aprovados no Curso TMAS.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

AC – Ampla Concorrência

ACT – Acordo de Cooperação Técnica

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEB - Câmara de Educação Básica

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CERTIFIC - Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

CESGRANRIO - Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio

CF - Constituição Federal

CNCT - Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONSUP - Conselho Superior

COVID - Coronavírus

EAD - Educação à Distância

EAFMB - Escola Agrotécnica Federal de Marabá

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENADE - Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior

ENC - Exame Nacional de Cursos

ENCCEJA Exame Nacional para a Certificação de Competências de Jovens e Adultos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

ETFPA - Escola Técnica Federal do Pará

FIC - Formação Inicial e Continuada

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IFs - Institutos Federais

IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

IFG - Instituto Federal do Goiás

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IVS - Índice de Vulnerabilidade Social

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

NAPNE - Núcleo de Apoio à Pessoas com Necessidades Específicas

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PIB - Produto Interno Bruto

PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Plano Nacional de Educação

PROEJA - Programa de Educação Profissional na Modalidade de Jovens e Adultos

PROFEPT - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SABEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SECTET - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

PCD - Pessoa com Deficiência

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PDC - Plano de Desenvolvimento do Campus

PPC - Projeto Pedagógico do Curso

PPI - Projeto Pedagógico Institucional

PPP - Projeto Político Pedagógico do Instituto Federal do Pará

ReDi IFG -Repositório Digital do Instituto Federal de Goiás

RFEPT - Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SAE - Setor de Assistência Estudantil

SECTET - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica

SICTI - Seminário de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação

SIANES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

TAE - Técnicos Administrativo em Educação

TCC - Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso

TMAS - Técnico em Meio Ambiente Subsequente

UNE - União Nacional do Estudantes

UNESCO - Órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL – DAS ESCOLAS DE APRENDIZES E ARTÍFICES AOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO.....	24
1.1 CRIAÇÃO E EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO	28
1.2 CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARÁ (CEFET-PA)	30
1.3 INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ: BREVE HISTÓRICO	31
1.3.1 Abrangência geográfica da atuação acadêmica.....	34
1.3.2 O Ensino Técnico Subsequente	37
1.4 CAMPUS PARAUPEBAS: UMA INSTITUIÇÃO EM EXPANSÃO.....	38
1.4.1 Atuação da equipe multiprofissional	42
1.4.2 Políticas de acesso e permanência	43
1.4.2.1 Reservas de vagas pelo sistema de cotas no Ensino Técnico no IFPA.....	44
1.4.2.2 Assistência Estudantil no IFPA Campus Parauapebas.....	45
1.4.3 Impacto no desenvolvimento da região	48
1.4.4 O Curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente no Campus Parauapebas	49
1.4.4.1 Perfil Profissional do Técnico em Meio Ambiente	50
1.4.4.2 Itinerário Formativo	52
1.4.5 Covid -19 como responsável pela evasão e abandono escolar	57
1.4.6 A importância das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no ambiente educacional como ferramenta ao estímulo de permanência e conclusão do ensino básico..	60
2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL.....	62
2.1 CONCEPÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS	62
2.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	63
2.2.1 A Educação Básica e sua importância para os Jovens e Adultos.....	65
2.2.2 A LDB e o sistema educacional para jovens e adultos	67
2.2.3 Retrocesso e estagnação na EJA - EPT	69
2.3 OS EXAMES AVALIATIVOS PARA PROMOÇÃO ESCOLAR NO BRASIL.....	72
2.3.1 ENCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos	

.....	73
3 PERCURSO METODOLÓGICO	77
3.1 LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA	77
3.2 POPULAÇÃO ESTUDADA	77
3.3 UNIVERSO DA PESQUISA	77
3.4 COLETA DE DADOS	78
3.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	78
4 ANÁLISE - RESULTADOS E DISCUSSÕES	80
4.1 UM OLHAR AOS ALUNOS ADVINDOS DO ENCCEJA E DA EJA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	81
4.2 TRAJETÓRIAS DIVERSIFICADAS E EXPECTATIVAS COM A FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL	82
4.3 DESAFIOS E ADAPTAÇÃO AO AMBIENTE ACADÊMICO	83
4.4 ÍNDICES DE EVASÃO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ALUNOS ORIUNDOS DA EJA E DO ENCCEJA NO CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE DO IFPA CAMPUS PARAUPEBAS	86
4.4.1 Permanência e êxito escolar de Jovens e Adultos.....	88
4.4.1.1 Permanência, Persistência e Senso de pertencimento.....	91
4.5 PERFIL SOCIECONÔMICO E DEMOGRÁFICO DOS ALUNOS CONCLUINTES.....	93
4.6 ESTUDANTES CONTEMPLADOS COM O AUXÍLIO ESTUDANTIL.....	97
5 PRODUTO EDUCACIONAL.....	99
5.1 ELABORAÇÃO E DESCRIÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	99
5.2 O MANUAL COM BASE NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPA.....	101
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL.....	117

INTRODUÇÃO

Este estudo faz parte do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Campus Anápolis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica de Goiás (IFG), na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e tem como propósito investigar os sujeitos egressos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que ingressaram na Educação Profissional e Tecnológica no Curso Técnico em Meio Ambiente – Subsequente – do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Campus Parauapebas, e como o curso tem contribuído para permanência e êxito escolar. A análise do perfil e o percurso, até a conclusão do ciclo, desses estudantes se torna fundamental para promover práticas educacionais mais inclusivas e eficazes, além de contribuir para o desenvolvimento de políticas educacionais voltadas para a diversidade de perfis.

O retorno desses adultos à sala de aula, muitas vezes, após longos períodos afastados do ambiente educacional formal, é marcado por desafios significativos. A adaptação ao ritmo de estudos, a atualização de conhecimentos defasados e a conciliação com responsabilidades pessoais e profissionais são apenas algumas das barreiras enfrentadas por esses estudantes. Esses desafios são ainda mais complexos quando os alunos optam por ingressar em cursos técnicos subsequentes, que demandam habilidades específicas e um nível avançado de conhecimento teórico e prático.

Uma das inquietações que concorreram para a definição do tema e problema dessa pesquisa refere-se a invisibilidade dos sujeitos que concluem seus estudos por meio do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e pelos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, que na maioria não tiveram acesso a todo o conjunto de oportunidades oferecidas aos estudantes regulares, tais como programas de formação técnica e superior, por exemplo. No entanto, há iniciativas positivas que têm contribuído para ampliação de oportunidades, como o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) que se tornou certificador para o ensino médio através do ENCCEJA. Dessa forma, os egressos do exame podem optar por receber o certificado de conclusão do ensino médio diretamente do Instituto Federal, o que lhes permite acessar às mesmas oportunidades de formação e capacitação profissional que os estudantes regulares.

Os cursos técnicos subsequentes, ofertados pelo IFPA, Campus Parauapebas, representam uma oportunidade importante para o acesso à educação de qualidade, formação profissional e o desenvolvimento pessoal. Entretanto, é fundamental compreender o perfil e a

forma de ingresso até o êxito escolar, especialmente, daqueles provenientes do ENCCEJA e da EJA, a fim de oferecer o suporte necessário para que alcancem o sucesso em seus estudos.

Os cursos técnicos na modalidade subsequente correspondem uma modalidade pós-médio, voltada aos estudantes que concluíram o ensino médio, a sua inserção pode ser através de testes seletivos realizados anualmente, exigidos para a admissão dos novos alunos, provas escritas individuais e de acordo com as notas, selecionadas. Atualmente, a seleção ocorre por meio de análise curricular do histórico escolar. Assim, ao entender o perfil desses estudantes, que enfrentam vários obstáculos ao longo do caminho, é possível o desenvolvimento de políticas educacionais mais inclusivas e práticas pedagógicas mais eficazes, que atendam às necessidades específicas desse público e promovam a igualdade de oportunidades no acesso à educação e ao mercado de trabalho.

Tendo início no ano de 2002, com o propósito de avaliar “competências, habilidades e saberes de jovens e adultos” (Brasil, 2023), foi criado o ENCCEJA, através da portaria n.º 2.270, 14 de agosto de 2022, do Ministério da Educação (Catelli Júnior; Gisi; Serrao, 2013). Em 2022, o ENCCEJA completou 20 anos de existência sendo administrado e executado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), associado as secretarias dos estados e municípios e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que instituem o Termo de Adesão do ENCCEJA.

Foi escolhido, como lócus de pesquisa, o Instituto Federal do Pará, Campus Parauapebas, e duas unidades que funcionam em Acordo de Cooperação Técnica nos municípios de Canaã dos Carajás - pela celebração de Convênio entre a Prefeitura Municipal e Xinguaara mediante convênio celebrado com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (SECTET) para Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na modalidade Subsequente ao Ensino Médio.

A motivação se deu por três aspectos: primeiro, por ser o local de trabalho da pesquisadora e facilidade no acesso dos dados; segundo por ter atuado no atendimento a esse público de 2017 a 2021, na Secretaria Acadêmica, responsável pela certificação do ENCCEJA – Campus Parauapebas, respondendo pelas demandas da emissão dos certificados e pela habilitação de matrícula dos ingressantes em geral; e terceiro, é o campus que atende os municípios adjacentes e recebe um número expressivo de solicitações de certificados do ensino médio e alunos egressos da EJA, dada a facilidade de empregabilidade na região de Parauapebas.

Ademais, estudar essa política da educação de jovens e adultos corresponde a importância social ao colaborar com a elevação da escolaridade básica dos cidadãos que dela

participam. Justifica-se a relevância dessa investigação por definir como objeto um tema, a partir da problematização – pois é o problema que torna relevante o tema – de uma classe de estudantes da EJA e do ENCCEJA – público egressos da educação de Jovens e Adultos. Embora, não tenhamos encontrado nenhum estudo sistematizado com os sujeitos da EJA na educação profissional – e também em razão dessa lacuna – parece haver uma identidade mais condicionada por preconceito e até o desconhecimento desses sujeitos interior de uma Instituição de Ensino.

Neste estudo propomos um olhar mais crítico para este estudante, até por sua trajetória no universo educativo e pela compreensão de seu valor no interior de uma instituição de ensino. Outrossim, esta pesquisa pretendeu refletir sobre o a **problemática**: Quem são os sujeitos egressos da Educação de Jovens e Adultos (EJA e ENCCEJA) ingressantes na educação profissional, especificamente no Curso Técnico em Meio Ambiente – Subsequente - e como o IFPA, campus Parauapebas, tem contribuído para permanência e êxito desses estudantes? Estes elementos nos conduzem a necessidade da reflexão sobre as políticas públicas de acesso, permanência e êxito escolar têm contribuído para a formação integral destes adultos.

Assim, o **objetivo geral** da nossa pesquisa foi investigar os estudantes, oriundos da EJA e ENCCEJA, que ingressaram no curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente e como o IFPA contribuiu para permanência e êxito escolar, com vistas a sua formação humana integral, à efetivação do direito social à educação e continuidade nos estudos.

Desse modo, elencamos os **objetivos específicos**:

1. Identificar a importância das políticas públicas para acesso à educação no Brasil, EJA e ENCCEJA para promoção escolar;
2. Conhecer o processo histórico da Educação Profissional da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e do IFPA, Campus Parauapebas;
3. Identificar o quantitativo dos dois grupos de sujeitos, oriundos do ENCCEJA e da EJA, quanto ao êxito e evasão escolar, no Curso Técnico Subsequente em Meio Ambiente do IFPA, Campus Parauapebas, nos anos de 2018 a 2022;
4. Identificar os estudantes do curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente do IFPA, Campus Parauapebas, oriundos da EJA e ENCCEJA, quanto ao perfil socioeconômico e demográfico;
5. Elaborar um Manual Digital sobre a Assistência Estudantil (produto educacional).

Uma vez formulado o problema, com a certeza de ser cientificamente válido, propõe-se uma resposta “suposta, provável e provisória”, isto é, uma hipótese (Lakatos; Marconi,

2016). Essa indagação, constituída de questionamentos, nos motivou a trilhar esse percurso investigativo, sem que tivéssemos à mão pesquisas e estudos prévios em relação aos sujeitos participantes do ENCCEJA na educação profissional.

Sob esse aspecto e para enfrentar esse desafio, ainda, que nos limites de uma dissertação de mestrado, não tínhamos outro caminho se não o caminho da pesquisa bibliográfica e documental, bem como a natureza quantitativa. Utilizamos a bibliografia como recurso de investigação, pressupondo realizar um levantamento das referências teórico-metodológicas publicadas em documentos sobre o tema abordado e objeto de pesquisa, com os egressos advindos da Educação de Jovens e Adultos. A pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva, quanto a finalidade que segundo GIL (2008) a pesquisa exploratória propicia a compreensão do objeto estudado que muitas vezes toma a forma de estudo de caso. Já a pesquisa descritiva, para Gil (1999), tem como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Quanto à dificuldade, já mencionada, sobre a ausência de estudos e pesquisas sobre os egressos do ENCCEJA na educação profissional, esclarecemos sobre um levantamento que realizamos no período de 2013 a 2022, na base de dados da CAPES, Repositório ProfEPT e SciELO, não sendo evidenciado estudos relacionados com os sujeitos da EJA/ENCCEJA na educação profissional.

Com este cenário de investigação de limitar a um *lócus* institucionalmente definido – os egressos da EJA e ENCCEJA na educação profissional – julgamos que essa pesquisa e seus resultados podem constituir num dispositivo preliminar e indutor para estudos e investigações mais amplas e aprofundadas. Mesmo que as análises elaboradas tenham por base um universo de 30 alunos pesquisados no Campus Parauapebas (turmas em Parauapebas e turmas de ACT – IFPA - Canaã dos Carajás e Xinguara), salutamos que realidade encontrada deve ser a mesma nos Institutos Federais, ou seja, metade dos ingressantes oriundos da EJA e ENCCEJA conseguem ter êxito escolar.

Por meio da consecução desses objetivos, buscou-se contribuir para o avanço do conhecimento científico sobre este público da educação de jovens e adultos, bem como para o desenvolvimento de políticas educacionais e práticas pedagógicas mais adequadas para o êxito escolar. Assim, todos os alunos oriundos da EJA e do ENCCEJA que ingressaram no curso técnico em Meio Ambiente, na modalidade Subsequente, nos anos de 2018 a 2022, com vínculo com Campus Parauapebas (Parauapebas/Canaã dos Carajás/Xinguara), foram sujeitos da pesquisa, sendo atingido número de 30 para análise dos dados. De tal modo, esta pesquisa

busca descrever com a máxima exatidão possível algumas características inerentes à população pesquisada, instrumentalizada pelos dados quantitativos e informações coletadas no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e de fontes documentais institucionais.

Partimos do materialismo histórico-dialético, defendida por Marx (1996), para interpretação da realidade e usamos a teoria científica com abordagem metodológica ao estudo da sociedade e da história, onde os fenômenos sociais devem ser analisados no seu contexto social e material produzidas pelos homens e analisados dentro do seu historicismo, que exige iniciar do abstrato para o concreto. A consciência dos homens, a forma como os eventos são interpretados e como elaboram suas representações sociais dependem da historicidade e da atividade material da qual extrai sua própria existência (Marx, 1996). Ainda, para o autor, “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 2002, p. 21).

No Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica este será o primeiro estudo sobre os alunos oriundos do ENCCEJA, público da educação de jovens e adultos na educação profissional. Os sujeitos que representam o objeto desta investigação são os alunos oriundos do ENCCEJA e da EJA que ingressaram no curso técnico de Meio Ambiente Subsequente no IFPA, Campus Parauapebas, assim delimitamos o nosso campo de discussão. De acordo com Yin (2001), o objetivo do referencial teórico é fornecer um esquema completo o suficiente para desenvolver a pesquisa, e isso exige proposições teóricas. É essencial que se desenvolva uma teoria antes que se faça a coleta de dados para qualquer estudo de caso.

Logo, a dissertação encontra-se estruturado em cinco capítulos, além da Introdução e Considerações Finais. Nosso percurso investigativo partiu de literatura aprofundada para dar conta da proposta da pesquisa com os sujeitos egressos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), que ingressaram na Educação Profissional e Tecnológica no Curso Técnico em Meio Ambiente – Subsequente – Campus Parauapebas. Após a parte introdutória se faz proeminente recorrer aos estudos discorrendo sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em seu processo histórico das Escolas de Aprendizes e Artífices aos Institutos Federais de Educação, destacando as contribuições do(as) pesquisadores(as): Mota (2022), Martins P. (2020), Gusmão (2021), Santos e Jacob (2023), Costa (2020), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) e Lopes (2010).

Outrossim, salientamos a interseção EPT e EJA, descrito por Andrighetto, Maraschin e Ferreira (2021). Destacamos também o Ensino Técnico por meio do curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente ofertado pelo Campus Parauapebas. No âmbito institucional, fez-se um prévio levantamento documental, na fase de construção de embasamento teórico, com o intuito de descrever o percurso histórico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, do Instituto Federal do Pará, Campus Parauapebas e do Curso Técnico em Meio Ambiente, para isso foram utilizados os documentos normativos: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023; Projeto Político Pedagógico (PPP) do Campus Parauapebas 2016 – 2020; Projeto Pedagógico do Curso Técnico Subsequente em Meio Ambiente (PPC) 2016; Projeto Político Pedagógico do Instituto Federal do Pará (PPP) 2016-2020; Regimento Geral do Instituto Federal do Pará; Estatuto do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, 2016; e Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, 2017. Além dos dados de institutos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e entre outros.

No Capítulo 2 são apresentados os estudos sobre a EJA e ENCCEJA, enquanto possibilidade de política pública inclusiva pautada pelo direito à educação. Para melhor compreensão iniciamos discorrendo sobre as políticas para Educação no Brasil. Consultamos na base de dados para o estudo as publicações das bases SciELO, Google Acadêmico, sites dos Institutos Federais (IFs), bancos de dissertações e produtos educacionais (ProfEPT), utilizando-se, ainda, livros e artigos científicos.

Para susidiar o histórico do Exame foi utilizado texto de Catelli Junior, Gisi e Serrao (2013), além de documentos normativos relacionados ao ENCCEJA abordados nas bases legais, a saber: Constituição Federal 1998 (Brasil, 1988); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996); Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2014a). Igualmente, a análise documental das sinopses estatísticas produzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e outras - e um breve histórico dos exames de certificação da conclusão de escolaridade no cenário educacional brasileiro. No campo dos estudos sobre a modalidade da EJA, são reconhecidas também as contribuições de estudiosos e de pesquisadores como: Friedrich *et al.* (2010), Haddad e Di Pierro (2000), Souza (2007), Vieira e Farias (2011), Campos (1987), Freire (1996), Amparo (2012), Arroyo (2006) e Di Pierro e Haddad (2015).

Evidenciamos, no Capítulo 3, os procedimentos e os caminhos percorridos do ponto de vista metodológico para a produção de dados da pesquisa. Destarte, no Capítulo 4

apresentamos a exposição desses dados e suas análises. Por esta se tratar de uma pesquisa vinculada a um Programa de Mestrado Profissional, a produção também inclui o Produto Educacional, que inferimos no Capítulo 5 e em forma de Manual no apêndice A.

Assim, para atingir o quinto objetivo específico foi desenvolvido um produto educacional em formato de manual sobre os auxílios estudantis para os estudantes do Instituto Federal, denominado “Manual da Assistência Estudantil: entendendo os auxílios”, tendo como objetivo apresentar ao usuário, de forma simplificada, o conceito de assistência estudantil, o contexto que ela está inserida e quais os benefícios previstos na Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Pará. Igualmente, informações de como requerer os benefícios, em caso de necessidade para que sejam assistidos pelo Setor de Assistência Estudantil (SAE) do campus. Essa são informações que facilitam a leitura e compreensão dos Auxílios Estudantis disponibilizados pelo IFPA. O manual foi elaborado pela pesquisadora e sua orientadora e a avaliação do PE, deu-se em conjunto, juntamente com os membros da banca de defesa, além servidor responsável pela Assistência Estudantil do Campus Parauapebas, podendo ser disponibilizado para outros campi do IFPA, visto tratar de uma temática que não é exclusiva do campus citado.

1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL – DAS ESCOLAS DE APRENDIZES E ARTÍFICES AOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO

A presente seção tem como objetivo apresentar o contexto histórico da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, dos Institutos Federais e o Instituto Federal Campus Parauapebas, enquanto Instituição pública de ensino, pesquisa e extensão, bem como colabora para o desenvolvimento regional. Mota (2022) preconiza que a educação se trata de um direito fundamental social porque institui um processo de desenvolvimento individual próprio a condição humana.

Nesse sentido, a educação passa a ter papel de destaque, principalmente, por possibilitar ao jovem ampliar seus horizontes. A educação profissional e tecnológica integra-se à educação básica e à educação superior, para promover o desenvolvimento de jovens e trabalhadores, visando o seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho. Os currículos articulam as dimensões do trabalho, ciência e tecnologia, atendendo às demandas de qualificação profissional com Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos Superiores de Tecnologia.

Desse modo, a educação profissional e tecnológica articula-se, também, com outras modalidades educacionais – a educação de jovens e adultos (EJA), a educação especial e a educação a distância (EaD), para alcançar públicos com os mais distintos perfis (Brasil, 2016b). O Figura 1 representa a organização EPT no Sistema Educacional Brasileiro.

Figura 1 – EPT no Brasil



Fonte: Brasil (2016b, on-line).

O ensino profissionalizante teve início no Brasil em 1808 e conforme evolução

histórica da EPT, é possível perceber que a educação profissional e tecnológica vem crescendo ao longo dos anos e ganhando espaço na sociedade através de Leis e Decretos que subsidiam sua existência e permanência na busca de torná-lo acessível a todos.

Com base nos dados levantados e com a intenção de sintetizar as informações referentes a EPT no Brasil, apresento o Quadro 1 em ordem cronológica.

Quadro 1 - Linha do tempo dos marcos importantes para a EPT no Brasil

ANO	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL
1808 a 1809	Criação do Colégio de Fábricas e após, as Escola de Belas Artes; Casas de Educando e Artífices e os Liceus de Artes e Ofícios.
1889	Ampliação dos Liceus para uma rede de escolas de educação profissional e cultural.
1906	Início do Ensino Técnico-Industrial no Brasil.
1909	Decreto Lei n.º 7.566 onde Nilo Peçanha institui uma rede de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices em todo o território nacional.
1937	A constituição Brasileira trata de forma específica do ensino técnico, profissional e industrial.
1956 a 1961	O governo de Juscelino Kubistechek centraliza o governo na industrialização: ênfase sobre as escolas técnico-profissionais.
1957 a 1959	Os recursos federais destinados aos cursos industriais de nível médio sofreram uma quadruplicação; Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais.
1961	Entrou em vigor a primeira LDB – Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961.
1971	Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) - estabelece que “a preparação para o trabalho, no ensino de 2º grau, poderá ensejar habilitação profissional”.
1978	Escolas Federais transformadas em CEFETs.
1982	Lei n.º 7.044 revoga a Lei n.º 5.692 que decretou a educação profissional compulsória.
1994	Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro, dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).
1996	Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro, nova LDB trata sobre a educação profissional como um direito.

1997	Decreto Lei n.º 2.208, que define currículos diferentes para a educação profissional e para o ensino médio, prevendo as modalidades de ensino concomitante e subsequente.
2005	Decreto Lei n.º 5.478, institui o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de EJA.
2008	Lei n.º 11.892 cria 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
2009	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada Integrada com o Ensino Fundamental (Proeja-FIC).
2010	Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Certific).
2011	Lei n.º 12.513 institui o Pronatec.
2013	Portaria n.º 168 institui o Pronatec EJA.
2017	Lei n.º 13.415 promove a reforma no ensino médio.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Medeiros (2020).

O Decreto n.º 6.095, de 24 de abril de 2007, foi responsável pela reintegração e reestruturação das Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, onde os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) faziam a adesão voluntária ao novo sistema de Ensino Profissional. Os Institutos, então, não iriam mais atuar apenas nas suas áreas de ensino e profissionalizante, mas uniriam a tríade ensino, pesquisa e extensão, se assemelhando, assim, às Universidades Federais, mas resguardando a sua área de atuação (Martins P., 2020).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, foram criados a partir das antigas Instituições Federais de EPT por intermédio de adesão destes ao modelo proposto pelo Ministério da Educação (Brasil, 2024). Conforme pode ser observado no art. 5º de sua lei de criação, Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, são Instituições, pluricurriculares e multicampi (reitoria, campus, campus avançado, polos de inovação e de educação a distância), especializados na oferta de educação profissional e tecnológica (EPT) em todos os seus níveis e formas de articulação com os demais níveis e modalidades da Educação Nacional, oferta os diferentes tipos de cursos de EPT, além de licenciaturas, bacharelados e pós-graduação stricto sensu (Brasil, 2008a). Assim,

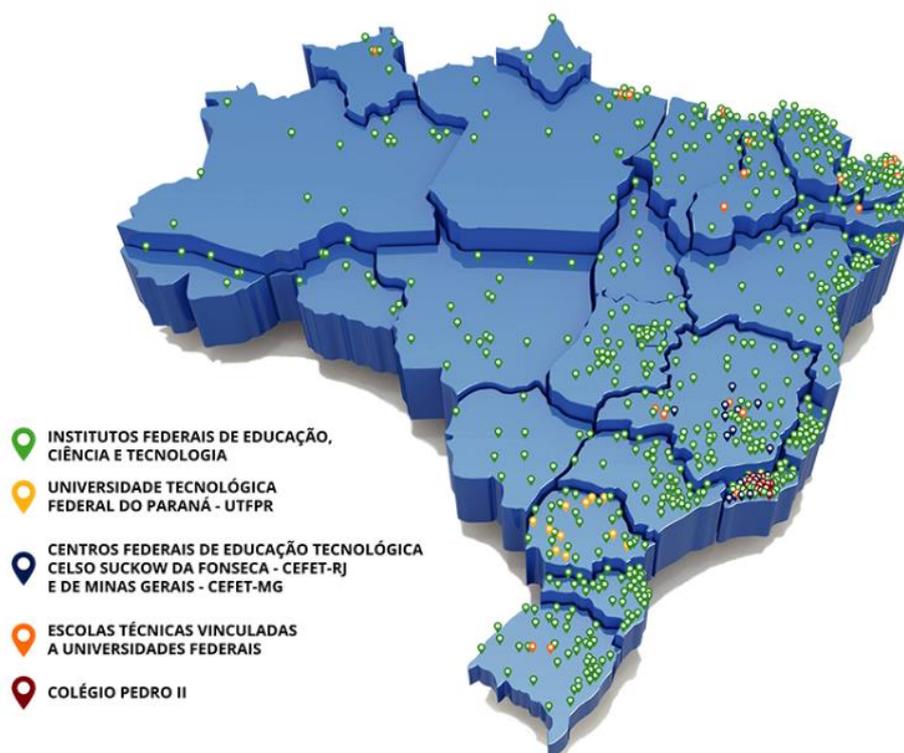
Os institutos têm como obrigatoriedade legal garantir um mínimo de 50% de suas vagas para a oferta de cursos técnicos de nível médio, prioritariamente na forma integrada. Devem, ainda, garantir o mínimo de 20% de suas vagas para atender a oferta de cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação

pedagógica, com vistas a formação de professores para a educação básica (Brasil, 2008, p. 5).

Segundo Santos e Jacob (2023), os Institutos Federais têm como proposta através dos cursos de educação e tecnologia previstos nas LDB, promover: a Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional; a Educação Profissional Técnica de Nível Médio; e a Educação Profissional Tecnológica de graduação e de pós-graduação.

De acordo com o Ministério da Educação, no ano de 2019, já existiam 661 unidades sendo estas vinculadas a 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II (MEC, 2024, p.1), como mostra a Figura 2.

Figura 2 - Instituições de Ensino Federais



Fonte: Brasil, (2024, on-line).

A Lei Federal n.º 11.892/2008, permitiu a transformação mais impactante na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT). Através dessa nova Lei e diante do novo cenário político, econômico e social, os Institutos Federais de Educação revelam um projeto com a proposta de promover uma nova era na educação profissional (Costa, 2020).

No artigo 6º da lei supracitada é elencado as finalidades e características dos Institutos

Federais, a saber:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (Brasil, 2008a, on-line)

Em 2015, o Brasil estava entre os 53 países que não haviam ainda atingindo os objetivos EPT, apesar de todos os esforços e avanços conquistados quanto a frequência ao ensino fundamental e na ampliação quanto ao ensino superior (Di Pierro; Haddad, 2015).

1.1 CRIAÇÃO E EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO

Destacamos a Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). O artigo segundo da referida lei define 1;

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (Brasil, 2008a, on-line)

As instituições criadas por esta Rede podem ofertar educação superior, básica e profissional, de maneira pluricurricular e com distribuição espacial multicampi (Brasil, 2008). A Rede Federal de Educação é composta por mais de 661 unidades - dados de 2019 - entre Institutos Federais (IFs), Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II (Brasil, 2019). Dentre as instituições criadas,

está o IFPA.

A Lei n.º 11.892/2008 estabelece em seus objetivos que os Institutos Federais (IFs) devem ministrar educação profissional técnica de nível médio, preferencialmente na forma integrada, tanto aos concluintes do ensino fundamental quanto ao público jovem e adulto, conforme consta no Regimento Geral do Instituto Federal da Pará. As demais porcentagens referentes as ofertas de cursos se dividem em 20% para as licenciaturas e 30% acomodadas entre os cursos superiores de tecnologia, bacharelados e pós-graduações lato sensu e stricto sensu (Brasil, 2008a, on-line).

Explicita as finalidades dos Institutos Federais que se constituem como centros de excelência na oferta de ensino profissional e tecnológico em todos os níveis de ensino e modalidades, promovendo integração e verticalização do ensino para o pleno desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. No inciso primeiro do artigo segundo que trata sobre a regulamentação, avaliação e supervisão: Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais. (Brasil, 2008a, on-line).

Assim,

O foco dos Institutos Federais será a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Responderão, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. (Brasil, 2010b, p. 3).

A criação dos Institutos Federais vem para suprir essa necessidade de oferta de cursos que possibilitem qualificação gratuita e de qualidade, para adolescentes e adultos de todas as classes sociais, oportunizando a formação de sujeitos conscientes, críticos, solidários e autônomos, capazes de enfrentar as dificuldades do cotidiano, com sabedoria, flexibilidade e dignidade. Uma nova institucionalidade foi buscada com a organização dos Institutos Federais para:

Ampliar a oferta de cursos técnicos, principalmente na forma de ensino médio integrado, inclusive na modalidade a distância;
 Apoiar a elevação da titulação dos profissionais das instituições da Rede Federal, incentivando a formação de mais doutores e mestres;
 Defender que os processos de formação para o trabalho devem estar visceralmente ligados à elevação da escolaridade;
 Fortalecer outra simbologia de instituição multicampi, pluricurricular, com base educacional humanística, técnica e científica, para oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades;
 Colaborar com a irradiação das ações em prol do desenvolvimento local e regional;
 Desenvolver novas propostas curriculares para o ensino médio integrado à educação profissional técnica, para o ensino técnico, para as graduações tecnológicas, para as licenciaturas, para o bacharelado em áreas da ciência e da tecnologia, para os

programas de pós-graduação lato e stricto sensu, tomando o princípio da transversalidade e verticalização como suporte. (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, 2017, p. 24)

A missão dada aos Institutos Federais é a de elevar a escolarização dos trabalhadores para ampliar o desenvolvimento científico-tecnológico do país. O jovem que retorna à EJA busca uma certificação que teoricamente o coloca no mercado de trabalho, com isso esse jovem garante um lugar na sociedade, aumenta sua autoestima e passa a ser visto como um cidadão mais valorizado (Friedrich *et al.*, 2010).

Oportunizando não somente a colocação no mercado de trabalho, mas o preparo dos sujeitos para a inserção no mundo do trabalho e sociedade. Missão, que se efetiva através da associação da formação profissional à geral, tomando como base os meios produtivos, culturais e sociais das regiões onde estão inseridos, visando assegurar o acesso e a permanência dos estudantes em um ensino de qualidade (Pacheco; Pereira; Sobrinho, 2009). Atualmente, a Rede Federal conta com 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II, além de escolas técnicas ligadas as universidades federais (Brasil, 2019).

1.2 CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARÁ (CEFET-PA)

Antes de se tornar Centro Federal de Educação, o CEFET possuiu várias denominações, mas sempre com o propósito de formar cidadãos para o mundo do trabalho por meio da oferta de educação profissional de qualidade. A primeira denominação foi Escola de Aprendizes Artífices do Pará, criada pelo Decreto do Presidente Nilo Peçanha, de 23 de setembro de 1909, instalada em 1910. À época, compreendia o ensino primário, cursos de Desenho e Oficinas de Marcenaria, Funilaria, Alfaiataria, Sapataria e Ferraria. Em 1937, com a reorganização do Ministério de Educação e Saúde Pública, a Escola de Aprendizes Artífices passou a chamar-se Liceu Industrial do Pará e, em 1942, com a aprovação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, recebeu a denominação de Escola Industrial de Belém (Bastos, 1988).

Em 1959, a Escola Industrial de Belém transformou-se em Autarquia Federal, adquirindo autonomia didática, financeira, administrativa e técnica. A partir de 1966, passou a atuar no ensino profissional em nível de 2º grau, o atual ensino médio, concomitantemente, com a gradativa extinção do curso ginásio-industrial. Com essa mudança, a instituição passou a chamar-se Escola Industrial Federal do Pará. Em 1967, pela primeira vez, a instituição admite a matrícula de alunos do sexo feminino (Bastos, 1988).

A denominação Escola Técnica Federal do Pará (ETFPA) data de 1968 e coincide com

a instalação definitiva na sede, onde atualmente está localizado o Campus Belém do IFPA, situada na Avenida Almirante Barroso, n.º 1155, no bairro do Marco. Em 1999, a instituição tornou-se o CEFET/PA, passando a ofertar, além dos cursos técnicos profissionalizantes, os cursos superiores de tecnologia (IFPA, 2020a).

Desse modo, o CEFET/PA sempre esteve comprometido com as necessidades e exigências políticas, socioeconômicas, culturais e tecnológicas do Estado, num processo de integração permanente com o sistema de produção e com a sociedade, na consolidação da identidade e do desenvolvimento regional, assumindo, portanto, um papel de referência educacional, científica e tecnológica no estado e na região.

O CEFET/PA e as Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá constituem os Campi Belém, Castanhal e Rural de Marabá, respectivamente. No projeto de expansão do Governo Federal para a Rede, foram incluídos os Campi: Abaetetuba, Altamira, Bragança, Conceição do Araguaia, Itaituba, Industrial de Marabá, Santarém, Tucuruí. Posteriormente, Breves passou a compor a instituição. Na atual expansão, que se iniciou em 2013, houve a implantação de mais dois Campi, a saber, Óbidos e Parauapebas, bem como o início do processo de construção dos Campi de Ananindeua, Cametá e Paragominas. Vale ressaltar, ainda, que o Campus Avançado Vigia integra o conjunto de Campi do IFPA (IFPA, 2020a).

1.3 INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ: BREVE HISTÓRICO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos e suas práticas pedagógicas. Ele foi criado pelo art. 5º, XX, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, pela integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará, originário das Escolas de Aprendizes Artífices, ano 1909, da Escola Agrotécnica Federal de Castanhal (EAFC), cuja atuação na rede federal remonta ao ano de 1921, e da Escola Agrotécnica Federal de Marabá (EAFMB), uma nascente escola organizada em 2007. O acesso à educação, via Instituto Federal, permite com que regiões e contextos específicos tenham a oportunidade de aprimorar o desenvolvimento da formação integral do sujeito, possibilitando que o mesmo atue em sua comunidade.

As mudanças consolidadas pela transformação em Instituto Federal, em 2008,

trouxeram como pressuposto a verticalização da Educação Profissional, o que trouxe consigo modificações, desafios e oportunidades de superação, para que a instituição cumpra o papel educacional designado aos Institutos Federais. Conforme definição constante na Lei n.º 11.892/2008, em seu art. 2º,

[...] Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas [...]. (BRASIL, 2008a, on-line)

O IFPA, desde sua criação, passando pela primeira e segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, implantou 12 campi disseminados entre os municípios: Abaetetuba, Altamira, Belém, Bragança, Breves, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Industrial, Marabá Rural, Santarém e Tucuruí. Dando continuidade à política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em agosto de 2011, o governo da Presidenta Dilma Rousseff lançou a terceira fase do Plano de Expansão, contemplando o estado do Pará com cinco novos campi integrados ao Instituto Federal de Educação do Pará. Assim, foram sendo implantados mais campus nas cidades, distribuídos: Ananindeua, Cametá, Óbidos, Paragominas, Parauapebas e Vigia. Atualmente, a estrutura do IFPA é formada por 19 unidades, sendo 18 Campi e a Reitoria (IFPA, 2017).

Nesse sentido, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará é uma autarquia federal de ensino que atua no âmbito da Educação Profissional e integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC). O IFPA consolida-se como instituição federal de ensino pública, gratuita e é considerada referência educacional na Região Norte pela oferta de cursos em diversos níveis de ensino, levando em consideração os cursos técnicos de nível médio, os de graduação – engenharias, cursos tecnológicos e os de licenciatura – e os de pós-graduação. Além da modalidade de oferta presencial, o Instituto também investe na oferta de cursos na modalidade de educação a distância (IFPA, 2017).

O IFPA atua em níveis e modalidades distintos, com a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), cursos técnicos de nível médio, cursos superiores e de Pós-graduação. Os Cursos FIC podem ser assim definidos:

Formação Inicial: é a formação que visa à aquisição de capacidades indispensáveis para o cidadão poder iniciar o exercício de uma profissão. Deve, sempre que possível, incluir conhecimentos básicos relacionados à formação geral, em especial

ética, cidadania, matemática e língua portuguesa;
 Formação Inicial com Elevação de Escolaridade – visa à formação inicial em uma área profissional específica associada à elevação de escolaridade em nível fundamental ou médio, com qualificação profissional;
 Formação Continuada ou de Atualização – formação que visa atualizar ou aprofundar habilidades profissionais em área específica do conhecimento. (IFPA, 2017, p. 55)

Os Cursos Técnicos de Nível Médio são organizados por eixos tecnológicos, de acordo com as cargas horárias mínimas e o perfil profissional de conclusão estabelecido no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e podem ser ofertados nas seguintes formas:

Integrada Regular: é a formação para quem já tenha concluído o Ensino Fundamental;
Integrada na modalidade EJA - para jovens maiores de 18 anos e adultos que já tenham concluído o Ensino Fundamental.
Concomitante - para quem estiver cursando o Ensino Médio em outras instituições de ensino;
Subsequente - para quem já concluiu o Ensino Médio. Ainda estão previstos nesse nível de oferta os cursos de especialização técnica que podem ser ofertados para egressos de cursos técnicos e visam qualificar para uma especificidade da área profissional ou novas tecnologias. (IFPA, 2017, p. 55, grifo nosso)

Os Cursos Superiores de Graduação do IFPA devem promover a formação profissional com o intuito: de privilegiar valores humanos, éticos e morais em suas relações pessoais e profissionais; aplicar as bases científicas e tecnológicas necessárias ao desempenho de suas atividades profissionais, de modo adequado e atual; e promover autonomia intelectual. Sendo ofertados para portadores de certificado de conclusão do ensino médio, a saber: de Tecnologia ou Cursos de Graduação Tecnológica; cursos de Bacharelado (em especial, o IFPA tem se dedicado ao ensino de Engenharias); cursos de Licenciatura, bem como os Programas Especiais de Formação Pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica (sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática); para a educação profissional em educação básica (destinados aos portadores de certificados de bacharelados), organizados para contemplar a formação do estudante em nível superior de graduação; e cursos de Pós-Graduação (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, 2017).

A organização curricular dos Cursos de Pós-graduação observa as determinações legais previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nos pareceres do Conselho Nacional de Educação e no Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada campi. Contempla, ainda, as especificidades previstas na Regulamentação de Normas para o funcionamento de cursos de Pós-graduação e as Regulamentações sobre cursos de Pós-Graduação no âmbito da CAPES.

1.3.1 Abrangência geográfica da atuação acadêmica

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2023), o estado do Pará possui uma área de 1.245.870,704 km², abrangendo 44 municípios e uma população estimada, de 8.120.131 pessoas no ano de 2022. Neste cenário, a diversidade cultural e natural tem sido uma das marcas do estado e, por isso, também é uma preocupação constante do IFPA, em alcançar o mais longínquo cidadão residente no estado. Desse modo, pode-se aferir que a abrangência geográfica da instituição compreende o estado do Pará como um todo.

Para tanto, conforme Estatuto, em seu artigo 2º, o Instituto Federal do Pará é constituído atualmente pela Reitoria e por 18 (dezoito) campi e um campus avançado, podendo outros campi serem criados a partir de estudos de viabilidade e com a devida autorização do Conselho Superior do IFPA e do Ministério da Educação. Assim, o IFPA expandiu seus campi em municípios estratégicos, fomentando a educação básica, técnica e tecnológica com o objetivo de concretizar não apenas o que lhe é determinado por Lei, mas, acima de tudo, promover um ensino de qualidade para a sociedade paraense e se consolidar como referência na região (IFPA, 2009).

O instituto oferta cursos técnicos de nível médio, graduação, FIC e pós-graduação, isso de acordo com a demanda social local, o que pode garantir uma vocação de oferta de cursos em cada campus, conforme redação da Resolução n.º 17/2013-CONSUP, alterada pela Resolução n.º 111CONSUP, de 19 de agosto de 2015, que cria as áreas de abrangência dos campi do IFPA (IFPA, 2018). Desta forma, cada campus está localizado em um município, mas poderá atuar nos municípios de sua área de abrangência, conforme divisão das Regiões de Integração definida pelo Governo do Estado do Pará.

Os campi do IFPA e os municípios de sua área de abrangência, a saber:

a) *Campus Abaetetuba*: Abaetetuba, Acará, Barcarena, Igarapé-Miri, Moju, Ponta de Pedras e Tailândia;

b) *Campus Altamira*: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu;

c) *Campus Ananindeua*: Ananindeua, Benevides, Marituba, Santa Bárbara e Santa Izabel do Pará;

d) *Campus Belém*: Belém, Benevides, Cachoeira do Arari, Marituba, Muaná, Ponta de Pedras, Santa Bárbara, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure;

e) *Campus Bragança*: Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Capitão Poço, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Nova Timboteua, Peixe Boi,

Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu;

f) *Campus Breves*: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Portel e Santa Cruz do Arari;

g) *Campus Cametá*: Baião, Cametá, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará;

h) *Campus Castanhal*: Aurora do Pará, Bujaru, Castanhal, Concórdia do Pará, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Ipixuna do Pará, Irituia, Magalhães Barata, Mãe do Rio, Marapanim, Santa Isabel do Pará, Santa Maria do Pará, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São Miguel do Guamá, Terra Alta e Tomé-Açu;

i) *Campus Conceição do Araguaia*: Bannach, Conceição do Araguaia, Cumarú do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau d'Arco, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã e Xinguará;

j) *Campus Itaituba*: Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão;

k) *Campi Industrial de Marabá e Rural de Marabá*: Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Palestina do Pará, Piçarra, Rondon do Pará, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia;

l) *Campus Óbidos*: Alenquer, Curuçá, Faro, Juruti, Óbidos, Oriximiná e Terra Santa;

m) *Campus Paragominas*: Aurora do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas e Ulianópolis;

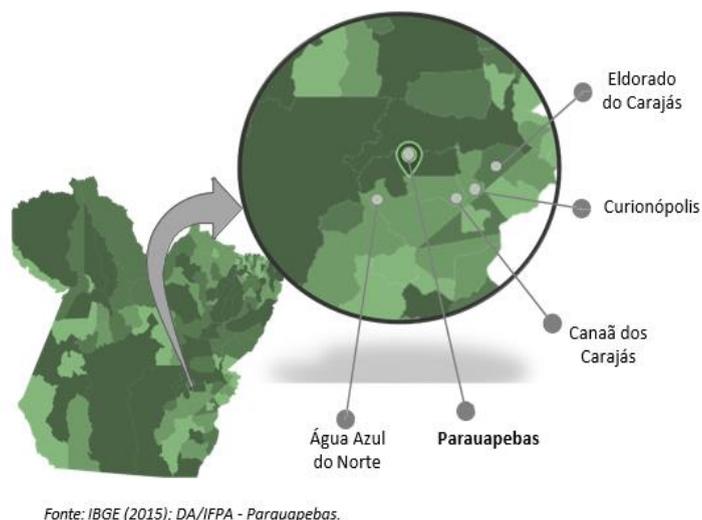
n) *Campus Parauapebas*: Água Azul do Norte, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás e Parauapebas (Figura 3);

o) *Campus Santarém*: Almeirim, Belterra, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Prainha e Santarém;

p) *Campus Tucuruí*: Breu Branco, Goianésia do Pará, Novo Repartimento e Tucuruí;

q) *Campus Avançado Vigia*: Colares, Curuçá, Maracanã, Marapanim, Salinópolis, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, São João de Pirabas, Terra Alta e Vigia.

Figura 3 - Área de abrangência do IFPA Campus Parauapebas



Fonte: IFPA (2016b, on-line).

Diante do desafio traçado e exposto pelos documentos da SETEC, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará nasce comprometido com as necessidades e exigências políticas, socioeconômicas, culturais e tecnológicas do estado, dentro de um processo de integração permanente com o sistema de produção e com a sociedade, na consolidação da identidade e do desenvolvimento regional sustentável, assumindo papel de Referência Educacional, Científica e Tecnológica no Estado e na Região Norte (Brasil, 2014b). A criação do IFPA favoreceu a oferta de cursos técnicos (nível médio e subsequente), de cursos de nível superior (tecnológicos, engenharia, licenciaturas) e os de pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*). Essa expansão, no Pará, acompanhou as mudanças verificadas em todos os estados brasileiros e requereu a reconfiguração de cursos ofertados.

O IFPA continua ofertando Cursos Técnicos (Integrados e Subsequentes ao Ensino Médio), Cursos Superiores (Licenciaturas, Cursos de Tecnologia e Engenharias) e Cursos de Aperfeiçoamento e Pós-Graduação *Lato Sensu* entre seus dezoito campi. Portanto, a atuação, em 114 anos de existência, demonstra a presença de uma instituição de ensino alinhada às demandas locais e regionais, bem como se mostra comprometida com o contexto socioeconômico e cultural do estado do Pará e, de modo geral, da Região Norte. Tem o objetivo de firmar-se historicamente no cenário da educação brasileira, em compasso com o sistema de produção e desenvolvimento regional, assumindo um papel de referência educacional, científica e tecnológica no Pará.

Como Instituição Certificadora, credenciada pelo MEC, o IFPA emiti certificados de conclusão do ensino médio com base nos resultados obtidos por estudantes no Exame

Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), a partir do ano de 2017, nos termos dos Art. 37 e 38 da Lei n.º 9.394/1996, e no disposto na Resolução CNE/CEB n.º 03/2010 e na Portaria Normativa n.º 10/2012 do MEC. Os campi certificadores do ENCCEJA Ensino Médio se estendem a: Itaituba; Altamira, Marabá Industrial, Abaetetuba, Ananindeua, Bragança, Breves, Tucuruí, Belém, Marabá Rural, Conceição do Araguaia, Cametá, Óbidos, Itaituba, Paragominas, Parauapebas, Santarém e Castanhal, conforme Resolução n.º 025/2018 – CONSUP/IFPA (Brasil, 2022).

1.3.2 O Ensino Técnico Subsequente

A educação profissional técnica subsequente tem por finalidade principal formar técnicos de nível médio para atuação em diferentes processos de trabalho relacionados aos eixos tecnológicos com especificidades, em uma habilitação técnica reconhecida pelos órgãos oficiais e profissionais. Destinada a quem já concluiu o ensino médio e visa uma melhor preparação para o mundo do trabalho; à profissionalização e uma elevação da escolarização.

A organização curricular dos cursos técnicos subsequentes desenvolvidos pelo campus Parauapebas demonstra que essa oferta é concebida e estruturada para garantir uma formação técnica que prioriza a integração à educação básica. Esse modo de atuar na educação profissional técnica subsequente objetiva romper com a dualidade entre educação básica e formação técnica, possibilitando resgatar o princípio da formação humana em sua totalidade, superar a visão dicotômica entre o pensar e o fazer a partir do princípio da politecnia. Não se deveria, então, propor que o ensino médio formasse técnicos especializados, mas sim politécnicos (IFPA, 2016a).

Outrossim, o seu horizonte deveria ser o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 35). É uma decisão institucional, com vistas a propiciar a formação humana integral em que a formação profissionalizante não tenha uma finalidade em si mesma, nem seja orientada pelos interesses do mercado de trabalho. Essa modalidade formativa deve-se constituir em possibilidade real para a construção dos projetos de vida dos estudantes.

Longe de ser concebida como uma formação especificamente voltada para o setor produtivo e com vistas a atender às necessidades imediatas do mercado de trabalho, a exemplo do que está planejado para as demais ofertas, a formação técnica subsequente desenvolvida pelo IFPA se propõe privilegiar a visão crítico-reflexiva em seus processos formativos,

voltada para a emancipação, por meio da qual a atuação profissional técnica esteja ancorada nos princípios científicos e tecnológicos, de modo que o profissional técnico domine as bases de sustentação do seu fazer.

Para os cursos técnicos de nível médio na forma subsequente, a dimensão metodológica é entendida como um conjunto de procedimentos empregados para atingir os objetivos propostos para que haja a devida articulação entre a educação básica e a educação profissional e tecnológica, com o objetivo de assegurar uma formação integral e integrada aos estudantes. Para que este objetivo se concretize, é recomendado considerar as características específicas dos alunos, seus interesses, suas condições de vida e de trabalho, além de observar os seus conhecimentos prévios, orientando-os na (re)construção de seus saberes acadêmicos, bem como na especificidade do curso.

De acordo com Lopes (2010) toda instituição de ensino possui objetos e metas que desejam alcançar com eficiência e eficácia. O conjunto dessas aspirações e os meios para concretizá-las é o que dá forma e vida ao chamado projeto político-pedagógico - o famoso PPP, as próprias palavras que compõem o nome do documento dizem muito sobre ele:

É projeto porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.

É político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.

É pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. (Lopes, 2010, p. 1)

O IFPA oferece ao longo do curso e do ano letivo eventos que constam no calendário acadêmico, como o Seminário de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação (SICTI), dentre outros existentes nos diversos campus. Estes eventos devem ser frequentados pelos alunos e servem como atividades complementares.

1.4 CAMPUS PARAUPEBAS: UMA INSTITUIÇÃO EM EXPANSÃO

O campus de Parauapebas tem como função ofertar a Educação Profissional Técnica e Tecnológica articulada com o ensino médio e o ensino superior, público, gratuito e de qualidade no município sede de Parauapebas e nos municípios que compõem a microrregião, na região Sudeste do Pará. Assim, contemplando a área de atuação da Rede Federal de Educação Profissional Técnica e Tecnológica, nos diversos níveis e modalidades de ensino.

O campus Parauapebas está localizado no município de Parauapebas, Pará, conta com 267.836 habitantes distribuídos numa área territorial de 6.885,794 km² (IBGE, 2023). A

estrutura física do campus foi construída através de capital da iniciativa privada, por meio de acordo judicial firmado entre o Ministério Público e a mineradora Vale S.A. A mineradora, nos autos do processo, cede as instalações para a implantação da unidade, no qual exigiu-se ofertas mínimas iniciais dos cursos de Mecânica e Eletroeletrônica. As instalações foram entregues no dia 19 de agosto de 2014, em solenidade, e contou com a participação de autoridades locais e de todos os envolvidos no processo de implantação do campus na cidade (IFPA, 2016b).

O espaço físico entregue contém dez salas de aulas, oito laboratórios de mecânica e de eletroeletrônica, uma biblioteca e espaço para o setor administrativo. A fase de efetivação da implantação do campus contou com a ação de quatro servidores, os quais iniciaram as atividades acadêmicas ofertando turmas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e cursos formação inicial e continuada (FIC). Iniciaram, efetivamente, em setembro de 2014, turmas de Técnico subsequente, através da Rede e-Tec Brasil, com cursos de Secretaria Escolar e de Multimeios Didáticos, na modalidade de educação a distância (EaD). Também foi implantado, no ensino regular e na modalidade presencial, e o curso Técnico em Mecânica na forma de oferta subsequente.

Foram abertos, no ano de 2015, o curso Técnico em Eletroeletrônica, também na forma subsequente, e mais uma turma de Mecânica. Assim, formaram-se duas turmas de Técnico subsequente em Eletroeletrônica, em 2016, ampliando o quantitativo de turmas de cinco para sete. Como importante conquista, foi aberto o curso Técnico em Mecânica integrado ao Ensino Médio, constituindo um marco histórico para o campus. Houve também a chegada de 17 novos docentes para o Ensino Técnico e Básico, possibilitando a efetivação das políticas de expansão da rede por região de abrangência e novos horizontes para o ensino local (IFPA, 2016b).

O IFPA campus Parauapebas (Figura 4) está localizado no município de Parauapebas, mas pode atuar nos municípios de sua área de abrangência, conforme divisão das Regiões de Integração definida pelo Governo do Estado do Pará, que são, Água Azul do Norte, Canaã dos Carajás, Curionópolis e Eldorado dos Carajás e Parauapebas. Esses cinco municípios representam 16% do produto interno bruto (PIB) do estado, tendo como principais propulsores da economia as atividades de mineração e a agropecuária, seguidas do comércio e serviços (IFPA, 2021).

Figura 4 – IFPA - Campus Parauapebas



Fonte: IFPA (2016b).

A cidade é conhecida por estar assentada numa das maiores regiões de floresta do planeta, na Serra dos Carajás, desde a sua emancipação, tem entre as suas principais atividades econômicas a mineração com extração de ferro, cobre, manganês e ouro. Com o crescimento acelerado da região vários segmentos econômicos como serviços, equipamentos, manutenção, operação e comércio, têm carência de mão de obra local de profissionais com competências na área industrial. Boa parte da mão de obra tem migrado do sudeste e nordeste do país e tem gerado necessidade de ampliação da educação nos diversos níveis e modalidades. Percebe-se, entretanto, na realidade local, um déficit na educação pública nos níveis médio, técnico e superior.

Desde sua implantação, o campus Parauapebas vem construindo, continuamente, a sua história, ofertando educação pública, gratuita e de qualidade, visando atender a essa crescente demanda por profissionais qualificados. Desse modo, é trabalhado o eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais, que se mostra na oferta de cursos técnicos de nível médio na forma integrada e subsequente.

Atualmente são ofertados cursos técnicos de nível médio na forma de ensino médio Integrado: Mecânica, Eletroeletrônica e Meio Ambiente e na modalidade Programa de Educação Profissional na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA) - Controle Ambiental. Na forma subsequente os cursos de Edificações, Eletromecânica, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho e de nível superior os cursos de Tecnologia em Automação Industrial, Engenharia Ambiental e Sanitária, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Matemática e de Pós-Graduação. No Quadro 2 relacionamos os cursos ofertados pelo campus Parauapebas.

Quadro 2 – Relação de cursos do IFPA – Campus Parauapebas (2024)

Curso	Modalidade
Técnico em Eletroeletrônica	Integrado
Técnico em Mecânica	Integrado
Técnico em Meio Ambiente	Integrado
Técnico em Controle Ambiental	PROEJA - Integrado
Técnico em Edificações	Subsequente
Técnico em Segurança do Trabalho	Subsequente
Técnico em Meio Ambiente	Subsequente
Engenharia Ambiental e Sanitária	Superior
Licenciatura em Geografia	Superior
Licenciatura em Matemática	Superior
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	Superior

Fonte: Autoria própria (2024).

Pode ser aferido que o campus tem como característica ofertar uma educação científica e tecnológica com teor humanístico, que possibilite ao ser humano, a partir de um conhecimento crítico do mundo e do local onde se vive, interagir e interferir na sociedade, considerando a pesquisa como princípio científico e como princípio educativo.

Segundo dados da Plataforma Nilo Peçanha, o Campus Parauapebas, registrou no ano de 2023, 1.144 matrículas ativas no Ensino Superior, Técnico Subsequente e Médio Integrado. Com um ingresso anual de 300 estudantes com diferentes características, sendo o processo seletivo dado por meio de análise curricular (histórico escolar) para ingresso nos cursos Técnico de nível Médio e notas do Enem para ingressos nos cursos superiores (Brasil, 2024).

Para o desenvolvimento das atividades do curso, o campus Parauapebas dispõe da seguinte infraestrutura e equipamentos: 1 Sala da coordenação e sala dos professores com armários e computadores para uso dos docentes; 1 Biblioteca com acervo para pesquisa bibliográfica e ambiente climatizado com 4 computadores; 8 Laboratórios nas áreas da Mecânica, Eletroeletrônica e Ciências Ambientais para aulas práticas; 1 Laboratório de Informática, com 30 computadores instalados em bancadas, com acesso à internet e ambiente climatizado; 1 Auditório com ambiente climatizado; 8 salas de aulas, totalmente equipadas com sistema de refrigeração, quadro magnético, cadeiras estofadas com base para apoio de material escolar reclinável, amplo espaço entre as cadeiras, para oferecer total conforto para as atividades de ensino.

1.4.1 Atuação da equipe multiprofissional

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica prevê em seu quadro de servidores uma equipe formada por docentes e por técnicos administrativos em educação (TAEs). Cada campus deve ter uma equipe de técnicos administrativos em educação para dar suporte ao seu funcionamento com organização e distribuição pelos setores: administrativo, ensino, pesquisa e extensão.

Vinculados à área do ensino encontram-se os servidores que desenvolvem o serviço de apoio e atendimento aos estudantes, quais sejam: assistentes de alunos, assistente social, enfermeiro(a), nutricionista, pedagogo(a), psicólogo(a), bibliotecário(a), técnico em assuntos educacionais, chefe do setor de registro e indicadores acadêmicos, do Setor de Assuntos Estudantis. O número de servidores e sua formação profissional reflete as necessidades, de acordo com a realidade e a dimensão de cada unidade, porém, todas devem possuir um quadro de servidores para realizar este trabalho de apoio e atendimento aos estudantes.

No contexto do Instituto Federal do Pará - Campus Parauapebas, o setor de apoio e atendimento aos estudantes é denominado de Setor Pedagógico, formado por dois pedagogos e a coordenadora do NAPNE, e hoje, o setor está escasso de servidores para atendimento ao aluno, sendo difícil para eles, que tendem a acumular muitas funções e para o aluno, que ficam sem atendimento por falta de profissional. O Campus conta também com o Núcleo de Apoio à Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que atualmente se encontra com déficit de profissionais da área da Assistência Social e da Psicologia, o que dificulta o desempenho das atividades dos alunos que procuram atendimento e execução do trabalho pedagógico em sua eficiência. Segundo a resolução Consup 847/2022/IFPA, a equipe multidisciplinar do NAPNE será composta, preferencialmente por Docentes, de preferência com formação ou trabalhos de pesquisa e/ou extensão desenvolvidos na área de educação inclusiva; psicólogo; pedagogo; técnico em assuntos educacionais; tradutor - intérprete de libras; assistente social; transcritor/revisor de sistema braille; docentes de educação física; docentes com formação na área da educação Inclusiva; docentes de libras e língua portuguesa escrita para surdos.

Essa falta de profissionais pode impactar diretamente a qualidade da educação recebida, dificultando o acompanhamento das aulas, a realização de pesquisas e a busca por informações relevantes para sua formação, podendo ocorrer o fracasso escolar. No início de cada semestre, toda equipe é apresentada para os estudantes ingressantes a fim de que o tenham como referência de acolhimentos para as demandas que possam surgir.

A permanência dos alunos reflete uma série de fatores, que incluem desde o suporte

institucional até o desenvolvimento de competências emocionais e acadêmicas. Tinto (1975) destaca a importância da integração social e acadêmica como determinantes para a redução da evasão. Nesse contexto, estratégias como a oferta de tutorias, aconselhamento acadêmico e apoio psicopedagógico são fundamentais para auxiliar os alunos a superar dificuldades e manter-se no curso. A adaptação curricular que considera as demandas e expectativas dos alunos também contribui para sua permanência, assim como políticas institucionais que promovam a inclusão e a diversidade no ambiente educacional.

O suporte institucional é determinante para o acesso, permanência e sucesso dos alunos adultos. O acesso aos programas de incentivo educacionais, que contemplem auxílios financeiros da assistência estudantil e apoio pedagógico são essenciais para mitigar as barreiras socioeconômicas que esses alunos enfrentam. Isso inclui a disponibilidade de recursos pedagógicos adequados, como materiais didáticos e tecnologia educacional, bem como orientação acadêmica para ajudar os alunos a planejar seus estudos e superar desafios acadêmicos.

Ainda, a necessidade da formação continuada de professores para lidar com a diversidade em sala de aula e a implementação de serviços de orientação profissional e psicológica são ações fundamentais para promover uma educação técnica acessível para o sucesso escolar. O suporte emocional é fundamental para garantir que os alunos se sintam apoiados e motivados em sua jornada educacional.

A compreensão e atendimento às necessidades dos alunos do ENCCEJA e da EJA demandam um compromisso institucional contínuo, que reconheça a educação como um direito de todos e um meio essencial para a transformação social e econômica dos indivíduos e da comunidade. Ao garantir que esses programas sejam acessíveis e ofereçam o suporte necessário aos alunos adultos, podemos ajudar a promover a educação inclusiva e o desenvolvimento pessoal e profissional de todos os cidadãos, independentemente de sua idade ou histórico educacional.

1.4.2 Políticas de acesso e permanência

O IFPA possui políticas de acesso e permanência que visam garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os estudantes. Entre essas políticas, destacam-se a reserva de vagas para cotistas, ações afirmativas para grupos minoritários e programas de assistência estudantil.

Contudo, a Instituição investe em programas de monitoria e apoio pedagógico com

atendimento escolar, reconhecendo que o desafio da permanência vai além do acesso financeiro. Os programas de apoio pedagógico visam equipar os alunos com as ferramentas necessárias para superar esses obstáculos, promovendo um ambiente de aprendizado e acolhedor que respeita a diversidade de ritmos e estilos de aprendizagem.

Além das políticas de acesso, também oferece programas de assistência estudantil, como auxílio permanência, auxílio para pessoas com deficiência (PcD), monitoria, participação em eventos científicos, entre outros, que visam garantir a permanência dos estudantes na instituição. Esses programas são fundamentais para reduzir as desigualdades socioeconômicas e garantir que todos os estudantes tenham condições adequadas para concluir seus cursos.

As políticas de acesso e permanência refletem um entendimento de que a educação é um direito fundamental e um pilar para o desenvolvimento individual e coletivo. Ao promover a igualdade de oportunidades educacionais, o IFPA não apenas capacita seus estudantes para o mercado de trabalho, mas também contribui para a formação de cidadãos conscientes, críticos e atuantes na sociedade. Mas, falta disponibilizar mais recursos para alunos, professores e equipe multidisciplinar para que a missão seja completa, que é de elevar a escolarização dos trabalhadores para ampliar o desenvolvimento científico-tecnológico do país.

1.4.2.1 Reservas de vagas pelo sistema de cotas no Ensino Técnico no IFPA

O IFPA possui políticas de acesso que visam garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os estudantes. Entre essas políticas, destaca-se a reserva de vagas para cotistas. Destarte, do total de vagas ofertadas por curso e turno, no mínimo 50% serão reservadas a candidatos egressos de escola pública, e constituem o sistema de cotas, Lei n.º 12.711/2012, alterada pela Lei n.º 13.409/2016. O restante das vagas é denominado de modalidade de ampla concorrência (AC) ou concorrência geral (Brasil, 2016a). Do total das vagas ofertadas como AC, até o máximo de 50% serão destinadas para as políticas de ações afirmativas próprias do IFPA, aprovadas através da IFPA/CONSUP n.º 708/2022, de 07 de julho de 2022, caso não haja candidato classificado para as políticas de ações afirmativas, as vagas retornarão aos candidatos de ampla concorrência (IFPA, 2022).

O sistema de cotas segue os dispositivos previstos: pela Lei n.º 13.409/2016, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio; no Decreto n.º 7.824/2012, alterado pelo Decreto n.º 9.034/2017; e na Portaria Normativa n.º 18, de 11 de out. 2012, do Ministério da Educação, alterada pela Portaria

Normativa n.º 09/2017. Cabe eslecer, conforme Brasil (2017), é estabelecido que do total de vagas ofertadas, por curso e turno, no mínimo, 50% são reservadas para candidatos egressos de escola pública, nos termos da legislação vigente.

Entende-se como escola pública a definida no Art. 19, Inciso I, da Lei n.º 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira, como sendo a criada ou incorporada, mantida e administrada pelo Poder Público (Brasil, 1996).

A distribuição das vagas deve obedecer aos seguintes critérios, conforme segue:

L1 Autodeclarado negro (preto ou pardo) ou indígena; renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo; cursado em escola pública, integralmente, o Ensino Fundamental ou equivalente;

L2 Renda bruta familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo; cursado em escola pública, integralmente, o Ensino Fundamental ou equivalente.

L3 Autodeclarado negro (preto ou pardo) ou indígena; renda familiar bruta per capita superior a 1,5 salário mínimo; cursado em escola pública, integralmente, o Ensino Fundamental ou equivalente.

L4 Renda bruta familiar per capita superior a 1,5 salário mínimo; cursado em escola pública, integralmente, o Ensino Fundamental ou equivalente.

L5 Candidato com deficiência, nos termos da legislação; autodeclarado negro (preto ou pardo) ou indígena; renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo; cursado em escola pública, integralmente, o Ensino Fundamental ou equivalente.

L6 Candidato com deficiência, nos termos da legislação; renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo; cursado em escola pública, integralmente, o Ensino Fundamental ou equivalente.

L7 Candidato com deficiência, nos termos da legislação; autodeclarado negro (preto ou pardo) ou indígena; Renda familiar bruta per capita superior a 1,5 salário mínimo; cursado em escola pública, integralmente, o Ensino Fundamental ou equivalente.

L8 Candidato com deficiência, nos termos da legislação; renda familiar bruta per capita superior a 1,5 salário mínimo; cursado em escola pública, integralmente, o Ensino Fundamental ou equivalente. (Brasil, 2016a, on-line)

1.4.2.2 Assistência Estudantil no IFPA Campus Parauapebas

A educação profissional e tecnológica desempenha um papel crucial na formação de profissionais qualificados e na promoção do desenvolvimento socioeconômico. No entanto, muitos estudantes enfrentam desafios que podem comprometer sua permanência e sucesso nesse nível de ensino. Questões como a falta de recursos financeiros, a distância entre a residência e a instituição de ensino, a necessidade de conciliar estudos com trabalho e responsabilidades familiares, bem como problemas de saúde e dificuldades de aprendizagem, são apenas algumas das barreiras que os estudantes podem enfrentar.

Nesse sentido, a assistência estudantil surge como uma estratégia fundamental para democratizar o acesso à educação profissional e tecnológica, garantindo que todos os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham a oportunidade de

concluir seus estudos e alcançar o sucesso acadêmico e profissional. Ao oferecer suporte financeiro e socioemocional, bem como serviços que visam atender às necessidades básicas dos estudantes, a assistência estudantil contribui para criar um ambiente mais inclusivo e propício ao aprendizado e ao desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes.

Os Institutos Federais de Educação possuem características distintas, como uma estrutura multicampi, integração entre ensino, pesquisa e extensão, além de autonomia administrativa e uma ampla abrangência territorial, cobrindo cerca de 80% das microrregiões do Brasil, com foco no desenvolvimento local (Lima; Muniz, 2019). A relevância desse novo paradigma da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país, inaugurado com a criação dos IFs, é marcada pela exigência legal de oferecer cursos técnicos integrados ao ensino médio, predominantemente na forma integrada, o que representa uma mudança significativa em relação ao modelo de educação profissional anterior.

Para atender às diretrizes da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, estipula-se o ensino equitativo e o acesso e permanência nas instituições de ensino, como os Institutos Federais, os cursos técnicos integrados ao ensino médio são oferecidos de forma integral. Isso demanda a implementação de políticas públicas que assegurem a permanência desses alunos na escola.

No caso do ensino médio integrado, além da necessidade de integração curricular, é evidente a importância de programas de assistência estudantil. Isso ocorre porque o modelo de ensino integral, que combina educação profissional técnica de nível médio com o ensino médio, requer dos alunos um comprometimento em tempo integral, o que pode dificultar sua capacidade de conciliar os estudos com o trabalho (Medeiros, 2020).

Com a crescente competição no mercado de trabalho, os jovens têm que definir cada vez mais cedo sua preferência e possibilidades no que se refere ao exercício profissional. Contudo, aqueles proveniente de classes menos favorecidas sofrem com vários tipos de obstáculos ao longo do processo de formação escolar. Esse descompasso resulta em uma defasagem nas oportunidades que estes indivíduos têm em acessar todos os níveis de ensino e prosseguir com os estudos.

Nesse sentido, a assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos. Para tanto, em 2001, foi promulgada a Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001, Plano Nacional de Educação (PNE), que estabeleceu ações referentes ao acesso e à permanência dos alunos nas instituições de ensino superior, tais como: Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), o Programa de Apoio a

Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Brasil, 2001).

O PNAES surgiu de uma nova abordagem em relação à assistência estudantil no Brasil estabelecido pela Portaria Normativa/MEC n.º 39, de 12 de dezembro de 2007, e aprimorado pelo Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, que incluiu os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) como executores do programa (Martins J. L., 2020). O Plano Nacional de Assistência Estudantil objetivos, democratizar a permanência dos jovens na educação pública federal, diminuir as desigualdades sociais na permanência visando a conclusão do curso, reduzir a evasão escolar e retenção e promover a inclusão social. As ações de assistência estudantil desenvolvidas incluem: moradia estudantil, alimentação, transporte, inclusão digital, entre outras (Brasil, 2010a, 2010b).

Destarte, é considerado um avanço nas políticas de assistência estudantil realizadas pelo IFs, principalmente, no Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, uma vez que os alunos não conseguem conciliar emprego com os estudos. Esses auxílios disponibilizados ajudam os alunos das classes menos favorecidas a permanecer e obter êxito nos estudos.

A assistência estudantil na educação profissional e tecnológica é um elemento fundamental para promover a permanência e o sucesso dos alunos nesse nível de ensino. Através de medidas como auxílio financeiro, alimentação, moradia, transporte, saúde e apoio pedagógico, busca-se mitigar as barreiras socioeconômicas e pessoais que podem comprometer o acesso e a permanência dos estudantes, bem como potencializar sua trajetória acadêmica e profissional (Moura, 2007).

No Brasil, a primeira ação nesse sentido aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1929, com a Casa do Estudante do Brasil, cujo objetivo era ajudar os alunos que não tinham condições financeiras de permanecer na cidade para estudar (Martins, 2020). Corroborando Ramos (2017) destaca diversas estratégias e iniciativas que têm sido adotadas para promover a permanência e o sucesso dos estudantes na educação profissional e tecnológica:

1. Programas de Auxílio Financeiro: Bolsas de estudo, auxílios financeiros e programas de trabalho-estudo são exemplos de iniciativas que visam reduzir o impacto das dificuldades financeiras na vida dos estudantes, permitindo que eles se dediquem aos estudos sem se preocupar com questões econômicas;

2. Apoio à Alimentação e Moradia: Refeitórios universitários, programas de alimentação subsidiada e alojamentos estudantis são recursos importantes para garantir que os estudantes tenham acesso a uma alimentação saudável e a moradia digna, especialmente aqueles que enfrentam dificuldades financeiras ou vivem distantes de suas instituições de

ensino;

3. Serviços de Saúde e Bem-Estar: Acesso a serviços de saúde física e mental, como consultas médicas, psicológicas e psicopedagógicas, bem como programas de promoção da saúde e prevenção de doenças, são essenciais para garantir o bem-estar e o desenvolvimento integral dos estudantes.

4. Apoio Pedagógico e Tutoria: Programas de tutoria, orientação acadêmica e reforço escolar ajudam os estudantes a superar dificuldades de aprendizagem e a desenvolver habilidades de estudo e autogerenciamento, contribuindo para o seu sucesso acadêmico.

Desse modo, enfatiza-se a importância do bem-estar emocional e psicológico dos estudantes como parte de suas políticas de permanência. Os serviços de orientação psicológica e apoio socioemocional são disponibilizados, reconhecendo que os desafios enfrentados pelos estudantes muitas vezes transcendem as barreiras acadêmicas. Tais serviços buscam oferecer um suporte integral, abordando questões como ansiedade, pressão por desempenho e dificuldades de adaptação, que podem impactar significativamente a trajetória educacional dos alunos.

No que se refere ao IFPA, campus Parauapebas, até o prezado momento não dispõe de profissionais especializados nas áreas da Psicologia e da Assistência Social, para compor a equipe do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Igualmente, conta somente com um profissional da saúde da área da Enfermagem.

1.4.3 Impacto no desenvolvimento da região

O IFPA, Campus Parauapebas, exerce um papel importante no desenvolvimento regional, pois, forma profissionais qualificados e engajados com as demandas locais da cidade de Parauapebas, atendendo a demanda de formar profissionais especializados nas áreas da Mecânica, Eletroeletrônica, Eletromecânica, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho.

Além de sua contribuição direta na formação de profissionais, é uma importante instituição escolar de inovação e pesquisa aplicada. Por meio de parcerias com o setor produtivo e organizações governamentais e não governamentais, a instituição desenvolve projetos de pesquisa que solucionam problemas locais, promovem a sustentabilidade e fomentam o desenvolvimento tecnológico. Por fim, a influência do IFPA no desenvolvimento regional se estende ao fortalecimento da identidade cultural local. Através de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, valoriza e dissemina conhecimentos e práticas culturais da região, contribuindo para a preservação do patrimônio imaterial local e para a promoção do

diálogo intercultural.

Antes da instituição dos Institutos Federais de Educação (IFs), a educação profissional se limitava a suprir a demanda do mercado por mão de obra barata, sem priorizar a formação integral dos alunos (Lima; Muniz, 2019). Essa abordagem não apenas enriquece a experiência educacional dos estudantes, mas também fortalece os laços comunitários e promove um sentimento de pertencimento e orgulho regional. Assim, o impacto no desenvolvimento regional transcende os limites da educação formal, posicionando-se como uma instituição que contribui com o progresso das comunidades que serve.

1.4.4 O Curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente no Campus Parauapebas

Neste subcapítulo demonstra os fundamentos didático-pedagógicos do Curso Técnico em Meio Ambiente (TMAS) e seus componentes curriculares e sua organização, o perfil profissional, bem como a estrutura física e a disponibilidade humana destinada ao atendimento dos alunos. Com turmas ingressantes em 2017, 2018, 2020, 2021 e 2022, esse estudo foi realizado com as turmas a partir de 2018, levando em conta o período de ingresso dos estudantes egressos do ENCCEJA. No ano de 2017, a forma de ingresso dos estudantes foi por meio de aplicação da prova com resultados e certificação em 2018, por isso a linha temporal 2018 a 2022.

Segundo o Projeto Pedagógico o Curso TMAS do Campus Parauapebas, o curso é voltado para jovens e adultos que concluíram o ensino médio e que buscam formação técnica na área de Meio Ambiente ou que procuram oportunidades de qualificação e requalificação em menor tempo: um ano e meio (IFPA, 2016a). Até o final do ano de 2023, o campus contou com 4 turmas, ofertando 40 vagas por ano, que se distribuíram nas cidades de Parauapebas - com duas turmas - e nas cidades de Canaã dos Carajás e Xinguara, com 1 turma cada. As turmas nos municípios de Canaã dos Carajás e Xinguara funcionam através de Convênio de Acordo de Cooperação Técnica (ACT). Em Canaã o ACT foi celebrado entre IFPA e a Prefeitura Municipal e Xinguara celebrado entre Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (SECTET).

O curso está inserido no eixo tecnológico Ambiente e Saúde do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNTC). Como objetivo geral tem como missão proporcionar formação técnica de nível médio e reconhecimento perante os órgãos e entidades de classe para atuação em instituições de assistência técnica, pesquisa e extensão rural, estações de tratamento de resíduos, licenciamento ambiental, unidades de conservação ambiental, cooperativas e

associações de modo a contribuir desenvolvimento econômico de forma sustentável e socioambiental da região (IFPA, 2016a).

Os objetivos específicos do curso visam propiciar as seguintes competências: Coletar, armazenar e interpretar de informações, dados e documentações ambientais; Colaborar na elaboração de laudos, relatórios e estudos ambientais; Elaborar, acompanhar e executar de sistemas de gestão ambiental; Atuar na organização de programas de educação ambiental, de conservação e preservação de recurso naturais, reuso e reciclagem; Identificar de intervenções ambientais, análise de suas consequências e operacionalização e execução de ações para preservação, conservação, otimização, minimização e remediação dos seus efeitos; Conhecer normas técnicas de qualidade, saúde e segurança no trabalho e técnicas de controle de qualidade no processo industrial; Elaborar planilhas de custo-benefício; Coordenar atividades de utilização e conservação de energia, propondo a racionalidade do uso e de fontes alternativas; Utilizar adequadamente a linguagem oral e escrita como instrumento de comunicação e interação social necessário ao desempenho da profissão; e Desenvolver habilidades com responsabilidade, sociabilidade, integridade, ética e honestidade e desenvolver sua capacidade de raciocínio lógico e criativo (IFPA, 2016a). Como requisito para ingresso é obrigatório ter concluído o ensino médio e submeter-se ao processo seletivo, regido por edital, ou ainda por transferência externa, interna e reingresso conforme define o Regulamento Didático Pedagógico do IFPA.

1.4.4.1 Perfil Profissional do Técnico em Meio Ambiente

O egresso do Técnico Subsequente em Meio Ambiente será um profissional que: coleta, armazena e interpreta informações, dados e documentações ambientais; colabora na elaboração de laudos, relatórios e estudos ambientais; auxilia na elaboração, acompanhamento e execução de sistemas de gestão ambiental; atua na organização de programas de educação ambiental, de conservação e preservação de recursos naturais, de redução, reuso e reciclagem; e identifica as intervenções ambientais, analisa suas consequências e operacionaliza a execução de ações para preservação, conservação, otimização, minimização e remediação dos seus efeitos (IFPA, 2016a).

A Figura 5 evidencia ação de extensão executada pelos estudantes da turma de Meio Ambiente Subsequente, campus Parauapebas, através do projeto denominado “Palestras sobre o descarte correto de medicamentos nas farmácias do Município de Parauapebas/PA”. A ação atingiu um público de colaboradores e clientes das doze farmácias, de grupos econômicos,

atendendo, em média, 150 pessoas (IFPA, 2023a).

Figura 5 - Projeto Palestras sobre o descarte



Fonte: IFPA (2023a, p. 6).

A Figura 6 configura o Projeto executado pelos estudantes do curso Técnico em Meio Ambiente e teve como tema “Horta suspensa integrada à Educação Infantil”, realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Mundo Infantil, realizado no ano de 2023.

Figura 6 - Projeto horta suspensa



Fonte: IFPA (2023b, p. 9).

O projeto teve como objetivo geral o de fortalecer o interesse na temática sobre meio ambiente e sustentabilidade, através das atividades práticas de horticultura com a reutilização

de materiais. O projeto atingiu a comunidade discente que participou ativamente, envolvendo-se em todas as práticas propostas pela equipe do IFPA, somando um total de 80 alunos.

1.4.4.2 Itinerário Formativo

A matriz curricular está sistematizada em quatro semestres (Figura 7). Na configuração do catálogo nacional de cursos), os eixos tecnológicos têm exigência mínima de carga horária, em função da especificidade de cada atuação profissional, variando entre 800h, 1.000h e 1.200 horas. Para cada carga horária da habilitação técnica, é acrescida a quantidade de 20% horas destinadas à prática profissional e 60 horas de atividades complementares. Os conteúdos programáticos são planejados dentro de uma sequência lógica, complementando-se à medida que os educandos avançam de um semestre para o outro. técnicos (Brasil, 2008a; 2008b).

Figura 7 - Componentes Curriculares e síntese da Matriz

1º Semestre			Ch/a semanal	Ch/a total	2º Semestre			Ch/a semanal	Ch/a total	
Componentes Curriculares	Língua Portuguesa		4	80	Componentes Curriculares	Planejamento ambiental urbano e rural		3	60	
	Metodologia Científica		3	60		Legislação ambiental		3	60	
	Ecologia e microbiologia aplicada		4	80		Estatística aplicada		2	40	
	Física ambiental		3	60		Gestão de resíduos sólidos urbanos e industriais		3	60	
	Química ambiental		3	60		Ética, cidadania e meio ambiente		2	40	
	Informática Básica		3	60		Meio ambiente, saúde e saneamento		3	60	
	Quantidade destas componentes						Higiene e segurança no trabalho		2	40
	Ch/a semanal - Ch/a total semestral - Ch total			20		400	Sociologia do Trabalho		2	40
					Quantidade destas componentes					
					Ch/a semanal - Ch/a total semestral - Ch total			20	400	
3º Semestre			Ch/a semanal	Ch/a total	4º Semestre			Ch/a semanal	Ch/a total	
Componentes Curriculares	Licenciamento ambiental e avaliação de impactos ambientais		4	80	Componentes Curriculares	Poluição e controle da qualidade da água		3	60	
	Sistemas de gestão ambiental		4	80		Poluição e controle da qualidade do solo		3	60	
	Gestão de recursos hídricos		3	60		Poluição e controle da qualidade do ar		3	60	
	Geoprocessamento		3	60		Projetos Integradores		3	60	
	Educação ambiental		3	60		Quantidade destas componentes				
	Elaboração de projetos ambientais local		3	60		Ch/a semanal - Ch/a total semestral - Ch total			12	240
	Quantidade destas componentes									
Ch/a semanal - Ch/a total semestral - Ch total			20	400						
Totais da Matriz Curricular										
SÍNTESE DA MATRIZ	Descrição		Ch total	Ch/a total						
	Componentes da Formação Profissional		1.200	1.440						
	1. Componentes específicos e prática profissional		1.140	1.368						
	2. Projeto integrador		60	72						
	Estágio supervisionado obrigatório		150	180						
	Atividades complementares		30	36						
	Total de horas Obrigatórias		1.380	1.656						

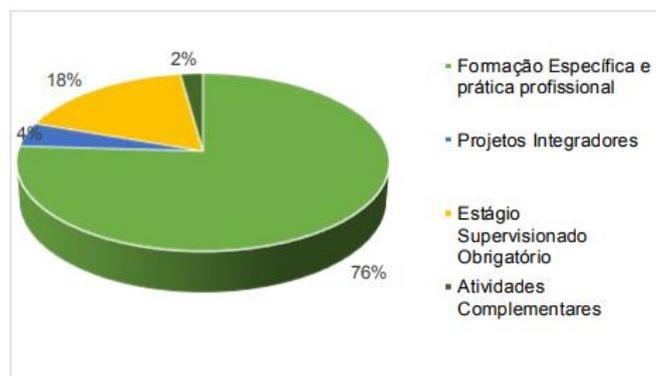
Fonte: IFPA (2016a, p. 13).

Na estruturação do percurso formativo do estudante de Educação Profissional (EP), está previsto a obrigatoriedade da Prática Profissional, sendo que nas orientações de sua

organização são apresentadas referências quanto à intencionalidade desta ação. Segundo (Brasil, 2012b, p. 246) a prática se configura não apenas como situações ou momentos distintos de um curso, mas como inerente a uma metodologia de ensino que contextualiza e põe em ação todo o aprendizado.

Os professores desenvolvem aulas de campo, atividades laboratoriais, projetos integradores e práticas coletivas com o objetivo de envolver os alunos no Projeto Político Pedagógico do Campus Parauapebas (2021/2024) que visa a construção da identidade de um campus para todos. As atividades de ensino, pesquisa e extensão, enquanto prática pedagógica, visa envolver os estudantes nos mais diversos espaços de aprendizagem, seja formal ou informal. E para que isso aconteça, os estudantes desenvolvem atividades voltadas para sua formação técnica como: prática profissional, projetos integradores, estágio supervisionado obrigatório, trabalho acadêmico de conclusão, atividades complementares tais como práticas interdisciplinares, seminários, oficinas, visitas técnicas e desenvolvimento de projetos, entre outras que se façam necessárias durante os períodos letivos, representado pelo Gráfico 1.

Gráfico 1 - Representação gráfica dos componentes de formação do curso técnico em Meio Ambiente



Fonte: IFPA (2016a, p. 14).

Para o desenvolvimento das atividades do curso, o campus dispõe da seguinte infraestrutura e equipamentos: 1 biblioteca com acervo para pesquisa bibliográfica e ambiente climatizado com 4 computadores; 1 laboratório de Ciências para aulas práticas (Figura 8); 1 Laboratório de Informática, com 30 computadores instalados em bancadas, com acesso à internet e ambiente climatizado; 01 espaço para recreação; 1 auditório com ambiente climatizado; sala de aula, totalmente equipadas com sistema de refrigeração, quadro magnético, cadeiras estofadas com base para apoio de material escolar reclinável, amplo espaço entre as cadeiras, de forma a oferecer total conforto para as atividades de ensino.

Figura 8 - Laboratório de Ciências Ambientais



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2023).

A compreensão das diferenças, das individualidades e o planejamento das ações educativas para atender a essas necessidades, com atividades inovadoras e em detrimento de uma atuação padronizada e excludente. Aliás, esses são pontos imprescindíveis para que se contemplem efetivamente os direitos de aprendizagem (Pereira; Guimarães, 2019).

A Prática Profissional, segundo a Resolução CNE/CEB n.º 06/2012 deverá constituir e organizar a educação profissional, devendo expressar-se nos planos de cursos unindo teoria e prática. A prática profissional deverá ser desenvolvida durante o curso e será articulada entre as disciplinas dos períodos letivos correspondentes. Nesse sentido, a partir do primeiro módulo do curso dão início às atividades práticas que se desenvolvem de forma diferenciada para cada disciplina, respeitando as especificidades de cada uma e também a abordagem prevista por cada professor (Brasil, 2012b).

Desse modo, são elaboradas em forma de aulas práticas no laboratório do campus, participação e/ou coordenação em eventos da área, projetos, monitoria, visitas técnicas, entre outros, em que o aluno deverá desempenhar no período escolar ou fora do horário de aula e envolverá um assunto específico diretamente relacionado com a disciplina e que tenha relevância na vida prática profissional. Há ainda atividades dos projetos integradores, planejados pelo conjunto de professores que ministram aulas no início do semestre letivo corrente, definindo a temática a ser abordada e a metodologia adequada, com base nos componentes curriculares. Os alunos são motivados a participar e organizar seminários, encontros internos ou externos, como ouvintes e/ou participantes, no intuito da divulgação dos projetos de pesquisa, ensino e extensão realizados no ambiente escolar.

Conforme aponta Astin (1984), o envolvimento do aluno é diretamente proporcional aos resultados educacionais alcançados. Este envolvimento se manifesta não só na participação em sala de aula, mas também em atividades práticas, projetos de pesquisa e iniciativas de extensão que ampliam sua compreensão sobre questões ambientais e sua capacidade de aplicar conhecimentos teóricos em contextos reais. A integração de práticas pedagógicas que fomentem a participação ativa se mostra, portanto, essencial para a formação de profissionais capacitados. A participação ativa dos alunos nos espaços formais e informais é um indicativo crucial de seu engajamento e sucesso acadêmico.

Os projetos integradores têm por objetivo correlacionar os conhecimentos do mesmo ano letivo, promovendo o desenvolvimento de competências, como a capacidade pessoal de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pelo mundo do trabalho e pelo desenvolvimento tecnológico. Almeja-se com o desenvolvimento dos projetos integradores a formação de um profissional com capacidade de pensar de forma reflexiva, com autonomia intelectual e sensibilidade ao relacionamento interdisciplinar, capaz de aplicar, em uma mesma atividade um universo de informações adquiridas através dos vários contextos e situações de aprendizagem vivenciadas.

Para atender as competências para qualificação, além da conclusão das disciplinas que compõem a matriz componentes curriculares é obrigatório a realização de estágio curricular supervisionado. O estágio será desenvolvido a partir do terceiro semestre, com carga horária mínima de 150 horas, seguindo o mínimo sugerido no Parecer CNE/CB n.º 35, aprovado em 5 de novembro de 2003 (Brasil, 2003).

O discente realiza o estágio curricular supervisionado através de duas opções, sendo a primeira, dentro da própria Instituição, caso em que o discente poderá participar de projetos de ensino, pesquisa e extensão e no caso de estágio de cursos de formação de professores, acompanhado por um professor orientador, desde que devidamente autorizados pelas instâncias competentes e supervisionados pela Coordenação dos cursos; e como segunda opção, em empresas ou entidades, públicas ou privadas, que possam oferecer condições e oportunidades para o desenvolvimento profissional do discente. Tem direito à dispensa ou redução parcial das horas estabelecidas para o estágio curricular obrigatório o discente que comprovar experiência profissional, mediante apresentação de documentação comprobatória, requerendo a avaliação de sua experiência (Brasil, 2003).

O estágio deverá ser supervisionado por um profissional da área e um técnico que a empresa ou a instituição dispor, e avaliados através de relatórios que deverão ser apresentados

tanto pelo estagiário, quanto pelo supervisor de estágio, bem como por parte da instituição concedente de estágio. Podendo ser desenvolvido dentro de um Projeto de Pesquisa, oficialmente aprovado, de cunho técnico-científico, cultural e social, com as atividades comprovadamente relacionadas à prática da habilitação profissional. Terá direito à dispensa total das horas estabelecidas para o Estágio Curricular Supervisionado o discente que comprovar experiência profissional, ficando este mesmo obrigado a apresentar documentação comprobatória na coordenação de estágio do IFPA campus Parauapebas, requerendo a avaliação de sua experiência, em substituição ao estágio curricular (IFPA, 2016a).

Além disso, é atribuição do Setor de Estágio coordenar as ações referentes à inserção do estudante no campo de estágio e, em conjunto com a Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão Pós-Graduação e Inovação, planejar as condições para o acompanhamento e a avaliação do desempenho discente (IFPA, 2016a).

O Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso (TCC) é um item obrigatório no percurso formativo, podendo ser de natureza empírica, tomando por base a documentação existente e os levantamentos bibliográficos já estudados. Para a grande maioria, ele representa a primeira experiência de realização de uma pesquisa. “Como vivência de produção do conhecimento, contribui significativamente para uma boa aprendizagem” (Severino, 2007, p. 202). Consiste na fundamentação que sustenta a pesquisa realizada, fornecendo referências, teorias e conceitos relevantes para o tema abordado.

Para inserir os alunos no seu meio profissional, visando a sua participação em seminários, oficinas, congressos e outros eventos congêneres, é importante a realização de atividades complementares. E entende-se por atividade complementar o componente curricular que tem por objetivo ampliar o conhecimento adquirido pelos alunos ao longo do desenvolvimento do curso. Assim, são exemplos de atividades complementares: participação em congressos, seminários e palestras; participação em exposição, filmes, apresentações e outros; atividades assistenciais (voluntariado); artigos publicados em jornais e/ou revistas; participação em cursos ou atividades culturais. Ainda, podem ser consideradas como atividades complementares algumas atividades extracurriculares organizadas pela instituição ao longo dos semestres, tais como: semana cultural, feiras de ciências e outros (IFPA, 2016a).

Envolvendo os alunos nas atividades de pesquisa e extensão com atividades extracurriculares em projetos de sustentabilidade e eventos comunitários o IFPA desenvolve o senso de pertencimento à comunidade educacional que é fundamental para a experiência acadêmica dos alunos. Segundo Strayhorn (2012), o senso de pertencimento influencia positivamente a motivação, o engajamento e a satisfação dos alunos com a experiência

educacional.

1.4.5 Covid -19 como responsável pela evasão e abanono escolar

O primeiro caso de covid-19 foi diagnosticado em Wuhan, na China, causando altos índices de mortes, logo se espalhou pelo mundo. Para controle da disseminação do vírus foi necessária a adoção de medidas rígidas de distanciamento social, sinalizou a urgência de rever nosso comportamento individual e coletiv, não apenas em relação aos cuidados com a higiene pessoal, mas também socialmente e ambientalmente (Dubugras; Maia, 2023).

Diante disso, houve a necessidade do fechamento temporário de todas as instituições e organizações, entre elas estavam as instituições de ensino, pois, o propósito determinante era a proteção de todos. Sendo que em sala de aula, o número de contaminação poderia ser muito elevado e se tornariam vetores de propagação no ambiente em que vivem. Importante destacar que, esta medida afetou diretamente todo sistema de educação, sendo necessário adotar medidas alternativas de ensino remoto, haja vista a necessidade de manter o ano letivo (Cordeiro, 2020). Contudo, essas medidas alternativas de ensino geraram, e ainda geram, uma grande preocupação nos profissionais da área educacional em relação ao acesso e qualidade do ensino, principalmente no ensino profissional e tecnológico, haja vista a adequação às aulas à distância e a reformulação da didática de aula

Nesse cenário, muitos foram os países que recorreram, com maior ou menor sucesso, à educação a distância e variadas formas de ensino remoto, isso para diminuir os impactos da pandemia sobre o cotidiano escolar. As alternativas iam desde aquelas que envolviam alta tecnologia, como a gravação de vídeoaulas em tempo real e sua disponibilização em plataformas on-line, até a produção de programas educativos para serem veiculados em emissoras de rádio e televisão (Magalhães, 2021).

No Brasil, os estados adotaram o ensino remoto, como alternativa e até mesmo imaginando que seria algo transitório e rápido, mas era a única maneira de intervir nesse entrave de saúde pública, desta forma a tecnologia se tornou a protagonista e simultaneamente instrumento de luta, de transformações, entretanto permeia pelo campo das desigualdades sociais (Fernandes; Isidorio; Moreira, 2020).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020), cerca de 5,8 milhões de estudantes de instituições públicas não possuíam meios de acesso às tecnologias digitais, ou até mesmo acesso à internet, o que era um agravante para o ensino remoto. Além disso, um levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018),

demonstrou que aproximadamente 10% das famílias brasileiras não possuíam acesso à internet, e mais de 13% não tinham acesso a computadores.

Um estudo realizado pelos grupo de pesquisadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), lançado em 2023, “Impactos da pandemia na oferta e no desenvolvimento de cursos técnicos”, mostrou, em uma análise preliminar, de que forma a educação profissional e tecnológica foi impactada pela pandemia, que, entre outros efeitos, elevou as taxas de desocupação da população brasileira. Os estudiosos demonstraram que de 2020 para 2021 os números de matrículas caíram para patamares inferiores ao que se tinha em 2018 no Brasil, com uma perda de cerca de 50 mil matrículas. Acentuando a queda nas matrículas nos cursos técnicos subsequentes, ao passo que os cursos técnicos integrados ao ensino médio mantiveram um ritmo de crescimento já existente (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2023).

O tempo de reação entre o fechamento das escolas e a realização de atividades remotas na rede federal apresentou uma demora muito maior para reagir ao fechamento das escolas, em comparação com as redes estaduais e municipais. O desafio imposto pela nova realidade do período pandêmico, exigiu uma reorganização no atendimento aos estudantes para a continuidade do processo ensino/aprendizagem além de mobilizar a busca de novos métodos e ferramentas, o que demandou empenho e dedicação dos docentes e também dos estudantes a fim de promover o máximo de aproveitamento da nova metodologia dando continuidade à construção de novos conhecimentos.

A pandemia mostrou a vulnerabilidade do sistema educacional, oriundo das estratégias utilizadas para o desenvolvimento do ensino, gerando expressivamente o alto índice de desigualdade educacional, socioeconômica, étnica, gênero e sexualidade. Dessa forma, na educação de jovens e adultos foi necessário além repensar esse campo do saber, permitiu que os educandos tivessem direitos: “a educar-se e aprender ao longo da vida, alicerçar a escola com recursos tecnológicos, internet de qualidade e subsidiar os estudantes com os materiais necessários para continuar aprendendo em tempo de isolamento”. Ainda, é necessário a criação urgente de políticas públicas ações pedagógicas, programas e projetos para a educação de jovens e adultos, para que seja possível transformar a realidade da cultura de exclusão e abandono, os direitos efetivos. Afinal, somente a educação emancipa e liberta, transformando a realidade possível mudar (Souza; Menezes, 2021, p. 14).

Na Rede Federal, que é o foco desse estudo, o conceito adotado de evasão consiste na interrupção do discente no ciclo do curso. Em tal situação, o estudante pode ter abandonado o curso, não ter realizado a renovação da matrícula ou formalizado o desligamento/desistência

do curso (Brasil, 2014b). A evasão educacional ou abandono dos estudos do ensino básico/médio/técnico, sem a obtenção de um diploma, é a expressão de uma multiplicidade de situações, principalmente, comuns aos países latino-americanos. As explicações têm a ver com a desorientação vocacional de quem ingressa nos estudos, desenvolvimento cognitivo, problemas familiares e econômicos, entre outros. Destacamos, na Figura 9, os tipos de oferta e a situação dos estudantes matriculados nos cursos técnicos entre 2018 a 2021.

Figura 9 – Situação dos matriculados em cursos técnicos entre 2018 a 2021 segundo Tipo de Oferta – em termos absolutos e percentual

Ano	Tipo de Oferta	Concluintes		Em curso		Evadidos		Total
		N	%	N	%	N	%	
2018	Concomitante	11.101	18,30	35.211	58,05	14.346	23,65	60.658
	Integrado	39.238	16,58	174.465	73,71	22.997	9,72	236.700
	PROEJA - Concomitante	51	10,81	307	65,04	114	24,15	472
	PROEJA - Integrado	1.414	9,03	11.175	71,38	3.066	19,58	15.655
	Subsequente	33.220	17,71	108.820	58,00	45.587	24,30	187.627
	Sem Informação	0	-	0	-	0	-	0
	Total	85.024	16,97	329.978	65,85	86.110	17,18	501.112
2019	Concomitante	7.928	15,63	33.512	66,07	9.280	18,3	50.720
	Integrado	41.205	16,70	184.673	74,86	20.806	8,43	246.684
	PROEJA - Concomitante	54	13,74	254	64,63	85	21,63	393
	PROEJA - Integrado	1.281	8,44	10.941	72,07	2.959	19,49	15.181
	Subsequente	23.482	14,04	114.568	68,52	29.158	17,44	167.208
	Sem Informação	2	2,30	81	93,10	4	4,60	87
	Total	73.952	15,4	344.029	71,63	62.292	12,97	480.273
2020	Concomitante	5.712	13,32	29.773	69,41	7.411	17,28	42.896
	Integrado	23.699	9,25	217.955	85,06	14.576	5,69	256.230
	PROEJA - Concomitante	33	3,36	901	91,66	49	4,98	983
	PROEJA - Integrado	733	5,03	11.617	79,69	2.227	15,28	14.577
	Subsequente	15.160	10,26	108.750	73,61	23.835	16,13	147.745
	Sem Informação	0	-	0	-	0	-	0
	Total	45.337	9,80	368.996	79,79	48.098	10,40	462.431
2021	Concomitante	6.497	15,33	30.881	72,88	4.995	11,79	42.373
	Integrado	53.958	18,99	213.273	75,08	16.839	5,93	284.070
	PROEJA - Concomitante	203	17,17	883	74,70	96	8,12	1.182
	PROEJA - Integrado	1.090	7,87	11.451	82,67	1.311	9,46	13.852
	Subsequente	19.066	12,01	119.017	74,97	20.670	13,02	158.753
	Sem Informação	0	-	0	-	0	-	0
	Total	80.814	16,16	375.505	75,07	43.911	8,78	500.230

Fonte: Elaboração CGEE a partir de dados (Microdados Matrícula) da Plataforma Nilo Peçanha - PNP/MEC (2018-2021).

Fonte: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (2023, p. 28).

Ao se analisar as taxas de evasão nas diferentes modalidades de ensino e tipos de oferta, observamos padrões distintos e a modalidade subsequente, essa com taxas bem maiores em relação as demais. Nos cursos presenciais, as maiores taxas de evasão foram registradas nos formatos “Concomitante” em 2018 e 2019, e “Subsequente” em 2020 e 2021. No PROEJA, altas taxas de evasão foram identificadas na modalidade Concomitante em 2018 e 2019, e na modalidade Subsequente nos anos de 2018, 2019 e 2020. Quanto ao ensino a distância, constata-se que ele é frequentado, principalmente, nos cursos oferecidos de forma Subsequente e Concomitante. No formato Subsequente, as taxas de evasão foram mais

expressivas em 2018 e 2019, enquanto, na modalidade Concomitante, destacaram-se em 2020 e 2021.

Nesse contexto, o auxílio concedido aos alunos na forma de bolsas constitui fator importante nas possibilidades de permanência, observando-se que as taxas de evasão variam de acordo com o valor e a duração do auxílio financeiro disponibilizado ao corpo discente e até mesmo em momentos de dificuldades econômicas. um impacto significativo no abandono precoce. Como variável explicativa, a evasão é um dos dois fatores com maior peso na marginalidade social e, como variável de resposta, sintetizam-se diferentes tipos de situações: individuais, socioculturais, acadêmicas, institucionais e econômicas, em diferentes contextos específicos. Neste caso, as universidades e seu ambiente.

1.4.6 A importância das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no ambiente educacional como ferramenta ao estímulo de permanência e conclusão do ensino básico

A tecnologia na sala de aula é uma importante ferramenta para que os alunos se preparem para se tornarem cidadãos com capacidades de sobreviver e conquistar seu espaço, superando as inúmeras exigências da sociedade moderna. “Todo e qualquer conhecimento implica uma série de ações, e todo indivíduo deve agir sobre o objeto do conhecimento para que se torne possível reconstruí-lo e até mesmo ressignificá-lo” (Carmo; Ramos, 2016, online). Os tradicionais processos de ensino e aprendizagem não respondem mais às demandas do mundo moderno, bem como não corresponde mais ao perfil do aluno do século XXI. As tecnologias digitais transformaram as relações humanas e comerciais, os sistemas de produção como também as formas de geração e circulação do conhecimento.

Dorigoni e Silva (2008), afirmam que o computador no ambiente de ensino, quando bem explorado, pode ser usado no sentido da democratização, humanização, transformando as desigualdades existentes na sociedade. Ademais, também pode despertar o interesse da pesquisa, conhecer novas culturas, e gerar aulas interativas onde professor e alunos, podem usar toda a tecnologia a favor, trabalhando em cima de conteúdo de aula dada.

Outra opção interessante, que a tecnologia oferece no ambiente educacional, é a aprendizagem colaborativa, pois os estudantes podem trabalhar com alunos de outras culturas, podendo entender e perceber novas e diferentes visões de mundo, dessa forma todos ampliando o conhecimento. Os estudantes trabalhando como colaboradores em projetos dentro ou fora das escolas podem medir coletar, avaliar, escrever, ler, publicar, simular,

comparar, debater, examinar, investigar, organizar, dividir ou relatar os dados de forma cooperativa com outros estudantes (Garcia, 2002).

O Ensino Virtual a Distância, que é aplicado via internet e computador ou aparelhos tecnológicos compatíveis (tabletes, smartphones), não configura um método melhor ou inferior do que o presencial, porém, ele necessita de um planejamento específico para que se saiba exatamente o que fazer e se faça bem feito. Desse modo, é preciso pensar em uma interação virtual diferente da presencial, onde o professor não seja o único foco das atenções e este passe a assumir o papel de mediador do processo de aprendizagem, gerenciando interações múltiplas, a partir de gêneros textuais diversos, garantindo que o aluno se sinta “mais à vontade num ambiente virtual que ele de modo geral desconhece, além de fazê-lo se apropriar de gêneros textuais com os quais não está acostumado a lidar” (Barros; Crescitelli, 2008, p. 77).

2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Para uma melhor compreensão dos sujeitos da pesquisa, os egressos da Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional, primeiramente refletimos sobre a implementação das políticas públicas na EPT. Nesse viés, este capítulo tem como objetivo discutir sobre os aspectos conceituais das políticas públicas, além de apresentar os aspectos históricos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), da Educação Profissional (EPT), e do programa de incentivo ao estudante para permanência e êxito escolar, tratando da assistência estudantil. Os autores Teixeira (2002) e Lima (2012) contribuíram com o estudo deste capítulo.

Para que uma política seja considerada pública, ela precisa considerar a quem se destina o resultado de sua aplicação, e o processo de elaboração deve ser submetido ao debate popular. É um processo de definir quem vai decidir, o que será decidido, quais serão as consequências e para quem será direcionada (Teixeira, 2002).

2.1 CONCEPÇÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para Lima (2012), as políticas públicas são ações que se relacionam com temas importantes para a sociedade como educação, meio ambiente e desenvolvimento. Estudos a respeito deste tema ainda são recentes no Brasil, portanto, não existe um consenso sobre seu conceito e qualquer definição pode ser considerada arbitrária. No entanto, é importante destacar que política pública é um conjunto de decisões e que, nem toda decisão política constitui-se como uma política pública. O autor acrescenta, ainda, que a política pública se originou entre os anos de 1960 e 1970 como um campo de estudo da disciplina de Ciência Política.

O objetivo das políticas públicas é responder às demandas sociais, especialmente, daqueles considerados mais vulneráveis, criadas na sociedade e levadas aos governantes através de ações e mobilizações. Normalmente visam garantir os direitos dos cidadãos a exercer sua cidadania, promover o desenvolvimento através de alternativas para a geração de emprego e regular os conflitos que surgem na esfera social, que são gerados pela diferença entre interesses, incapazes de serem resolvidas por si mesmas. Apesar de expressarem as necessidades e interesses da população, as políticas públicas acabam por exprimir a visão de mundo dos governantes responsáveis, e sua efetivação depende da capacidade de organização e negociação destes (Teixeira, 2002).

Acredita-se ser a política de incentivo com intuito de resgatar os alunos, que por algum motivo abandonaram seus estudos, miniza a realidade excludente da universidade brasileira. Ainda, coloca em na pauta o debate sobre a democratização do acesso ao ensino brasileiro, fazendo uma reflexão acerca do baixo número de jovens menos favorecidos que ascendem através da conclusão do ensino médio, discutindo a ampliação desse ingresso e de mecanismos mais equânimes nas políticas públicas, sem que haja perda de qualidade na formação. Esta é e tem sido a sua explicação e defesa original (Teixeira, 2002).

2.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos enquanto Política Pública visa o resgate de estudantes que não conseguiram estar na escola na idade ideal. Segundo Oliveira e Silva (2013), a EJA é uma modalidade da Educação Básica, dividida em Ensino Fundamental e Ensino Médio, cujo principal objetivo é garantir o direito de escolarização às pessoas que não tiveram acesso ao processo de escolar na infância e na adolescência. A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, n.º 9.394 de 1996, que configura a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade da Educação Básica nas etapas do ensino fundamental e médio, ainda não foi o suficiente para assegurar aos jovens e adultos uma educação atendendo às suas especificidades. A verdade é que a Educação de Jovens e Adultos no Brasil atravessa períodos históricos marcados por avanços e retrocessos. Desde os tempos coloniais, passando pelo período imperial e pela chegada da família real, até os dias atuais, a EJA tem sido moldada por diferentes políticas e contextos sociais (Haddad; Di Pierro, 2000).

Durante o período imperial, surgiram iniciativas de educação para adultos, como escolas noturnas, mas o acesso à educação permaneceu restrito às camadas privilegiadas da sociedade. A Constituição de 1834 tentou garantir o ensino primário a todos os cidadãos, mas sem sucesso devido à marginalização das populações analfabetas (Souza, 2007).

A década de 1960 foi marcada pelo método inovador de Paulo Freire, que valorizava o conhecimento prévio dos alunos e promovia a conscientização social. No entanto, com o Golpe Militar de 1964, esses movimentos foram reprimidos, dando lugar ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), um projeto mal planejado que não alcançou seus objetivos. Na década de 1980, com o fim do Regime Militar, houve uma retomada dos movimentos sociais e políticos, impulsionando a expansão da EJA. A Constituição de 1988 garantiu o direito à educação básica gratuita para todos, inclusive jovens e adultos. A partir da LDB de 1996, a EJA passou a ser reconhecida como uma forma de educação básica, com

a criação de programas e políticas específicas (Vieira; Farias, 2011).

Em resumo, a história da EJA no Brasil reflete as transformações sociais, políticas e econômicas do país, destacando a importância dessa modalidade de ensino na promoção da inclusão social e no combate ao analfabetismo. Conforme Campos (1987), a contemporaneidade carrega consigo traços do passado, que influenciam o presente e moldam o futuro, por isso é tão importante acompanhar a trajetória históricas de um determinado campo de estudo ou fenômeno, pois é através dele que conseguiremos compreender o contexto que envolve tal objeto de estudo.

Através da análise histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, podemos perceber sua evolução ao longo do tempo e sua relevância como instrumento de inclusão social e promoção da cidadania. Desde os primeiros esforços missionários dos jesuítas até as políticas educacionais contemporâneas, a EJA tem sido uma resposta às demandas por educação de uma população historicamente marginalizada.

No entanto, mesmo com os avanços legislativos e as políticas públicas implementadas, ainda existem desafios a serem enfrentados. A qualidade do ensino na EJA muitas vezes é questionada, assim como a adequação dos currículos às necessidades específicas dos estudantes adultos. Além disso, a falta de recursos financeiros e a desvalorização dos profissionais da educação são obstáculos que precisam ser superados (Freire, 1996).

Para garantir uma EJA eficaz e de qualidade, é necessário investimento contínuo em formação de professores, desenvolvimento de materiais didáticos adequados e criação de políticas educacionais inclusivas e participativas. Somente assim será possível garantir que todos os jovens e adultos tenham acesso a uma educação digna e transformadora, capaz de promover sua plena inserção na sociedade e no mercado de trabalho.

De acordo com Souza (2007), a Educação de Jovens e Adultos foi impulsionada nos anos 90 por iniciativas governamentais e sociais, incluindo parcerias com programas cívicos e movimentos voluntários que buscavam alfabetizar adultos. Entretanto, muitos desses voluntários não possuíam formação pedagógica adequada. A Declaração de Hamburgo de 1997 enfatiza que a EJA é um direito fundamental para homens e mulheres, visando capacitá-los a ter consciência cívica, participação ativa na sociedade e habilidades para enfrentar os desafios futuros. Desse modo,

A educação de adultos, nesse contexto, torna-se mais do que um direito: é a chave para o século XXI. É tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. É um poderoso conceito para a promoção do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da equidade de gênero, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de ser um

requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar a diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. A aprendizagem de adultos pode modelar a identidade do cidadão e dar significado à sua vida. A aprendizagem ao longo da vida implica pensar um conteúdo que reflita certos fatores com a idade, gênero, deficiências, idioma, cultura e disparidades econômicas. (Brasil, 1998, p. 6)

Em 2003, o Ministério da Educação (MEC) anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade, resultando na criação da Secretaria Especial de Alfabetização durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva. Isso culminou no lançamento do programa Alfabetizado Brasil, com a colaboração do MEC com diversas instituições públicas e sem fins lucrativos. A partir de 2005, a EJA foi integrada aos programas de educação profissional com o lançamento do Programa Nacional de Integração da Educação Básica na Educação Profissional e na Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Em 2007, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Avaliação Profissional da Educação (Fundeb) foi implementado para aumentar a oferta de vagas na EJA.

Observando esse período, é evidente que a EJA enfrentou diversos desafios e sucessos, influenciados por fatores econômicos, sociais e políticos. Apesar dos avanços na democratização do acesso à educação, ainda persistem lacunas e desafios a serem superados em termos de qualidade educacional. Assim, é crucial garantir investimento governamental e oferta de uma educação de qualidade para que a EJA desempenhe efetivamente seu papel na história da educação brasileira (Haddad; Di Pierro, 2000).

É sabido que os alunos envolvidos na educação de jovens e adultos enfrentam uma série de desafios em suas trajetórias, tornando crucial o desenvolvimento de estratégias que se adaptem à realidade desses estudantes (Ferreira, 2016). Eles precisam conciliar seus estudos com o trabalho e as responsabilidades familiares.

2.2.1 A Educação Básica e sua importância para os Jovens e Adultos

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação no Brasil, é do direito de todos, sendo um dever do Estado e família, onde pode se encontrar sua perfeita definição no artigo 205 da mesma constituição. E ainda, sendo a oferta pública organizada através do “regime de colaboração” entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Art. 211) e o ensino livre à iniciativa privada (Art. 209). O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é um direito público subjetivo sendo o Poder Público responsabilizado pelo não oferecimento ou oferta irregular (Art. 208, VII, § 1º) (Brasil, 1988).

No Brasil, a educação é estruturada por fases e etapas, que acompanham a faixa etária dos indivíduos. Ainda de acordo com a legislação brasileira, o sistema de ensino do brasileiro,

é formado por dois níveis de ensino sendo essas: a Educação Básica, composta pela Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, e, a Educação Superior, conforme visualizado na Figura 10.

Figura 10 - Como o sistema educacional é estruturado no Brasil

Níveis	Etapas		Duração	Faixa etária
Educação Superior	Ensino Superior		Variável	Acima de 18 anos
Educação Básica	Ensino Médio		3 anos	15 – 17 anos
	Ensino Fundamental		9 anos	6 – 14 anos
	Educação Infantil	Pré-escola	2 anos	4 – 5 anos
		Creche	3 anos	0 – 3 anos

Fonte: Brasil (2014a, on-line).

Entretanto, as modalidades de ensino, podem ser classificadas de acordo com a demanda específica, sendo elas: Educação Especial, Educação Profissional, Educação a Distância (EaD), Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Escolar Indígena, Educação Quilombola e a Educação do Campo. As modalidades do sistema educacional encontram-se na Figura 11.

Figura 11 - Etapas e modalidades de ensino

Níveis	Etapas		Modalidades
Educação Superior	Ensino Superior	Pós-Graduação	EaD EJA Educação Profissional Educação Escolar Indígena Educação Especial Educação do Campo Educação Quilombola
		Graduação	
Educação Básica	Ensino Médio		EaD EJA Educação Profissional Educação Escolar Indígena Educação Especial Educação do Campo Educação Quilombola
	Ensino Fundamental		
	Educação Infantil	Pré-escola	
		Creche	

Fonte: Brasil (2014a, on-line).

O processo é elaborado e destinado a conclusão do ensino médio associado a processos educacionais, visando a qualificação e formação profissional daqueles que não tiveram oportunidades, desistiram ou até mesmo não tiveram acesso a instituição educacional, seja qual for motivo da real situação do indivíduo. Em outras palavras, para aqueles que necessitam. A educação de jovens e adultos dispõem características que cabem somente a cada um ou grupo, dependendo da área territorial, dos valores e costumes de capital cultural

e social, como também ao que se refere em conformidade aos caminhos que vivenciaram (Anami; Oliveira, 2021).

Os alunos que retornam aos estudos, após as faixas etárias estipuladas pelo sistema educacional, precisam acima de tudo, superar um conflito interno e enfrentar a “resposta” da sociedade, onde muitas vezes é necessário entender que além de estar fazendo uso de seus direitos, deve-se passar por um processo de superação e caminhada, simultaneamente, com o retorno de sonhos e conquistas. Os “saberes existentes no aluno jovem e no adulto necessitam de estímulos de docentes para efetivo aprendizado” (Anami; Oliveira, 2021, p. 82).

Ressalta Freire (1996, p. 17),

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos ‘conhecimentos de experiência feitos’ com que chegam à escola. O respeito devido à dignidade do educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola.

A maioria dos jovens e adultos da EJA são trabalhadores com o desejo de crescer profissionalmente ou pessoas em busca de emprego, eles possuem linguagem própria que carregam muitas experiências de vida e representações do mundo em que vivem.

2.2.2 A LDB e o sistema educacional para jovens e adultos

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também chamada de LDB, Lei n.º 9.394 foi sancionada em 20 de dezembro de 1996, inspirada e defendida pelo antropólogo Darcy Ribeiro é um instrumento fundamental na ampliação do acesso à educação no Brasil e na sua orientação. É a Carta Magna da Educação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil em todos os níveis, da educação básica ao ensino superior. O artigo 1º, e seus parágrafos 1 e 2 estabelecem:

Art. 1º . A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições culturais.

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (Brasil, 1996, p. 1)

Destarte, foi criada para garantir o direito a toda população de ter acesso à educação gratuita e de qualidade, valorizando os profissionais da educação, estabelecer o dever da União, do Estado e dos Municípios com a educação pública. Fontana (2011, p. 2) aponta que

a escola sempre foi considerada meio de reprodução do status existente no local onde está inserida e, por isso, serviu de reprodução da realidade existente. Mas, é preciso romper com essa barreira e construir uma escola para todos e que prime pela justiça e igualdade social.

O artigo 2º da LDB, determina os princípios e fins da Educação Nacional:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1996, p. 1)

Contudo, o artigo 5º, parágrafo 1, Inciso I, permite que jovens e adultos, que por alguns motivos não puderam cursar o ensino básico e ensino médio, nas faixas etárias a eles destinados, possam retomar os estudos e ter seu direito a cidadania (Brasil, 1996), exemplificando,

Art. 5º . O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

§1º Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União:

I – recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso. (Brasil, 1996, p. 2)

De acordo com Silva e Benedicts (2019, p. 99), a homologação das Diretrizes Curriculares para a EJA ocorreu em 5 de julho de 2000, nela encontram-se estabelecidas certas diretrizes que foram pontuadas como segue na íntegra:

- a EJA como modalidade da Educação Básica nos EF, EM e profissional;
- obrigatoriedade desta educação em instituições próprias de ensino;
- oferta de exames supletivos;
- as Diretrizes Curriculares para o EF CNE/CEB nº 2/98 e EM CNE/CEB nº 3/98 estendido a EJA;
- componentes curriculares e o modelo pedagógico próprio para a EJA, considerando o perfil dos estudantes,
- a faixa etária e com princípios voltados a: equidade, diferença e proporcionalidade;
- a idade mínima para inscrição e realização exames de 14 anos para EF e 17 anos para EM, dentre outros.

Para Arroyo (2006, p. 24),

[...] o público da EJA é composto por jovens e adultos com uma História (...) que tem que ser reconhecida, para acertar com projetos que deem conta de sua realidade e de sua condição. Sabemos muito pouco sobre a construção dessa juventude, desses jovens e adultos populares com trajetórias humanas cada vez mais precárias.

Os sujeitos educandos da modalidade EJA apresentam percursos formativos diversificados e representam as camadas mais empobrecidas da sociedade. “Não é qualquer

jovem e qualquer adulto. São jovens e adultos com rostos, com histórias, com cor, com trajetórias sócio étnico-raciais, do campo, da periferia” (Arroyo, 2006, p. 22).

2.2.3 Retrocesso e estagnação na EJA - EPT

A história da EJA no Brasil tem em sua trajetória registros de avanços e retrocessos. Os avanços, são devido a promulgação da CF/88 e da LDB, através delas fora reconhecido como uma categoria oficial de ensino. Em seus retrocessos, o destaque envolve a interferência do Decreto n.º 2.208/97, superado posteriormente pelo Decreto n.º 5.154/2004, com a ação de resgate da formação integrada do Ensino Médio com a Educação Profissional.

De acordo com os dados indicadores do monitoramento da meta 10 associados, aos indicadores da meta 9, os dados registram o abandono da educação de jovens e adultos (EJA) por parte dos governos. O desafio tinha como meta estabelecida que ao fim da vigência do Plano Nacional de Educação 25% das matrículas na modalidade de EJA estejam vinculadas à educação profissional. No ano de 2021, apenas 2,2%, ou 64.945 das 2.962.322 matrículas de EJA eram integradas à profissionalização, um percentual abaixo dos já distantes 2,8% observados no início do Plano (Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2022).

A Meta 10 do Plano Nacional de Educação é definida da seguinte maneira:

Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional [...] Meta 11: Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. (Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2022, on-line)

O objetivo 1 tem como meta alcançar o número de 5.224.584 estudantes matriculados na Educação Profissional de Nível Médio até 2024, mas “nenhuma das metas do PNE em andamento possui todos os seus dispositivos com ritmo de avanço suficiente para ser plenamente cumprida até 2024. Isso significa que todas as metas possuem entraves para sua plena realização, com dispositivos avançando em ritmo lento” (Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2022, on-line).

O Documento base: Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio nos mostra várias perspectivas que norteiam a formação integral. Posteriormente, em 2009, a emissão da Carta Convite 40 gerou o PROEJA FIC, para formação inicial e continuada dos trabalhadores sem o ensino fundamental (Brasil, 2007). No ano subsequente, aconteceu a emissão da Portaria Interministerial n.º 1.082/2010, originando a REDE CERTIFIC, promovendo a certificação aos saberes dos trabalhadores. O gráfico

descreve o histórico de avanços e retrocessos da EJA EPT de 1988 a 2010 (Andrighetto; Maraschin; Ferreira, 2021). Assim,

A necessidade de enfrentar o desemprego e os baixos índices educacionais da juventude fez o Governo Federal brasileiro mobilizar um conjunto de ações para aumentar as oportunidades educativas e de obtenção de emprego. Dentre as ações do Governo para combater essa situação, se destacam aquelas relacionadas com o entrelaçamento da educação básica com a educação profissional, tal como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), desenvolvido pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. (Neves, 2013, p. 1)

Em 2005, através do MEC, foi instituído o Programa de Educação de Jovens e Adultos à Educação Profissional - EJA Integrada (Programa EJA/EPT – Educação de Jovens e Adultos/Ensino Profissional Tecnológico), pelo Decreto n.º 5.478. O propósito foi oferecer a EJA EPT para toda a Educação Básica, dando chances maiores de formação profissional a todos os estudantes que tenham esse objetivo de vida e, principalmente, àqueles a quem não tiveram oportunidade de concluir seus estudos ou se profissionalizarem nos tempos considerados propícios e adequados para a formação escolar/profissional (Gusmão, 2020). Assim,

A EJA EPT tem um importante papel na formação de sujeitos que retornam aos bancos escolares para buscar melhores condições de trabalho e desenvolvimento pessoal. Por isso, é necessário que seja vista não apenas como uma ação para atender interesses em jogo. (Gusmão; Silva; Maraschin, 2019, p. 2)

Posteriormente, o programa destinado com o propósito principal de estimular a EJA e também para atender uma meta específica do PNE. Corroborando,

A Emenda Constitucional n.º 59/2009 (EC n.º 59/2009) mudou a condição do Plano Nacional de Educação (PNE), que passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência. O plano também passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para o seu financiamento. Portanto, o PNE deve ser a base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para a sua execução. (Brasil, 2014a, p. 4)

Nesse sentido, teremos 20 metas que compõem, sendo que o Plano Nacional de Educação, Programa EJA/EPT, atende a meta 10. Onde determina, que deve se oferecer, “no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional” (Brasil, 2014a, p. 37). Sendo que os principais objetivos do Programa EJA/EPT, consiste em:

[...] aumentar e promover novas oportunidades na promoção de acesso, permanência e conclusão nos três segmentos da EJA; estimular a oferta de EJA Integrada à Educação Profissional, possibilitando a promoção do programa de forma estruturada nos municípios e estados, em associação com as disposições locais; estimular e promover condições de execução para as propostas pedagógicas específicas para EJA integrando educação, ciência, trabalho, tecnologia e cultura; promover a elevação da escolaridade de jovens, adultos, idosos, articulada à educação profissional. (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Rio Grande do Sul, 2022, on-line)

Segundo Andrighetto, Maraschin e Ferreira (2020), o acesso ao conhecimento produzido por toda história da humanidade ou aprimoramento dos já existentes, ou novos conhecimentos com o propósito de evolução social e humana, permite que, principalmente, os envolvidos tenham acesso ao poder. Para Gusmão, Silva e Maraschin (2019, p. 3), o trabalhador, bem como sua formação, tiveram suas origens, há muito tempo, ou seja, nos séculos passados, sendo datado como o tempo da colonização no Brasil, sendo que os primeiros aprendizes de novas formas de trabalho os indígenas e os negros escravizados, e “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais” (Fonseca, 1961, p. 68).

É fato que o Brasil sempre possuiu políticas educacionais, destinadas as faixas etárias distintas, porém, é possível constatar que muitas dessas crianças e adolescentes, não tiveram condições de concluírem ou ter uma profissão que promovesse uma vida digna como cidadão, principalmente, para os que estão concentrados na classe social mais pobre, porém formada por trabalhadores. Sendo assim, por consequência da política da época, ocorreu um índice gigantesco de brasileiros que não tiveram acesso ao ensino e não concluíram seus estudos, na idade considerada adequada, ou seja, milhões de jovens e adultos, tiveram que trabalhar, integrando a classe trabalhadora. Esses com formação precária, colocados em cargos com salários baixos, promovendo ainda a barreira e distanciamento social, sendo o reflexo de um sistema excludente e seletivo (Gusmão; Silva; Maraschin, 2019).

Trabalhando com a perspectiva de promoção de prosperidade coletiva, com a proposta de oferecer o máximo possível de condições de direitos iguais entre as pessoas, que os Institutos Federais foram pensados. As atividades educacionais, desenvolvidas nos espaços para a formação das pessoas com a missão de promover o desenvolvimento regional, através de ações seja quanto a “oferta das vagas, acesso e permanência, quanto na organização curricular que atenda à formação de um sujeito integral” (Gusmão, 2020, p. 69).

Segundo Gusmão, Silva e Maraschin (2019), a EJA EPT possui significativo papel na formação de sujeitos que retornam as instituições de ensino, com o propósito em buscar condições mais favoráveis, ou seja, melhores para o seu trabalho e desenvolvimento pessoal.

Desse modo, se faz necessário que seja vista não apenas como uma ação para atender interesses em estratégias políticas. Corroborando,

Essas estratégias tratam a Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, de política pública, no âmbito da educação, fundamental para atender à demanda por formação dos sujeitos excluídos das outras modalidades. Embora já se tenha evoluído muito na organização, pesquisas, mudanças na legislação, muito ainda há para avançar em direção à consolidação da EJA EPT como política pública. (Gusmão; Silva; Maraschin, 2019, p. 10)

Essas inclusões que permitem a exploração de políticas públicas, as quais prometem renda e trabalho capacitado, na maioria das vezes se trata mais de estratégias de campanhas eleitorais. Tendo em vista que a busca pelo entendimento das políticas do trabalho e renda, bem como as políticas de educação Básica e Educação Profissional, direcionadas as pessoas de baixa renda na faixa etária dos 18 a 29 anos, se trata mais de uma proposta para justificar o desemprego devido a carência de qualificação profissional. O que direciona também ao entendimento da proposta onde as políticas de inclusão de jovens tentam associar o ensino básico ao ensino profissional (Neves, 2013).

2.3 OS EXAMES AVALIATIVOS PARA PROMOÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

Para o fomento do direito educação seja obtido, a sociedade vem se estabelecendo para que cada cidadão brasileiro independente de gênero, etnia, crença religiosa, idade e posição social, que tenha residência em toda e qualquer localização geográfica, possa ter acesso ao ensino/educação na rede pública, de forma gratuita e com qualidade em todos os níveis, etapas e modalidades (Santa Catarina, 2014).

Com o decorrer do tempo, inúmeros projetos e iniciativas foram implementadas com intuito de promover eficientes modalidades de exames para consolidar o direito à cidadania quanto a educação, como também para proporcionar melhores condições no âmbito profissional e social, através de políticas públicas estruturadas para o desenvolvimento tanto do sistema educacional como também para os alunos. Tais políticas envolvem programas distintos, sendo eles: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb); o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); o Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido como Provão e, posteriormente, substituído pelo Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior (Enade); o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA); o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes); a Prova Brasil; e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (Castro, 2009).

Segundo a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, nas décadas dos anos

de 1970 e 1980, os movimentos sociais dos educadores, tiveram como representatividade modelos renovados de educação popular, categorizando o sistema de democratização da educação se completando através da Constituição de 1988 (Santa Catarina, 2014). Conforme a CF/88, “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, on-line).

Uma reflexão sobre o ensino básico se fez necessário para melhor compreensão do tema. Em 1990, após a Conferência de Jomtien, onde foi traçado metas com cada país para melhoria da aprendizagem, “o Brasil, como signatário entre aqueles com a maior taxa de analfabetismo do mundo, foi instado a desenvolver ações para impulsionar as políticas educacionais ao longo da década” (Frigotto; Ciavatta, 2003, p. 98).

Em 2007, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação o (MEC), lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o objetivo de melhorar substancialmente a educação oferecida às nossas crianças, jovens e adultos. O PDE é um programa que busca incluir as escolas para melhor desenvolvimento educacional, ele faz a síntese, diagnóstico e elabora juntamente com a comunidade escolar plano de ação para melhoria da escola. A meta deste plano é aperfeiçoar a gestão democrática e um dos direcionamentos utilizados pelo governo foi a criação de um índice que medisse a aprendizagem, assim foi instituído, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. O Governo Federal por meio do PDE analisa o IDEB das escolas, e as que estão abaixo do índice projetado pelo governo recebem verbas para superar estas dificuldades (Brasil, 2009, p. 2).

2.3.1 ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

O ENCCEJA foi criado com o propósito de se tornar referência nacional de autoavaliação, destinado a uma faixa etária distinta, que envolve jovens e adultos, ou seja a idade mínima deve ser de 15 anos completos para a realização do Exame quanto ao Ensino Fundamental, e a partir de 18 anos completos para a prova do Ensino Médio. Surgiu como uma ferramenta de avaliação para jovens e adultos que não estavam frequentando regularmente as escolas e pretendiam obter o certificado do ensino fundamental ou médio. Para eles, o exame é o caminho mais rápido para conseguir o certificado, já que, ao invés de fazer cursos extensivos como o EJA (Educação de Jovens e Adultos), é possível somente

realizando uma prova, assegurando àqueles, cujas trajetórias escolares não seguiram o percurso regular, o gozo de seu direito à educação (Brasil, 2022).

Tendo início no ano de 2002, com o propósito de avaliar “competências, habilidades e saberes de jovens e adultos, foi criado o ENCCEJA, através da portaria nº 2.270 do Ministério da Educação, mais especificamente no dia 14 de agosto (Catelli Junior; Gisi; Serrão, 2013). Em 2022, o ENCCEJA completou 20 anos de existência sendo administrado e executado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), associado as secretarias dos estados e municípios e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que instituem o Termo de Adesão do ENCCEJA (Brasil, 2022).

Conforme citado anteriormente, o primeiro exame foi realizado no ano de 2002 e foi destinado à população de jovens e adultos com residência no território nacional ou para aqueles que se encontravam no exterior e que algum motivo e ausência de oportunidade não foi puderam concluir seus estudos na faixa etária apropriada. No entanto, devem atender ao art. 38, §1º e §2º da Lei de Diretrizes e Base (LDB), que designa,

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. §1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (Brasil, 1996, on-line)

O exame possui quatro aplicabilidades, com editais e cronogramas totalmente independente um dos outros (quanto as suas categorias) sendo elas: ENCCEJA Nacional: para quem reside no Brasil; ENCCEJA Nacional PPL – para os privados de liberdade, ou que possam estar cumprindo medidas socioeducativas, porém residentes no Brasil; ENCCEJA Exterior – para os que possuem nacionalidade brasileira, porém estejam residindo em outro país; ENCCEJA Exterior PPL - para os privados de liberdade, ou que possam estar cumprindo medidas socioeducativas, porém residentes no exterior (Brasil, 2023, p. 1).

E consistindo na avaliação de todo território brasileiro e território exterior para brasileiros residentes em outros países, se trata de um exame que substitui o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) na certificação do Ensino Médio. Ele é sendo conduzido e efetivado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O exame, também possui o intuito de fornecer um norte, para todos os envolvidos nos processos educacionais (alunos, professores, gestores e interessados), a verdadeira função e importância de uma avaliação de competências, em um processo de promover o direito

adquirido do exercício da cidadania (INEP, 2023). Acrescentando,

A principal diferença entre EJA e ENCCEJA é que o primeiro se trata de uma modalidade de ensino, enquanto o segundo é apenas um exame. O ENCCEJA é um exame criado para fornecer diplomas de ensino fundamental e médio a pessoas que passaram na idade normal de certificação para esses níveis de ensino básico. (Universidade de Caxias do Sul, 2022, on-line)

A análise de dados e as afirmativas quanto a criação e necessidade do ENCCEJA, somente podem ser fundamentadas, após entendimento do que antecedeu e promoveu a concretização desse Exame. Sendo assim, é prudente especificar a estrutura de todos os métodos e as instituições envolvidas em seu processo, como é o caso do ENEM, bem como desenvolver o teor histórico dos processos avaliativos no Brasil.

Para subsidiar a escrita do histórico do Exame foi utilizado texto de Catelli Junior, Gisi e Serrão (2013), além de documentos normativos relacionados ao ENCCEJA abordadas nas bases legais, a saber: Constituição Federal (Brasil, 1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Brasil, 1996), PNE (Brasil, 2014a), análise documental das sinopses estatísticas produzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023) e outras. Além, de um breve histórico dos exames de certificação da conclusão de escolaridade no cenário educacional brasileiro.

Uma característica importante sobre o ENCCEJA é que se trata de uma prova certificadora, que vive em constante processo evolutivo e crescimento quanto a sua oferta e o número de participantes. A responsável pelo início do processo foi a instituição Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio (INEP, 2023). O exame oferece a possibilidade de superação de barreiras passadas e a realização de novos objetivos educacionais e profissionais. Essa oportunidade de retomada educacional é fundamental para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida, demonstrando o poder transformador da educação. Em 2019, o INEP conta atualmente com 383 instituições certificadoras cadastradas (INEP, 2023).

Ao reconhecer e validar as experiências anteriores, o ENCCEJA promove não apenas a certificação educacional, mas também o reconhecimento da aprendizagem ao longo da vida. Assim, é embasada nesse sentido que a modalidade de Educação Profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos pretende resgatar esses sujeitos, oportunizando a retomada da formação e inserindo-os no mundo do trabalho, a fim de que se vejam como agentes de transformação social (Gusmão, 2020).

Além das oportunidades de emprego, a obtenção da certificação do ensino médio através do ENCCEJA e da EJA pode abrir portas para novas oportunidades educacionais,

podendo dar continuidade em seus estudos, seja por meio de cursos técnicos, tecnológicos ou superior. Representam mais do que simplesmente uma conquista acadêmica, significa uma mudança de vida significativa para um futuro mais promissor e a oportunidade de alcançar seus objetivos pessoais e profissionais.

Segundo Catelli Júnior, Haddad e Ribeiro (2014), a partir do ano de 2009 a função de reconhecer a conclusão de escolaridade em nível médio por meio de exame estaria a cargo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) deixando o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos como uma política voltada apenas para o ensino fundamental. Porém, em 2017 é anunciado a reativação, ficando a cargo do ENCCEJA, a certificação do Ensino Médio. Nesse sentido, a Portaria n.º 2.270, de 14 de agosto de 2002, capítulo I, seção II - Artigo 2º, do órgão regulador, determina que os objetivos do ENCCEJA são:

I – construir uma referência nacional de auto avaliação para jovens e adultos por meio de avaliação de competências e habilidades, adquiridas no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais;

II – estruturar uma avaliação direcionada a jovens e adultos, que sirva às Secretarias da Educação para que procedam à aferição de conhecimentos e habilidades dos participantes, no nível de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, nos termos do artigo 38, §§ 1º e 2º da Lei 9.394/96 (LDB);

III – oferecer uma avaliação para fins de classificação na correção do fluxo escolar, nos termos do art. 24 inciso II alínea “c” da Lei 9394/96;

IV – construir, consolidar e divulgar um banco de dados com informações técnico pedagógicas, metodológicas, operacionais, socioeconômicas e culturais que possa ser utilizado para a melhoria da qualidade na oferta da Educação de Jovens e Adultos e dos procedimentos relativos ao Exame.

V – construir um indicador qualitativo que possa ser incorporado à avaliação de políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos. (Brasil, 2002, on-line)

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção serão apresentados os aspectos técnicos e suas respectivas definições. Informações sobre o local de realização da pesquisa, população estudada, a delimitação da pesquisa e os instrumentos de coletas utilizados. A análise e discussão dos dados foram esboçadas em tópico posterior.

3.1 LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Integra objeto desta pesquisa o IFPA Campus Parauapebas, e turmas nas cidades de Canaã dos Carajás (ACT - IFPA e Prefeitura) e cidade de Xinguara (ACT – IFPA e Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica), sendo investigado os alunos advindos do ENCCEJA e da EJA que ingressaram na Instituição, a saber:

1. IFPA Câmpus Parauapebas, situado na Rodovia PA 275, s/n Bairro - União, Parauapebas - PA, CEP 68515-000. O Campus Parauapebas oferta um curso superior de tecnologia, um curso de bacharelado, dois cursos de licenciatura, dois cursos de Especialização *Lato Sensu*, cinco cursos técnicos integrados ao ensino médio, sendo dois deles na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e quatro cursos na modalidade Subsequente.
2. Municípios de oferta de cursos técnicos através de Convênio com o IFPA – Campus Parauapebas: Canaã dos Carajás – ACT - IFPA e a Prefeitura Municipal. E o município de Xinguara ofertando turma ACT - IFPA com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (SECTET).

3.2 POPULAÇÃO ESTUDADA

É fundamental identificar a população do estudo (Creswell, 2007). Considerando as limitações de tempo, orçamento e recursos humanos, a presente pesquisa se limitou a investigar os alunos oriundos do ENCCEJA e da EJA, sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, que ingressaram no curso Técnico em Meio Ambiente, modalidade subsequente, no IFPA Campus Parauapebas e municípios com a oferta de cursos técnicos, celebrado através de Cooperação Técnica: Canaã dos Carajás e Xinguara.

3.3 UNIVERSO DA PESQUISA

O universo da pesquisa são os alunos concluintes e evadidos do curso Técnico em

Meio Ambiente, modalidade Subsequente, do IFPA Campus Parauapebas, cujo ingresso se deu por meio da conclusão do ensino médio por meio da EJA e ENCCEJA. Desse modo, foi realizado um levantamento prévio dos ingressantes, nesta modalidade, somando um total de 30 alunos, de 04 turmas, sendo duas na cidade de Parauapebas; uma na cidade de Canaã dos Carajás e outra em Xinguara.

Considerando o estudo com os sujeitos da educação de jovens e adultos, a faixa etária predominante é a partir dos 18 anos. A vinculação do universo ao objeto ou questionamentos da pesquisa influencia na escolha e observação dos participantes, consoante Minayo (2017).

Por se tratar de um mestrado profissional elaborou-se um Manual Digital em forma de material informativo que possa contribuir, amenizar e/ou indicar soluções para o problema de estudo. Sendo assim, é pertinente a construção de um produto educacional visando proporcionar a ampliação da divulgação dos auxílios ofertados aos estudantes e que contribuem para a permanência e êxito escolar.

3.4 COLETA DE DADOS

Buscando responder à pergunta da pesquisa: quem são os sujeitos egressos da Educação de jovens e adultos (EJA e ENCCEJA) ingressantes na educação profissional, especificamente no Curso Técnico em Meio Ambiente – Subsequente - e como o IFPA campus Parauapebas tem contribuído para permanência e êxito desses estudantes? Os dados coletados foram analisados de maneira coletiva pela natureza da pesquisa quantitativa. Para a coleta de dados primeiro englobamos questões pessoais relativas a idade, sexo e raça, segundo às informações acadêmicas.

3.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A técnica ou instrumentos de dados utilizados foi a partir do levantamento documental de turmas e alunos ingressantes, visando captar o quantitativo de alunos oriundos da EJA e ENCCEJA, que serviram de base para a discussão dos resultados conforme etapas a seguir:

Etapa I - consistiu no mapeamento dos alunos oriundos do ENCCEJA e da EJA que ingressaram no curso Técnico de Meio Ambiente, no IFPA campus Parauapebas/Canaã dos Carajás e Xinguara (ACT), atendendo ao primeiro objetivo específico da presente pesquisa. Para o mapeamento foi realizada a busca direta nos arquivos físicos das turmas (fichas de matrículas), na Secretaria do campus Parauapebas, com a devida autorização para pesquisa

através do termo de anuência pela direção geral. Iniciou-se o levantamento dos dados cadastrais e a modalidade de conclusão do Ensino Médio, conforme Certificação, EJA ou ENCCEJA, buscando identificar os alunos ingressantes no Curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente na linha temporal de 2018 à 2022, para então desenvolvermos a pesquisa.

Etapa II - realizou-se o levantamento de fontes de pesquisa para o embasamento teórico da pesquisa e discutiu-se sobre a Educação de Jovens e Adultos, ENCCEJA e Educação Profissional e Tecnológica. Nesta etapa foi feita a pesquisa bibliográfica com leitura e análise de trabalhos publicados em revistas científicas, livros, banco de dissertações e teses e outros artigos disponíveis em base de dados confiáveis como a Observatório ProfEPT, SciELO e o Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Pesquisar é uma tarefa de investigação que tem potencial de fazer emergir e, portanto, de produzir, um novo conhecimento sobre uma área ou um fenômeno em específico, sistematizando-o com base no que já existe na área, ou sobre o fenômeno (Rampazzo, 1998).

4 ANÁLISE - RESULTADOS E DISCUSSÕES

No presente capítulo apresentamos a análise e os resultados deste estudo, com o intuito de responder aos objetivos propostos, além de apresentar a discussão dos resultados, que teve como principal objetivo investigar os estudantes, oriundos da EJA e ENCCEJA, que ingressaram no curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente. Igualmente, a discussão como o IFPA contribuiu para permanência e êxito escolar, com vistas a sua formação humana integral e à efetivação do direito social à educação e continuidade nos estudos.

Em virtude dos métodos de coleta utilizados, os dados obtidos na pesquisa foram tratados da forma quantitativa. Segundo Richardson (1999), a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

Assim, nos limitamos a coletar informações que fossem quantificáveis e aplicamos em Excel, desenvolvido pela Microsoft, possibilitando a testagem de variáveis das respostas. Expomos os resultados de modo estruturado, com ajuda de tabelas e gráficos relacionais, que direcionam a análise, inferência, interpretação dos dados e apresentação de dados estatísticos partindo do perfil dos ingressantes e aspectos socioeconômicos dos alunos participantes da pesquisa, conforme os objetivos propostos.

A análise e o tratamento das informações coletadas foram fundamentados na Análise de Conteúdo que, de acordo com a concepção de Bardin (2011), pode ser definida como: Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Os resultados finais foram apresentados à Direção do Campus do IFPA, aos Coordenadores do curso de Meio Ambiente e ao Setor de Assistência Estudantil. Seguindo as orientações do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - Mestrado Profissional em Rede (ProfEPT) e do Instituto Federal de Goiás, após a defesa da dissertação de mestrado, os resultados desta pesquisa ficarão disponíveis no Repositório Digital do Instituto Federal de Goiás (ReDi IFG), na página do ProfEPT - Campus Anápolis e no Observatório do ProfEPT. O produto educacional também ficará disponível no Observatório do ProfEPT, assim como no portal eduCapes.

4.1 UM OLHAR AOS ALUNOS ADVINDOS DO ENCCEJA E DA EJA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A análise dos alunos que ingressam em cursos técnicos por meio do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos e da Educação de Jovens e Adultos traz consigo não apenas sonhos e aspirações, mas também uma série de barreiras que necessitam ser compreendidas e superadas para garantir sua plena integração e sucesso acadêmico. Este segmento de estudantes, muitas vezes são invisibilizado nas discussões sobre educação superior e técnica.

Os participantes do ENCCEJA, por exemplo, estão frequentemente buscando uma segunda chance de validar suas competências educacionais e obter um certificado de conclusão do médio. Esse exame representa para muitos a oportunidade de “abrir portas” para o mercado de trabalho, acesso a educação técnica ou mesmo o ensino superior. Por outro lado, os alunos da EJA tendem a procurar um ambiente de aprendizagem mais estruturado, que não só lhes permita completar sua educação básica, mas também ofereça um suporte pedagógico mais personalizado, focado em suas necessidades e ritmos de aprendizado específicos.

De acordo com as investigações de Andrade e Silva (2004, p. 1), os sujeitos da EJA são percebidos pelas instituições educacionais como “massa de alunos, sem identidade, qualificados sob diferentes nomes, que representam fracasso escolar”. Para Arroyo (2001, p. 2), o “[...] discurso escolar que os trata, a priori, como os repetentes, evadidos, defasados, aceleráveis, deixando de fora dimensões da condição humana desses sujeitos, básicas para o processo educacional”.

Um desafio comum enfrentado por ambos os grupos é a reconciliação da vida acadêmica com suas responsabilidades pessoais e profissionais, pois, muitos desses alunos são adultos trabalhadores, pais ou cuidadores, o que exige deles um esforço considerável para equilibrar essas obrigações com seus estudos. Essa realidade evidencia a importância de programas educacionais flexíveis e acessíveis, que possam se adaptar às complexidades das vidas dos adultos em busca de educação.

O sucesso desses programas, portanto, não se mede apenas pelos índices de aprovação ou certificações emitidas, mas também pelo impacto positivo na autoestima, no empoderamento e nas oportunidades futuras para esses indivíduos. Assim, a análise dos alunos adultos destaca a capacidade transformadora da educação e a necessidade de políticas públicas que continuem a apoiar e expandir essas oportunidades educacionais para todos os cidadãos, independentemente de sua idade ou histórico acadêmico. De acordo com Pacheco,

Pereira e Sobrinho (2009), é neste momento que os Institutos assumem o papel de agentes estratégicos na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público local e às comunidades locais.

As experiências educacionais anteriores dos alunos do ENCCEJA e da EJA, são marcadas por desafios e dificuldades, mas também por determinação e perseverança. Destarte, muitos desses alunos tiveram uma trajetória escolar interrompida, seja por evasão escolar, necessidade de trabalhar ou outras razões.

No entanto, a decisão de retornar à escola e buscar a qualificação técnica profissional demonstra o comprometimento desses alunos com sua formação educacional e profissional. Ao compreender o perfil e as características desses sujeitos é possível desenvolver estratégias e políticas educacionais mais eficazes, que promovam a inclusão e o sucesso.

A participação no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos é frequentemente marcada por uma diversidade de experiências educacionais anteriores dos candidatos. Muitos dos que se inscrevem no exame trazem consigo histórias de interrupções nos estudos, causadas por uma ampla gama de fatores sociais, econômicos e pessoais. Diante disso, destacamos a importância de estratégias pedagógicas inclusivas e adaptáveis no contexto escolar para este público. Além disso, ingressar na educação profissional representa uma segunda chance de redefinir suas jornadas educacionais.

4.2 TRAJETÓRIAS DIVERSIFICADAS E EXPECTATIVAS COM A FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

Os alunos egressos do ENCCEJA e da EJA apresentam trajetórias educacionais não lineares, marcadas por interrupções e retomadas dos estudos, que desafiam o modelo tradicional de ensino. Essas trajetórias são influenciadas por diversos fatores, incluindo questões socioeconômicas, responsabilidades familiares e laborais, além de experiências de vida que podem tanto enriquecer o processo de aprendizagem quanto representar obstáculos adicionais à educação formal. Diferente das propostas de educação para jovens e adultos nas décadas passadas, o novo paradigma educacional volta-se para uma formação que possibilite o “reconhecimento do direito de os indivíduos traçarem com autonomia suas próprias biografias formativas” (Di Pierro; Joia; Ribeiro, 2001, p. 70).

A resiliência e a determinação são características marcantes desses estudantes, que buscam na educação técnica uma oportunidade de ascensão social e profissional. Ao serem expostos a um ambiente educacional que valoriza a diversidade e promove a inclusão, os

alunos desenvolvem habilidades socioemocionais, como empatia, respeito mútuo e capacidade de trabalhar em equipes heterogêneas. Estas competências são altamente valorizadas no contexto profissional contemporâneo, pois contribuem para a criação de ambientes de trabalho mais colaborativos, inovadores e produtivos.

Ao fornecer acesso à educação de qualidade para uma população diversificada, incluindo estudantes de comunidades remotas e desfavorecidas, o IFPA atua como um catalisador para o desenvolvimento socioeconômico. A formação técnica e superior oferecida pela instituição está alinhada às necessidades locais, promovendo a geração de emprego e renda, o empreendedorismo e a inovação.

Dessa forma, a instituição não só forma indivíduos capacitados para contribuir para a economia local, mas também reforça seu compromisso com a sustentabilidade e com o desenvolvimento da região. Isso contribui para a criação de um ambiente acadêmico rico e estimulante, onde diferentes perspectivas e experiências são compartilhadas e valorizadas. Essa dinâmica enriquece o processo de ensino e aprendizagem, promove a inovação pedagógica e prepara os estudantes para enfrentar os desafios de um mundo em constante mudança.

Os estudantes egressos do ENCCEJA e da EJA veem o diploma técnico como um caminho viável e eficaz para a melhoria de suas condições de vida, acesso a melhores oportunidades de emprego e reconhecimento profissional. Essa continuidade educacional não apenas amplia suas perspectivas de carreira, mas também proporciona um maior desenvolvimento pessoal e profissional. Além disso, o aluno é inserido na educação formal o qual adquire habilidades e conhecimentos que são valorizados no mercado de trabalho, como habilidades de comunicação, pensamento crítico e resolução de problemas.

4.3 DESAFIOS E ADAPTAÇÃO AO AMBIENTE ACADÊMICO

A transição para o ambiente acadêmico representa um marco significativo para qualquer estudante, mas para aqueles advindos da Educação de Jovens e Adultos e ENCCEJA, os desafios são ainda mais pronunciados. Esses alunos, ao retornarem à escola, enfrentam uma série de obstáculos que vão desde a adaptação às rotinas de estudo até a integração social e acadêmica, exigindo deles não apenas determinação, mas também um robusto suporte institucional para superar essas barreiras. Além disso, não se pode deixar de lado a dimensão da afetividade, do cuidado, da amorosidade (sentido dado por Freire), pois o estudante que, após longo tempo, retorna à escola, precisa fundamentalmente ser bem recebido, para se sentir

parte integrante do processo. Essa recepção, aliada a ações pedagógicas acolhedoras, inclusivas, que respeitem os ritmos diferentes e o conhecimento de mundo dos estudantes, garantirá a permanência na escola.

A adaptação ao ambiente acadêmico para esses estudantes adultos é complexa, envolvendo múltiplas dimensões. Inicialmente, há o desafio da readaptação aos estudos, especialmente para aqueles que estiveram afastados do ambiente educacional por períodos significativos. Essa distância pode resultar em lacunas de conhecimento e habilidades de estudo atrofiadas, tornando a absorção do conteúdo técnico e a adaptação às metodologias de ensino um processo árduo. Freire (1996) enfatiza a importância de uma educação que considere as vivências dos alunos, sugerindo uma abordagem pedagógica que seja tanto reflexiva quanto inclusiva, alinhada às realidades desses estudantes.

Além das questões acadêmicas, os alunos do ENCCEJA e da EJA frequentemente enfrentam desafios pessoais e profissionais, como a necessidade de conciliar trabalho, estudos e responsabilidades familiares. Essa tripla jornada exige não só tempo e energia, mas também uma gestão eficaz de todas essas esferas, o que pode ser particularmente estressante para quem está tentando se adaptar a um novo ambiente de aprendizagem.

Um dos desafios primários enfrentados pelos estudantes é o desenvolvimento de habilidades de autogestão e organização do tempo. A liberdade encontrada no ambiente acadêmico, embora benéfica para o crescimento pessoal e intelectual, pode também ser uma fonte de pressão. Os alunos precisam equilibrar as responsabilidades acadêmicas com as atividades extracurriculares, trabalho e compromissos pessoais, o que exige uma capacidade aprimorada de priorização e gestão do tempo. Sem essas habilidades, o risco de esgotamento e desempenho acadêmico insatisfatório aumenta significativamente.

O suporte institucional, nesse contexto, emerge como um pilar fundamental para a adaptação e sucesso desses alunos. Instituições educacionais que reconhecem as especificidades dos estudantes adultos podem implementar medidas como horários de aulas flexíveis, suporte psicopedagógico, programas de tutoria e atividades de integração, criando um ambiente mais acolhedor e propício ao desenvolvimento acadêmico e pessoal. Tinto (1993) argumenta que a integração acadêmica e social é crucial para a retenção de estudantes, destacando a importância de uma comunidade de aprendizagem inclusiva e suportiva.

Outro aspecto relevante é a necessidade de práticas pedagógicas adaptadas às características e às necessidades dos alunos adultos. Isso inclui a aplicação de metodologias ativas de aprendizagem, que incentivem a participação ativa dos estudantes no processo educativo, valorizando suas experiências prévias e promovendo uma aprendizagem

significativa. A formação continuada dos professores para trabalhar com a diversidade de perfis dos alunos também se faz essencial, assegurando que os educadores estejam preparados para enfrentar os desafios que a educação de adultos impõe.

Em suma, a adaptação ao ambiente acadêmico para os alunos na EPT, advindos do ENCCEJA e da EJA, envolve enfrentar uma série de desafios, que vão desde a reestruturação ao mundo acadêmico até a gestão das responsabilidades pessoais e profissionais. Para tanto, é indispensável que as instituições de ensino adotem uma postura flexível e inclusiva, desenvolvendo estratégias e políticas que atendam às necessidades específicas desses estudantes, facilitando assim sua jornada educacional e contribuindo para o seu sucesso acadêmico e pessoal.

Os desafios acadêmicos enfrentados são numerosos, incluindo a necessidade de conciliar os estudos com o trabalho e a vida familiar, bem como superar lacunas de aprendizado devido ao tempo afastado do ambiente educacional. A adaptação curricular se faz necessária para atender a essas especificidades, por meio da implementação de metodologias de ensino-aprendizagem que considerem as experiências de vida e profissionais dos alunos, além de promover a aplicação prática do conhecimento em contextos reais.

A literatura acadêmica, incluindo estudos de Merriam, Caffarella e Baumgartner (2007), destaca que a aprendizagem de adultos deve levar em consideração suas experiências de vida, sugerindo uma abordagem andragógica que difere significativamente dos métodos pedagógicos tradicionalmente aplicados à educação de jovens. A personalização do aprendizado e o uso de tecnologias educacionais podem facilitar a inclusão e o sucesso desses estudantes.

Outro desafio significativo é a defasagem educacional que muitos alunos da EJA e do ENCCEJA enfrentam, já que muitos desses alunos interromperam seus estudos em estágios iniciais e, portanto, podem ter lacunas significativas em seu conhecimento acadêmico. Isso exige que os programas educacionais para adultos sejam flexíveis e adaptáveis, oferecendo oportunidades para nivelamento e recuperação de conteúdo. A adaptação curricular é essencial para garantir que esses alunos recebam o suporte necessário para preencher essas lacunas e avançar em seus estudos de forma eficaz.

Além disso, estudantes adultos muitas vezes enfrentam desafios adicionais relacionados à vida pessoal e profissional, como responsabilidades familiares, principalmente as mães com filhos menores de idade, trabalho em tempo integral, e questões de saúde. Esses fatores podem interferir no tempo e na energia disponíveis para dedicar aos estudos, tornando ainda mais difícil para esses alunos equilibrar suas múltiplas obrigações. Portanto, é crucial

que o IFPA desenvolva programas educacionais para adultos e ofereçam flexibilidade de horários e formatos de aprendizagem, bem como suporte emocional e motivacional para ajudar esses alunos a superar esses desafios e alcançar seus objetivos educacionais.

Muitos enfrentam dificuldades relacionados à adaptação ao ambiente acadêmico e pessoal. Essas podem incluir lacunas de conhecimento devido a interrupções anteriores na educação formal, limitações de habilidades de estudo, e desafios em conciliar responsabilidades pessoais, como trabalho e família, com as demandas acadêmicas. Além disso, a adaptação a novas tecnologias e métodos de ensino pode representar um obstáculo adicional para esses alunos.

4.4 ÍNDICES DE EVASÃO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ALUNOS ORIUNDOS DA EJA E DO ENCCEJA NO CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE DO IFPA CAMPUS PARAUAPEBAS

No levantamento de dados, a partir das fichas de matrícula, dos alunos ingressantes nas quatro turmas, Parauapebas 2018, Canaã dos Carajás 2020, Parauapebas 2021 e Xinguara 2022, no Curso Técnico Meio Ambiente Subsequente (TMAS), identificou-se 30 discentes, oriundos da EJA e ENCCEJA matriculados. Destes, 5 na turma de 2018, 14 na turma de 2020, 8 na turma de 2021 e 3 na turma de 2022.

A Tabela 1 apresenta o resultado desta análise com os índices de evasão, permanência e êxito dos estudantes do curso TMAS (EJA/ENCCEJA) e na Tabela 2 refere-se somente aos estudantes oriundos do ENCCEJA. Ainda, no Gráfico 2 apresenta-se o êxito Escolar dos alunos concluintes do curso TMAS IFPA – Campus Parauapebas (EJA/ENCCEJA).

Tabela 1 - Índices de Evasão, Permanência e Êxito no curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente IFPA – Campus Parauapebas / Estudantes EJA/ENCCEJA

Ano	Cidade	Nº Discentes Ingressantes	Nº Discentes Evadidos	% Evadidos	Nº Discentes Permanentes	% Permanentes	Nº Discentes Concluintes	% Concluintes	Vagas Ofertadas
2018	Parauapebas	5	3	60%	0	0%	2	40%	40
2020	Canaã dos Carajás	14	7	50%	0	0%	7	50%	40
2021	Parauapebas	8	4	50%	0	0%	4	50%	40
2022	Xinguara	3	0	0%	3	100%	0	100%	50
TOTAL		30	14	14 (47%)	3	3 (10%)	13	13 (43%)	170

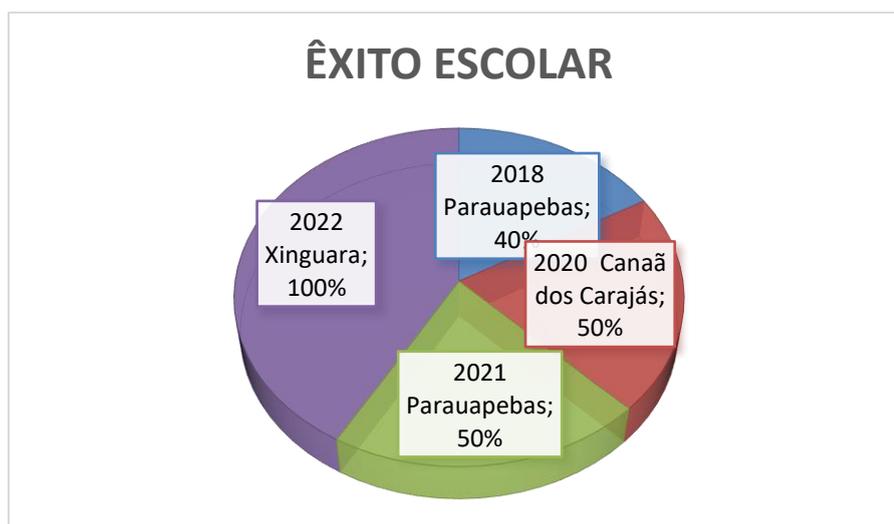
Fonte: Autoria própria (2024).

Tabela 2 - Índices de Evasão, Permanência e Êxito no curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente IFPA – Campus Parauapebas/Estudantes ENCCEJA

ESTUDANTES ENCCEJA									
Ano	Cidade	Nº Discentes Ingressantes	Nº Discentes Evadidos	% Evadidos	Nº Discentes Permanentes	% Permanentes	Nº Discentes Concluintes	% Concluintes	Vagas Ofertadas
2018	Parauapebas	4	3	75%	0	0%	1	25%	40
2020	Canaã dos Carajás	0	0	0%	0	0%	0	0%	40
2021	Parauapebas	0	0	0%	0	0%	0	0%	40
2022	Xinguara	2	0	0%	2	100%	0	0%	50
TOTAL		6	3	50%	3	50%	0	0%	170

Fonte: Autoria própria (2024).

Gráfico 2 - Êxito Escolar dos alunos concluintes do curso TMAS/IFPA – Campus Parauapebas (EJA/ENCCEJA)



Fonte: Autoria própria (2024).

O que se percebe com estes resultados é que, na sua maioria, metade dos ingressantes conseguiram ter êxito escolar e avançar nesta etapa. No início dos cursos até a ocasião, registrou-se o total 14 evasões, que corresponde à 47% do total das 4 turmas, das quais 60% são os estudantes da turma de 2018, campus Parauapebas, com 50% de evasão das turmas de 2020 e 2021 e 100% de permanência, já integralizando o curso, na turma ofertada no município de Xinguara 2022.

Segundo Garcia (2020), pesquisas que analisam os índices de evasão mostram que os estudantes, de forma geral, apresentam dificuldades em permanecer até a conclusão dos cursos ofertados Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, principalmente no ensino técnico. Segundo o estudo realizado por Gallindo (2018) com dados extraídos do SISTEC

(2021), em relação ao número de matriculados há um percentual de 35,26% de egressos sem êxito em todos os cursos da Rede Federal. Já nos cursos técnicos concomitantes e subsequentes, o número de egressos sem êxito chega a 47% e 43%, respectivamente. No campus Parauapebas, foco deste estudo, a realidade não é diversa e cabe serem analisadas as causas.

4.4.1 Permanência e êxito escolar de Jovens e Adultos

Para melhor compreensão da permanência e o êxito escolar dos jovens e adultos em contextos educacionais destacamos as contribuições teóricas de Gerson Carmo (2016), que discorreu sobre a importância da permanência, persistência e senso de pertencimento para o sucesso dos estudantes. É um autor reconhecido por suas contribuições significativas para o entendimento do êxito escolar e da permanência dos estudantes, com um foco particular nas três categorias mencionadas.

A compreensão e o aprofundamento do êxito escolar e da permanência dos jovens e adultos em ambientes educacionais contemporâneos são essenciais para o desenvolvimento de políticas e práticas educacionais eficazes, especialmente no contexto da Educação Profissional. Nesse sentido, neste subcapítulo bibliográfico explora-se de forma mais detalhada esses conceitos fundamentais, destacando não apenas a necessidade da permanência dos alunos, mas também da persistência e do senso de pertencimento para o alcance do sucesso acadêmico.

O êxito escolar é um conceito multifacetado que vai além da simples obtenção de notas altas. Ele engloba não apenas o desempenho acadêmico, mas também o desenvolvimento socioemocional, a autoestima e a capacidade de enfrentar desafios. Para os jovens e adultos que retornam aos estudos, o êxito escolar muitas vezes está intrinsecamente ligado à sua capacidade de permanecer na escola e de se engajar de forma significativa no processo de aprendizagem.

O êxito escolar e a permanência dos estudantes, especialmente os jovens e adultos em contextos de Educação Profissional, são fundamentais para o desenvolvimento pessoal e profissional. A promoção da permanência, persistência e senso de pertencimento dos estudantes requer uma abordagem holística, que leve em consideração não apenas os aspectos acadêmicos, mas também os emocionais, sociais e culturais. As contribuições teóricas de Gerson Carmo fornecem insights valiosos para entender e abordar esses desafios, destacando a importância de criar ambientes escolares inclusivos e acolhedores, nos quais todos os

estudantes se sintam valorizados e apoiados em sua jornada educacional.

Autores como Vianna (2015), em seu trabalho “Educação de Jovens e Adultos: Teoria, Prática e Proposta”, oferece uma análise abrangente sobre a permanência dos alunos na educação de jovens e adultos. Ele destaca a importância de estratégias pedagógicas que promovam a inclusão e a participação ativa dos estudantes, criando um ambiente propício para que se sintam parte da comunidade escolar.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), em “Educação Profissional: Identidade, Currículo e Trabalho”, abordam a persistência dos estudantes em cursos de educação profissional. Os autores discutem como uma formação profissional certificada com as demandas do mercado de trabalho pode influenciar a motivação dos alunos para persistir nos estudos, além de explorar em políticas educacionais que promovam a continuidade dos estudantes nos cursos.

Lima e Pacheco (2019), em “Educação de Jovens e Adultos: Experiências, Desafios e Perspectivas”, oferecem uma visão ampla sobre o senso de pertencimento dos estudantes na educação de jovens e adultos. Eles analisaram como a construção de uma identidade escolar positiva pode influenciar o engajamento dos alunos e promover um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e inclusivo.

Rocha (2010), em “Evasão e Permanência na Educação de Jovens e Adultos”, reúne uma coletânea de estudos que abordam diversos aspectos relacionados à permanência dos alunos nesse contexto. Os autores analisam as causas da evasão escolar e propõem estratégias para promover a permanência dos estudantes, contribuindo assim para a compreensão e enfrentamento dos desafios nesse campo específico.

No âmbito do IFPA o documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos estudantes do IFPA (2017), que foi aprovado pela Resolução CONSUP n.º 513/2017, de 26 de dezembro de 2017, e representa uma política educacional. O documento apresenta estratégias gerais com base no levantamento dos campi, com ações de prevenção a evasão retenção escolar direcionadas para cada tipo de curso, conforme descritas na Figura 12.

Figura 12 - Estratégias de Intervenção Evasão e Retenção/Permanência e Êxito

ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO	
FATORES DE EVASÃO E RETENÇÃO	ESTRATÉGIA PARA A PERMANÊNCIA E ÊXITO
Fatores Individuais do discente	
Dificuldade de adaptação à vida escolar/acadêmica.	Desenvolver programa de acolhimento e acompanhamento aos discentes
Falta de identificação com o curso. Desmotivação com o curso escolhido.	Ações de divulgação da Instituição e dos cursos. Feiras Vocacionais Política de acesso
Deficiência da organização para os estudos. Dificuldades de aprendizagem. Formação escolar anterior deficitária.	Projetos de ensino, pesquisa e extensão atrelados a políticas dos <i>campi</i> . Adequação dos Projetos Políticos pedagógicos dos cursos
Questões de saúde do estudante ou familiar.	Programa de prevenção e orientação de serviços de saúde da instituição.
Dificuldades financeiras do estudante ou família (Desemprego). Dificuldades de trabalho para discentes e egressos.	Ampliação dos auxílios de assistência estudantil e bolsas de iniciação científica e de extensão.
Fatores Internos à Instituição	
Ausência de estágio.	Desenvolver uma política de acompanhamento e intervenção de encaminhamento de estágio.
Acompanhamento pedagógico junto à coordenação de curso. Falta de aulas práticas no curso. Melhoria da infraestrutura do curso. Desempenho insatisfatório do professor.	Estabelecer política de capacitação pedagógica para o desenvolvimento de práticas docentes.
Fatores Externos à Instituição	
Transporte	Articulação junto aos órgãos municipais para ampliação de transporte público
Desinteresse pela disciplina, dificuldade de aprendizagem.	Plano de acompanhamento pedagógico Cursos e minicursos sobre hábitos de estudo

Fonte: IFPA (2017, p. 27).

4.4.1.1 Permanência, Persistência e Senso de pertencimento

A permanência na escola é um fator determinante para o êxito dos estudantes. Isso envolve não apenas estar matriculado, mas também participar ativamente das atividades educacionais, sentir-se parte da comunidade escolar e persistir diante das dificuldades. O estudante, não se sentindo parte e envolvido nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, pode levar a altas taxas de evasão, especialmente entre jovens e adultos que enfrentam desafios adicionais, como responsabilidades familiares e profissionais.

Em seus estudos, Carmo (2016) destaca a importância de criar ambientes escolares acolhedores e inclusivos, nos quais os estudantes se sintam valorizados e apoiados. Ele ressalta que a promoção da permanência dos estudantes está diretamente ligada à criação de políticas e práticas educacionais que reconheçam e atendam às necessidades individuais dos alunos, especialmente daqueles que enfrentam desafios adicionais. Quanto à persistência, o autor argumenta que ela é influenciada por uma variedade de fatores, incluindo a autoeficácia dos estudantes, o apoio social e a qualidade do ambiente de aprendizagem.

No que diz respeito ao senso de pertencimento, o autor enfatiza a importância de criar comunidades escolares coesas e inclusivas, nas quais todos os estudantes se sintam parte de algo maior. Ele destaca a necessidade de promover a diversidade e o respeito mútuo dentro do ambiente escolar, criando assim um senso de pertencimento que fortaleça o vínculo dos estudantes com a escola e contribua para o seu êxito acadêmico.

A obra de Vianna (2015) oferece uma perspectiva valiosa sobre os desafios enfrentados pelos estudantes adultos que retornam à educação formal. Ao examinar as teorias e práticas relacionadas à Educação de Jovens e Adultos, se lança luz sobre a importância de criar ambientes educacionais inclusivos e acolhedores, nos quais os estudantes se sintam motivados e apoiados em sua jornada de aprendizagem.

Por sua vez, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), oferecem insights relevantes sobre a relação entre identidade profissional, currículo educacional e inserção no mercado de trabalho. Suas reflexões destacam como uma formação profissional adequada pode influenciar diretamente a persistência dos estudantes nos cursos de Educação Profissional, preparando-os para os desafios do mundo do trabalho.

Além disso, Carmo (2016), em sua obra “Sentidos da Permanência na Educação: O Anúncio de uma Construção Coletiva”, contribui de forma significativa para a compreensão das nuances da permanência dos alunos em ambientes educacionais diversos. Ao explorar os diversos sentidos atribuídos à permanência, Carmo enriquece o debate sobre as estratégias e

políticas que visam promover uma maior permanência dos estudantes, especialmente aqueles que enfrentam desafios adicionais.

A coletânea organizada por Lima e Pacheco (2019), “Educação de Jovens e Adultos: Experiências, Desafios e Perspectivas”, oferece uma visão abrangente sobre as experiências educacionais dos jovens e adultos, destacando os desafios enfrentados por esse público específico. Suas análises contribuem para uma compreensão mais profunda das questões relacionadas à permanência e ao êxito escolar, fornecendo assim subsídios importantes para o desenvolvimento de políticas educacionais mais inclusivas.

Por fim, a obra organizada por Rocha (2010), “Evasão e Permanência na Educação de Jovens e Adultos”, oferece uma análise detalhada das causas da evasão escolar e das estratégias para promover a permanência dos estudantes na Educação de Jovens e Adultos. Ao abordar essas questões complexas, Rocha e colaboradores oferecem insights valiosos para os educadores, gestores e formuladores de políticas públicas interessados em enfrentar os desafios relacionados à permanência dos estudantes nesse contexto educacional específico.

Em conjunto, essas obras oferecem uma base teórica sólida para a compreensão e abordagem dos desafios relacionados ao êxito escolar e à permanência dos jovens e adultos na Educação Profissional, destacando a importância de políticas e práticas educacionais inclusivas e sensíveis às necessidades desse público específico.

A persistência é fundamental para superar os obstáculos encontrados ao longo do percurso educacional. Os estudantes que persistem diante das dificuldades têm mais chances de alcançar o êxito escolar, pois estão dispostos a enfrentar os desafios e a buscar recursos para superá-los. Além disso, a persistência está intrinsecamente ligada à motivação intrínseca dos estudantes, que os impulsiona a continuar mesmo quando as circunstâncias parecem desfavoráveis.

O senso de pertencimento é outro aspecto crucial para o êxito escolar e a permanência dos estudantes. Sentir-se parte da comunidade escolar cria um ambiente de apoio emocional e social que fortalece o vínculo dos estudantes com a escola. Isso pode ser especialmente relevante para jovens e adultos que retornam aos estudos após um período afastados, pois o sentimento de pertencimento pode ajudá-los a superar a ansiedade e a insegurança iniciais.

4.5 PERFIL SOCIECONÔMICO E DEMOGRÁFICO DOS ALUNOS CONCLUINTES

Os alunos advindos do ENCCEJA e da EJA apresentam um perfil socioeconômico e demográfico diversificado, com ampla variação em idade, renda familiar, experiência de

trabalho e histórico educacional. Muitos desses estudantes vêm de camadas sociais mais vulneráveis, com limitado acesso a recursos educacionais e tecnológicos.

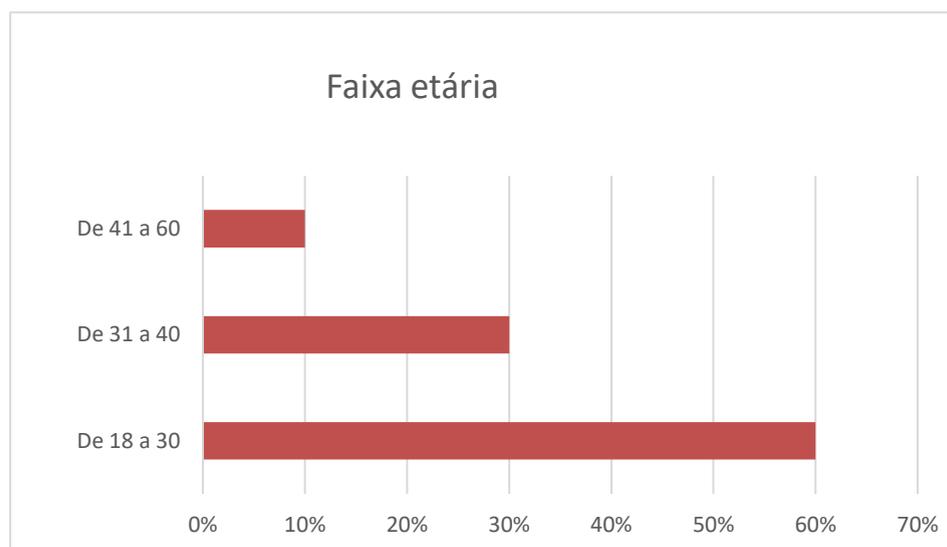
Além disso, a limitação tecnológica pode prejudicar a integração desses estudantes em um mundo cada vez mais digitalizado, diminuindo suas oportunidades de aprendizado e inserção social. A idade desses alunos é tipicamente superior à dos estudantes que seguem o percurso educacional tradicional, com muitos deles já inseridos no mercado de trabalho ou com responsabilidades familiares significativas.

Do ponto de vista socioeconômico, muitos dos candidatos do ENCCEJA e da EJA vêm de famílias de baixa renda, o que pode ser impactado suas trajetórias educacionais. A falta de recursos financeiros muitas vezes limita o acesso a escolas de qualidade e a recursos educacionais adequados, o que pode ter contribuído para a interrupção de seus estudos. Ademais, questões como a falta de transporte público, a distância entre a residência e a escola, e a necessidade de trabalhar para ajudar a família podem ter sido fatores que influenciaram sua decisão de abandonar a escola.

No entanto, apesar dos desafios enfrentados demonstram uma forte determinação em concluir sua educação. Eles reconhecem a importância da educação formal para melhorar suas perspectivas de vida e estão dispostos a dedicar tempo e esforço para alcançar esse objetivo. Esse perfil socioeconômico e demográfico dos alunos do ENCCEJA destaca a importância de políticas públicas que visem reduzir as desigualdades educacionais e proporcionar oportunidades equitativas de educação para todos os brasileiros.

Analisando os estudantes que concluíram o curso, as fichas de matrícula nos permitiram caracterizar o perfil dos 30 estudantes oriundos da EJA e ENCCEJA das 4 turmas do curso Técnico em Meio Ambiente, modalidade Subsequente, Campus Parauapebas. O perfil dos estudantes, de acordo com os critérios definidos pela presente pesquisa, é composto pela faixa etária, renda familiar mensal, forma de ingresso e para análise e discussão apresentamos índices de estudantes contemplados pela Assistência Estudantil do IFPA Campus Parauapebas (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Faixa etária dos alunos concluintes do curso TMAS IFPA – Campus Parauapebas (EJA/ENCCEJA)



Fonte: Autoria própria (2024).

A partir dos dados verifica-se uma concentração de pessoas matriculadas na idade entre 18 a 30 anos. Portanto, jovens, o que corresponde a 60% da turma, ficando apenas 30% de adultos com idades entre 31 a 40 anos e 10% de 41 a 60 anos. Segundo as pesquisas encontradas, verificamos que, para Lima, Malange e Borges (2018), o perfil de ingressantes pode ser entendido a partir de dados pessoais, dados escolares, dados familiares e econômicos. Em relação ao gênero os dados podem ser visualizados na Tabela 3.

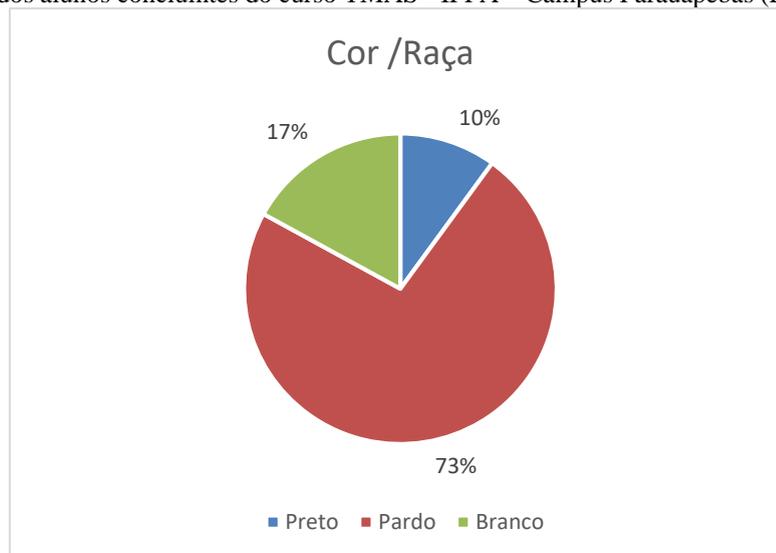
Tabela 3 - Gênero dos alunos concluintes do curso TMAS IFPA – Campus Parauapebas (EJA/ENCCEJA)

Quantitativo de Alunos do Curso Técnico em Meio Ambiente				
Ano	Turmas nas cidades	Feminino	Masculino	Total de discentes
2018 a 2022	Parauapebas/ Canaã/Xinguara	77%	23%	30

Fonte: Autoria própria (2024).

Observa-se que as mulheres obtiveram um percentual relevante de 77% e os homens 23%. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2023) as mulheres são maioria nas salas de aula da educação profissional do país. O Censo Escolar da Educação Básica mostra que em 2021 a educação profissional teve mais de um milhão 892 mil matrículas, e que o total de estudantes do sexo feminino é maior em quase todas as faixas etárias. Em relação a raça os dados são apresentados no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Cor/ Raça dos alunos concluintes do curso TMAS - IFPA – Campus Parauapebas (EJA/ENCCEJA)



Fonte: A autoria própria (2024).

As informações das fichas revelaram ainda que 73% dos estudantes se autodeclararam de cor parda ou negra, somados a 17% brancos e 10% pretos. Podemos observar, no montante de 6 alunos, ou seja, uma diversificação no fenótipo dos estudantes que participaram da pesquisa.

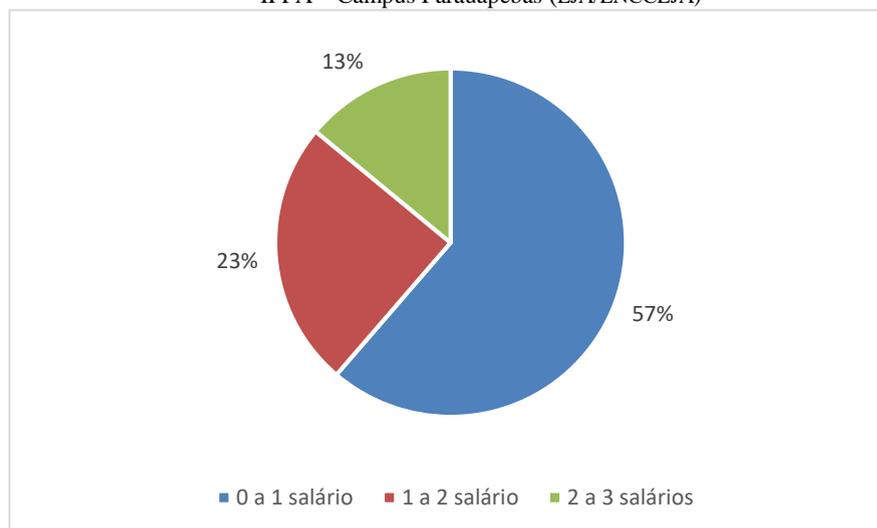
Nesse sentido, Andrade e Silva (2004, p. 1), nos lembra que “[...] negros e pardos com mais de 10 anos de idade têm menos anos de escolarização do que brancos, sendo que nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste essas diferenças se apresentam de forma mais aguda”. Concordamos com a autora ao destacar que a “[...] questão racial é ponto central para o entendimento da condição dos sujeitos da EJA que reflete as desigualdades sociais e econômicas no Brasil”, o que historicamente, no nosso entendimento, contribuiu para o surgimento das cotas.

E como os sujeitos da EJA chegam tardiamente à escola, acreditamos que a maioria de estudantes negros e pardos, expressos acima, teve dificuldades de conciliar as suas necessidades de subsistência com o acesso aos estudos, bem como a sua continuidade. Para Moura (1999), isso é próprio dos estudantes da camada popular, que além de enfrentarem situação de exclusão social e preconceito, se deparam com as poucas condições de sobrevivência existentes nos municípios do interior.

De acordo com a Lei n.º 12.711, sancionada em 29 de agosto de 2012, são destinadas 50% das vagas para alunos cotistas que tenham estudado integralmente em escolas públicas. Dos 50%, 20% das vagas devem ser reservadas para negros (pretos e pardos), indígenas, quilombolas e deficientes. A lei se aplica para concursos públicos e em processos seletivos

das instituições federais (como Instutos e Universidades) (Brasil, 2012a). Em relação a renda dos alunos os dados encontram-se no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Renda Per capita dos alunos concluintes do curso TMAS
IFPA – Campus Parauapebas (EJA/ENCCEJA)



Fonte: Autoria própria (2024).

Sobre o aspecto que caracteriza a condição socioeconômica, constava, nos requerimentos de matrícula dos 30 estudantes, renda familiar de 0 a 1 salários mínimos, representando 57%; de 1 a 2 salários mínimos 23% e de 2 a 3 com 13% no geral das turmas. Percebemos então o quanto apresentam alto índice de vulnerabilidade social e que a maioria necessitava de um incentivo financeiro para concluir o ensino técnico e se alocar no mercado de trabalho.

Moura (2013, p. 2) reflete em seus estudos que a “[...] renda, é algo que varia de mês para mês, tudo depende do trabalho desenvolvido, mas sem dúvida representa uma quantia muito baixa”, que os estudantes e suas famílias dispõem para sobreviver. Essa renda, muitas vezes, é incerta e obtida no desenvolvimento de atividade no setor produtivo informal.

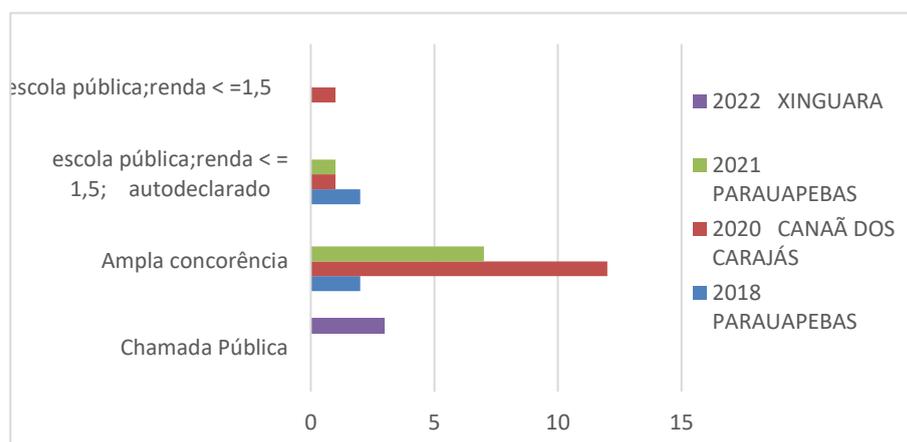
Compreender a realidade desse público é fundamental para que a escola organize as ações pedagógicas de modo a inseri-lo com políticas de assistência estudantil, que permita a continuidade dos estudos. Desse modo, na Tabela 4 e Gráfico 6 sistematizamos a forma de ingresso dos candidatos, egressos da EJA/ENCCEJA, aprovados no Curso TMAS.

Tabela 4 – Forma de ingresso dos candidatos, egressos da EJA/ENCCEJA, aprovados no Curso TMAS

ANO	CIDADE	Chamada Pública	Ampla concorrência	escola pública (EP); renda \leq 1,5; autodeclarado PPI (preto, pardo, Indígena)	escola pública; renda \leq 1,5	escola pública; renda \geq 1,5; autodeclarado PPI	Total de Ingressantes
2018	Parauapebas	0	2	2	0	1	5
2020	Canaã dos Carajás	0	12	1	1	0	14
2021	Parauapebas	0	7	1	0	0	8
2022	Xinguara	3	0	0	0	0	3
Total		3	21	4	1	1	30

Fonte: Autoria própria (2024).

Gráfico 6 – Forma de Ingresso dos candidatos, egressos da EJA/ENCCEJA, aprovados no Curso TMAS



Fonte: Autoria própria (2024).

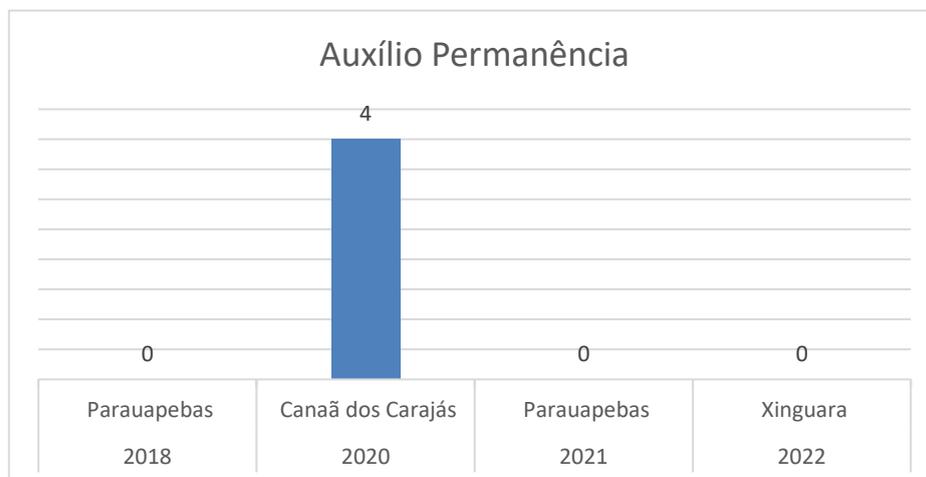
A partir dos dados nota-se que acesso desses estudantes se deu pela ampla concorrência ou sistema universal de vagas, onde a turma na cidade de Canaã dos Carajás liderou o ranking. Isso nos mostra que o acesso é garantido e estes sujeitos de qualquer forma procuram se qualificar e progredir nos estudos.

4.6 ESTUDANTES CONTEMPLADOS COM O AUXÍLIO ESTUDANTIL

O Instituto Federal do Pará oferta o auxílio estudantil para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e o documento normativo - Resolução CONSUP n.º 07/2020 – regulamenta a concessão dos auxílios da Assistência Estudantil. Os auxílios explicitados são: permanência; pessoa com deficiência - PcD; alternância; ensino; pesquisa; extensão; apoio pedagógico para participação em eventos técnico-científicos, esportivos e

culturais; eventual, entre outros (IFPA, 2020b). Os dados obtidos encontram-se gráfico 7.

Gráfico 7 - Estudantes contemplados com o auxílio estudantil



Fonte: Autoria própria (2024).

Os dados nos revelam um elemento importante. Do universo de 30 estudantes, somente 4 tinham acesso ao auxílio estudantil, que garantiu a permanência e efetivou-se a conclusão do curso, sendo que a tabela da renda familiar nos informa que 57% recebem até 1 salário-mínimo. Dentro deste parâmetro nota-se que os mesmos se encontram em vulnerabilidade social, levando em consideração ao que se preconiza que, para se obter o auxílio o indivíduo deva ter a renda per capita de até 1 salário-mínimo e meio. Diante deste fato, abarcamos a necessidade de se repensar o tipo de política de assistência estudantil que vem sendo promovida no contexto Institucional e da política social brasileira atual e no Campus Parauapebas.

A partir deste resultado, foi pensado o produto educacional denominado “Manual da Assistência Estudantil: entendendo os auxílios”, que tem como um dos seus objetivos contribuir para o acesso, permanência e êxito dos estudantes, prioritariamente, àqueles em situação de vulnerabilidade social ou situação de pobreza. Igualmente, busca atender as necessidades e anseios dos estudantes do IFPA.

O manual serve como um recurso para ampliar a divulgação e aproximação do aluno com Política de Assistência Estudantil, conhecendo os tipos de auxílios ofertados pelo IFPA e como requerê-los em caso de necessidade para que sejam assistidos pelo Programa de Assistência Estudantil do campus. O Manual beneficia a todos os estudantes e faz com que um tipo de conhecimento consiga chegar, simbólica e materialmente, em diversos grupos de forma dinâmica, atrativa e didática.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

5.1 ELABORAÇÃO E DESCRIÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A partir das investigações feitas na dissertação intitulada de “Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional e Tecnológica: Um estudo no Curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente do IFPA Campus Parauapebas/PA”, várias questões envolvem o processo de permanência e êxito em um curso técnico. Por meio da análise dos dados dos sujeitos pesquisados puderam ser elucidados alguns elementos que definem o processo de permanência e uma delas é a assistência ao estudante quanto ao recurso financeiro e apoio pedagógico para trajetória de sucesso. Em síntese, portanto, chegamos ao produto educacional denominado **“Manual da Assistência Estudantil: entendendo os auxílios”**, oriundo da presente pesquisa, desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em rede, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Goiás (IFG) – Campus Anápolis. O estudo está inserido na linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), do ProfEPT. O manual se enquadra na categoria de material textual, cujo conteúdo foi organizado de forma lúdica e dinâmica, utilizando-se linguagem verbal e não verbal.

A partir da pesquisa foi escolhida a categoria “material textual”. De acordo com o documento de área, o produto educacional pode ser desenvolvido em diferentes categorias, tais como: “Mídias educacionais; Protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; Propostas de ensino; Material textual; Atividades de extensão; entre outros (CAPES, 2013, p. 53).

Objetiva apresentar ao usuário (estudante), de forma simplificada, o conceito de assistência estudantil, o contexto em que ela está inserida e quais os benefícios previstos na Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Pará. O manual permite, ao usuário estudante, conhecer os tipos de auxílios ofertados pelo IFPA e como requerê-los em caso de necessidade para que sejam assistidos pelo Programa de Assistência Estudantil do campus. Foi elaborado na versão gratuita do site Canva, com a utilização do banco de imagens gratuitas do Canva, wordart e de “avatars” disponíveis no aplicativo Bitmoji.

Seguindo as orientações do regulamento do ProfEPT, o produto educacional foi desenvolvido para todos os estudantes ingressantes, tanto nível médio e superior, que tenham interesse em pleitear os auxílios disponibilizados no edital de seleção do Programa Nacional

de Assistência Estudantil (PNAES), ou seja, o manual partiu pela liberdade de criação do material, possibilitando uma apresentação com informações de interesse e suporte ao estudante. Segundo Pinheiro e Aires (2023), o Produto Educacional no Mestrado Profissional é a materialização da própria pesquisa do mestrando, devolvida à realidade de origem do pesquisador, fruto de suas experiências, problematizações e inquietações do meio educacional ao qual pertence. O processo de desenvolvimento do Produto deve estar vinculado ao processo de desenvolvimento da pesquisa, sendo um resultado do outro.

A ideia da produção de um manual, pelo olhar de quem o utilizará, busca valorizar as particularidades do grupo e produzir uma relação de identificação entre produto-usuário. Entretanto, o mais relevante na criação dos manuais informativos é a possibilidade de disseminar um conteúdo específico que se propõe a ser de fácil compreensão, acesso e domínio e que seja voltado para as necessidades e anseios de um determinado público, ou seja, é fazer com que um tipo de conhecimento consiga chegar, simbólica e materialmente, em diversos grupos de forma dinâmica, atrativa e didática. A partir disso a proposta foi, em um único material, poder discorrer sobre os tipos de auxílios oferecidos no âmbito do IFPA e como solicitá-los em caso de necessidade para permanência e êxito escolar.

Sendo utilizado como um recurso para ampliar a divulgação e aproximação do aluno com Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Pará, foi elaborado com base nos próprios documentos já publicados pelo Instituto Federal do Pará e tem como objetivos:

1. Descrever sobre os auxílios da Assistência Estudantil ofertados pelo Campus Parauapebas;
2. Avaliar a versão final do Manual, com possível publicação no site do IFPA.

O produto educacional está organizado, quanto à descrição, com a capa, ficha técnica, sumário, informações de links importantes, conceitos de assistência estudantil e as áreas que a assistência estudantil pode atuar, requisitos para solicitação dos auxílios, finalidade, objetivos, público alvo, auxílios ofertados e definição de cada um, curiosidade de como o receber o pagamento, canais de atendimento e canais de denúncias.

Iniciamos o manual apresentando os elementos para nortear o estudante sobre o manual da Assistência Estudantil, conforme previsto no Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES e nas Resoluções Consup 207 e 208 de 2020 que Regulamenta o Programa de Assistência Estudantil no IFPA e inserimos links de acesso da plataforma de vídeos online - YouTube, que fornecem informações sobre o que é o Índice de Vulnerabilidade Social; como solicitar o IVS; como solicitar o Auxílio Estudantil – passo a passo; como solicitar o auxílio menstrual – passo a passo. Inserimos também links do material

em PDF: como realizar a inscrição pelo SIGAA e o Manual do Discente – como solicitar o Auxílio Estudantil – passo a passo. A parte de definição dos auxílios foram inseridas no manual com a perspectiva direcionar o estudante a tirar dúvidas que podem surgir e as orientações cabíveis.

O Manual foi elaborado pela pesquisadora e avaliado e validado pela banca examinadora e pelo servidor Chefe do Setor da Assistência Estudantil do IFPA – Campus Parauapebas. Para sua criação, foram extraídas informações constantes no Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) a nível nacional, bem como a Resolução n.º 08/2020-CONSUP, de 8 de janeiro de 2020, que regulamenta a concessão de auxílios da Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará e o manual da DTI - procedimento para solicitação de auxílio.

5.2 O MANUAL COM BASE NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPA

A Política de Assistência Estudantil do IFPA, norteia-se pelo PNAES e por um conjunto de princípios e diretrizes que devem orientar a construção de programas e projetos da assistência estudantil, com objetivo de garantir ao estudante acesso, permanência e êxito em seu percurso acadêmico. E assim, procura atender prioritariamente estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou situação de pobreza.

A assistência estudantil pode atuar nas seguintes áreas, conforme o PNAES: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010a, 2010b).

Segundo a Política de Assistência Estudantil do IFPA prevista no PDI 2019-2023 (IFPA, 2019), são objetivos do PNAES:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (Brasil, 2010a, on-line)

Para Scarpini (2022), o objetivo intrínseco à identificação das demandas é garantir que os alunos em situação de vulnerabilidade social, à margem da sociedade, possam ter melhores

condições de vivenciar o seu processo educativo, o seu itinerário escolar, permanecendo na escola e concluindo os estudos e a sua formação com qualidade.

O Setor de Assistência Estudantil dos campi do IFPA tem em suas atribuições atender os estudantes em situação de vulnerabilidade social, promovendo e ampliando a formação dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a reflexão crítica, educacional e política, atuando também no acompanhamento e na avaliação dos programas de assistência estudantil. Todas essas atribuições possuem como objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades aos estudantes, na perspectiva do direito social assegurado pela Constituição, voltada a contribuir para a permanência e êxito dos estudantes na instituição.

Dentre os auxílios ofertados pelo Instituto Federal do Pará, destacam- se:

1. Auxílio Permanência é o auxílio financeiro ofertado aos estudantes em comprovada situação de vulnerabilidade social, para ajudar com despesas de alimentação, transporte, moradia, atenção à saúde, creche e apoio pedagógico e objetiva a permanência e êxito no percurso de formação. Em editais anteriores, esse auxílio era denominado como “Auxílio Estudantil”;
2. Auxílio Pessoa com Deficiência (PcD) é o auxílio financeiro ofertado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, para despesas com alimentação, transporte, moradia e material de apoio pedagógico até a integralização do curso. O estudante deverá apresentar, semestralmente, ao setor de assistência estudantil, o Relatório Individual de Acompanhamento de Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas emitido pela equipe multiprofissional e interdisciplinar do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE);
3. Auxílio Bolsa Permanência ofertado aos estudantes matriculados em curso de graduação, sendo estes indígenas ou quilombolas, em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica;
4. Auxílio Monitoria destina-se a estudantes regularmente matriculados nos cursos superiores de graduação do IFPA, em situação de vulnerabilidade social e se desenvolve por meio de ações de assistência às aulas ou a atividades de auxílio ao professor com a finalidade de melhoria do processo de ensino-aprendizagem nos cursos superiores de graduação do IFPA;
5. Auxílio Participação em Eventos é auxílio financeiro a estudantes em comprovada situação imprevisível, extrema e temporária de vulnerabilidade socioeconômica que

impossibilite a permanência e o êxito no percurso acadêmico e que tendem a interferir diretamente no processo de ensino-aprendizagem do estudante;

6. Auxílio Assistência Ensino é o auxílio financeiro a estudantes que estejam comprovadamente em situação de vulnerabilidade social e objetiva incentivar o desenvolvimento intelectual dos discentes em situação de vulnerabilidade social, bem como fomentar a participação destes em projetos de ensino da instituição;

7. Auxílio Assistência Pesquisa é o auxílio financeiro a estudantes que estejam comprovadamente em situação de vulnerabilidade social e objetiva incentivar a produção científica entre os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como, fomentar a participação destes em projetos de pesquisa da instituição. Os auxílios ofertados deverão ser vinculados aos projetos de pesquisa aprovados por edital, cabendo ao estudante selecionar o projeto que pretende concorrer para sua vinculação;

8. Auxílio Assistência Extensão é o auxílio financeiro a estudantes que estejam comprovadamente em situação de vulnerabilidade social e objetiva incentivar a produção científica entre os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como fomentar a participação destes em projetos extensionistas da instituição;

9. Auxílio Apoio Pedagógico destina-se ao aluno para participação em Eventos Técnico Científicos, Esportivos e Culturais de âmbito Estadual ou Nacional, visando estimular a ampliação do conhecimento, fomentar a produção acadêmica e a prática esportiva e cultural.

10. O Auxílio Alternância é o auxílio financeiro a estudantes em comprovada situação de vulnerabilidade social matriculados em cursos organizados em alternância pedagógica para auxiliar no custeio de despesas com o deslocamento tempo-escola e tempo-comunidade, creche, apoio pedagógico e atenção à saúde, conforme Resolução n.º 081/2018/CONSUP;

11. Auxílio Eventual é o auxílio financeiro a estudantes em comprovada situação imprevisível, extrema e temporária de vulnerabilidade socioeconômica que impossibilite a permanência e o êxito no percurso acadêmico;

Além das ações prioritárias executadas pelo setor de Assistência Estudantil, este também participa das análises e seleções dos estudantes em comprovada situação de vulnerabilidade social, participantes de ações vinculadas à Editais da instituição, tais como, PIBEX, PIBICT, participação em eventos e monitoria.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar os estudantes, oriundos da EJA e ENCCEJA, que ingressaram no curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente e como o IFPA contribuiu para permanência e êxito escolar, com vistas a sua formação humana integral e à efetivação do direito social à educação e continuidade nos estudos. O processo de pesquisa se deu por meio dos objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico tratou de identificar a importância das políticas públicas para acesso à educação no Brasil, EJA e ENCCEJA, para aceleração e continuidade dos estudos e constatamos a educação é transformadora e necessita de políticas públicas que apoiem e expandam as oportunidades educacionais para todos os cidadãos, independentemente de sua idade ou histórico acadêmico. Ao refletir sobre o papel e as contribuições do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) para a educação de Jovens e adultos no ambiente escolar, fica evidente a necessidade de se estabelecer políticas públicas desburocratizadas, menos complexas e, que na sua maioria, os mais vulneráveis não têm acesso.

O ingresso de estudantes oriundos da EJA e ENCCEJA em cursos técnicos da Instituição, levanta questões importantes para as práticas educacionais e políticas públicas. É essencial que as políticas educacionais reconheçam e atendam às necessidades específicas dos aprendizes adultos, promovendo acessibilidade, flexibilidade e suporte adequado. De acordo com Arbache (2001, p. 22), “visualizar a educação de jovens e adultos levando em conta a especificidade e a diversidade cultural dos sujeitos que a elas recorrem torna-se, pois, um caminho renovado e transformador nessa área educacional”. Isso implica em revisões curriculares, investimentos em formação docente especializada em educação de adultos e a implementação de políticas que facilitem a reentrada no sistema educacional.

Além disso, a integração de políticas públicas que abordem as barreiras socioeconômicas enfrentadas por esses alunos pode contribuir significativamente para seu sucesso educacional. O envolvimento do estudante na pesquisa, ensino e extensão são fundamentais permite não apenas a adaptação e persistência acadêmica, mas também a concretização das aspirações profissionais e de vida desses indivíduos.

A Assistência Estudantil é um aspecto interno à Instituição essencial para a permanência de alunos em vulnerabilidade social, tanto por meio dos auxílios, como por meio de projetos vinculados aos referidos recursos. Já promoção de eventos/atividades culturais, desportivos e tecnológicos, bem como participação em projetos contribui para a

contextualização com a formação, integração e o sentimento de pertencimento do aluno com a instituição.

É fundamental que desenvolvam estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades desse grupo, oferecendo suporte acadêmico, psicossocial e recursos que facilitem sua adaptação e sucesso. Além disso, políticas públicas voltadas para os adultos devem considerar não apenas o acesso, mas também a qualidade e a relevância da formação oferecida, assegurando que esses estudantes não apenas ingressem, mas também concluam seus cursos com as competências necessárias para sua inserção e progressão no mercado de trabalho. Em síntese, a análise dos estudantes do ENCCEJA e da EJA no Campus Parauapebas revela a necessidade de uma abordagem educacional holística, que reconheça e valorize suas experiências e necessidades específicas, promovendo assim uma educação verdadeiramente inclusiva, no sentido de pertencimento escolar, apoio escolar e financeiros acessíveis.

Com o resultado do estudo chegamos à conclusão de que os alunos que estiveram não estiveram êxito escolar, principalmente, dos estudantes de baixa condição socioeconômica e em vulnerabilidade social, é preocupante, e do universo de 30, somente 4 tinham acesso ao auxílio estudantil, que garantiu a permanência e efetivou-se para conclusão do curso. Diante deste fato, abarcamos a necessidade de se repensar o tipo de política de assistência estudantil que vem sendo promovida no contexto da política social brasileira atual.

A permanência estudantil prometida por programas de assistência estudantil deve atuar na tentativa de melhoria das condições de ingresso e permanência dos estudantes. Contudo, este trabalho não se encerra em si mesmo, pelo contrário, abre possibilidades para futuras pesquisas sobre as políticas públicas voltadas ao ensino, público da Educação de Jovens e Adultos e do ENCCEJA, com condições socioeconômicas inferiores.

REFERÊNCIAS

AMPARO, M. A. M. **A infantilização do ensino na Educação de Jovens e Adultos: Uma análise no município de Presidente Prudente/SP.** Boletim GEPEP, ano 1, v. 1, n. 1, p. 49-62, dez. 2012.

ANAMI, K. T.; OLIVEIRA, F. P. Z. de. **Retrato Memória e História: A Transformação da Vida após EJA-EPT.** EJA em Debate, v. 10, n. 18, p. 71-84, 2021.

ANDRADE, L. V.; SILVA, R. M. F. **Sistema de cotas no ensino superior: uma análise sobre ingresso e evasão.** Revista Educação e Políticas em Debate, v. 10, n. 2, p. 955-969, mai./ago., 2004.

ANDRIGHETTO, M. J.; MARASCHIN, M. S.; FERREIRA, L. S. **Políticas de EJA EPT no Brasil: ascensão, estagnação e silenciamento.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 16, n. 3, p. 2179–2198, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16i3.13544.

ASTIN, A. **Envolvimento estudantil: uma teoria de desenvolvimento para o ensino superior.** Journal of College Student Development, v. 25, p. 297-308, 1984.

ARBACHE, A. P. **A Formação de educadores de pessoas jovens e adultos numa perspectiva multicultural crítica.** Rio de Janeiro: Papel Virtual Editora, 2001. Disponível em: http://forumeja.org.br/gt18/files/ARBACHE.pdf_1.pdf. Acesso: 27 janeiro. 2023.

ARROYO, M. G. **A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. Alfabetização e Cidadania,** v. 1, 2001.

ARROYO, M. G. **Formar educadores e educadoras de jovens e adultos.** In: SOARES, L.(Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos.** Belo Horizonte: Autêntica; Secad; MEC; Unesco, 2006.

BASTOS, P. A. B. **A Escola Técnica Federal do Pará e o Desenvolvimento do Ensino Industrial, 1909/87: um estudo histórico.** Belém: Gráfica Santo Antônio, 1988.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, K. S. M.; CRESCITELLI, M. F. de C. **O discurso sobre práticas democráticas em EAD.** 2007. Disponível em: https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:ADIL52yLCX8J:scholar.google.com/+O+Discurso+Sobre+Pr%C3%A1ticas+Democr%C3%A1ticas+em+EAD+release_7bymyj2vtzfxzbgxrzmwi3yay+by+Kazue+Saito,+Monteiro+De+Barros,+Mercedes+F%C3%A1tima,+Canha+Crescitelli&hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso em: 22 jan. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, [2016], 496p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996-12-20;9394>. Acesso em: 7 abril. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 10 jan. 2001. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 19 fev. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Portaria n.º 2.270, de 14 de agosto de 2002.** Institui o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA. Brasília, DF, 2002. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/legistacao/2002/portaria2270.pdf. Acesso em: 23 fev. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 35/2003, aprovado em 5 de novembro de 2003.** Aprova Projeto de Resolução que estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio. Brasília, DF, 2003. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_pceb3503.pdf?query=M%C3%89DIO. Acesso em: 19 março. 2024.

BRASIL. Ministério Educação. **Documento base: Educação Profissional Técnica De Nível Médio Integrada Ao Ensino Médio.** Brasília: MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 1 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e dá outras providências. Brasília, DF, 30 dez. 2008a. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2008-12-29;11892>. Acesso em: 18 março. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Concepção e Diretrizes.** Brasília: MEC, 2008b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/ifets_livreto.pdf. Acesso em: 19 março. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação.** Brasília: MED; INEP, 2009. 132 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/saeb_matriz.pdf. Acesso em: 23 março. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF, 20 jul. 2010a. Seção 1, p. 5. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7234-19-julho-2010-607316-norma-pe.html>. Acesso em: 19 março. 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: Concepções e Diretrizes.** Brasília: SETEC/MEC, 2010b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 jan. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 30 ago. 2012a. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2012-08-29;12711>. Acesso em: 23 jan.

2024.

BRASIL. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF, 2012b.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 19 março. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2014a.

Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 8 janeiro. 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica**. Brasília: SETEC/MEC, 2014b. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/publicacoes-gerais>. Acesso em: 19 janeiro. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF, 29 de dez. 2016. Seção 1, p. 3. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13409-28-dezembro-2016-784149-norma-pl.html>. Acesso em: 19 março. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional e Tecnológica: Série Histórica e Avanços Institucionais 2003-2016**. Brasília: MEC, 2016b. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=133961-relatorio-memorial-setec-2003-2016-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 de março. 2024.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 9, de 5 de maio de 2017**. Altera a Portaria Normativa MEC n 18, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria Normativa MEC n 21, de 5 de novembro de 2012, e dá outras providências. Brasília, DF, 8 mai. 2017. Seção 1, p. 29. Disponível em: <https://sisu.ufc.br/wp-content/uploads/2021/06/portaria-09-2017-mec.pdf>. Acesso em: 19 janeiro. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Rede Federal**. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial>. Acesso em: 30 março. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA)**. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja>. Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições da Rede Federal**. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 30 março. 2024.

BRASIL. Observatório EPT. **Estudo do Inep mostra impactos da pandemia na EPT**. 2023. Disponível em:

<https://observatorioept.org.br/acontece/estudo-do-inep-mostra-impactos-da-pandemia-na-ept#:~:text=Um%20deles%2C%20o%20estudo%20Impactos,de%20desocupa%C3%A7%C3%A3o%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira.> Acesso em: 24 agosto. 2023

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. A 3 anos do final da vigência, plano nacional de educação apresenta 45% das metas em retrocesso e sofre com falta de dados. **Campanha Nacional pelo direito à educação**, 22 jun. 2022. Disponível em: <https://campanha.org.br/noticias/2022/06/20/a-3-anos-do-final-da-vigencia-plano-nacional-de-educacao-apresenta-45-das-metas-em-retrocesso-e-sofre-com-falta-de-dados/>. Acesso em: 22 fevereiro. 2024.

CAMPOS, M. M. S. **Introdução à história da educação brasileira**. São Paulo: Editora Vozes, 1987.

CARMO, P. E. R.; RAMOS, F. A. **Contexto de aprendizagem construtiva em tecnologia de informação e Comunicação**. Brasil Escola, 2016. Disponível em: https://pt.cemle.com/post/contexto-de-aprendizagem-construtiva-em-tecnologia-de-informacao-e-comunicacao-pdf#google_vignette. Acesso em: 1 janeiro. 2024.

CARMO, G. T. (Ed.). **Sentidos da permanência na educação: o anúncio de uma construção coletiva**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2016.

CASTRO, M. H. G. de. **Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios**. São Paulo em Perspectiva, v. 23, n. 1, p. 5-19, 2009.

CATELLI JUNIOR, R.; GISI, B.; SERRÃO, L. F. S. **Enceja: cenário de disputas na EJA**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 94, p. 721-744, 2013.

CATELLI JUNIOR, R.; HADDAD, S.; RIBEIRO, V.M. (Orgs.). **A EJA em xeque: desafios das políticas de Educação de Jovens e Adultos no século XXI**. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2014.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos). **Relatório preliminar do Estudo sobre Evasão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: Avaliação estratégica de programas em educação no âmbito federal da EPT**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2023. 60 p. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/5814.pdf_Relat%C3%B3rio+preliminar+do+Estudo+sobre+Evas%C3%A3o+na+Rede+Federal+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+Profissional%2C+Cient%C3%ADfica+e+Tecnol%C3%B3gica.pdf/0d5ac687-442c-4186-9852-ccd9f7cd0da6?version=1.0. Acesso em: 1 abril. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Documento de área 2013. Brasília: CAPES, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/>. Acesso em: 20. maio. 2022.

CORDEIRO, K. M. A. **O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino**. 2020. Disponível em: <https://www.studocu.com/pt-br/document/universidade-da-amazonia/psicologia/o-impacto-da-pandemia-na-educacao-a-utilizacao-da-tecnologia-como-ferramenta-de-ensino/58878237>. Acesso em: 1 abril. 2024.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COSTA, D. V. da. **A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil: da Década de 1990 à Criação dos Institutos Federais de Educação.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6., 2020, Fortaleza. **Anais [...]** Fortaleza: Editora Realize, 2020. Disponível em:
https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA20_ID653_21022020120010.pdf. Acesso em: 18 abril. 2024.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil.** Cadernos Cedes, v. 21, p. 58-77, 2001.

DORIGONI, Gilza Maria L.; SILVA, João Carlos da. **Mídia e Educação: o uso das novas tecnologias no espaço escolar.** UNIOESTE, p. 2-3, 2008. Disponível em:
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1170-2.pdf>. Acesso em: 22 maio. 2024.

DUBUGRAS, M. T. B.; MAIA, L. M. B. de F. **Reflexões sobre a pandemia de COVID-19 na perspectiva da Saúde Única.** In: Reflexões sobre a pandemia de COVID-19 na perspectiva da Saúde Única. São Paulo: Instituto da Saúde, 2023. p. 364-364.

FERNANDES, A. P. C.; ISIDORIO, A. R.; MOREIRA, E. F.. **Ensino remoto em meio à pandemia do COVID-19: panorama do uso de tecnologias.** Anais CIET: Horizonte, 2020.

FERREIRA, C. O. **Encontro do Saber Escolar por Crianças e Jovens Institucionalizadas.** In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 5., 2016. Anais [...]. Porto: Universidade Lusófona do Porto, 2016. p. 238-245.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo. Editora UNES, 2000.

FRIEDRICH, M.; BENITE, A. M. C.; BENITE, C. R. M.; PEREIRA, V. S. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas.** Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, v. 18, p. 389-410, 2010.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Educação Básica no Brasil na Década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado.** Educação e Sociedade, v. 24, n.82, p. 93-130, 2003.

FONSECA, Celso S. **História do Ensino Industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: Tipografia da Escola Técnica Nacional, 1961. 2v

FONTANA, A. R. **Gestão escolar democrática: é possível?** 6. ed. Alto Uruguai: Revista de Educação do Ideau, 2011.

GALLINDO, E. **Análise Evasão RF.** 2018. Disponível em: <https://public.tableau.com/profile/ericagallindo>. Acesso em: 23 nov. 2022.

GARCIA, F.C. **Fatores de (não) permanência e êxito no Instituto Federal de Santa Catarina – câmpus Tubarão na voz de alunos concluintes e evadidos.** 2020. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2020.

GARCIA, P. S. **A Internet como nova mídia na educação.** 2002. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EAD/NOVAMIDIA.PDF. Acesso em: 1 abril. 2024.

GERSON, T. do C. **Sentidos da permanência na educação: o anúncio de uma construção coletiva.** Rio De Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUSMÃO, M. B. I. **Política e trabalho pedagógico da EJA EPT: olhares sobre o Curso Técnico em Cozinha do Instituto Federal Farroupilha Campus São Borja–RS.** 2020. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2020.

GUSMÃO, M. I.; DA SILVA, T. D.; MARASCHIN, M. S. **Desafios para a implementação das políticas de EJA EPT no Brasil: Realidade e distanciamentos.** 2019. Disponível em: <https://v-coluquio-ep.neocities.org/trabalhos/linha1/submissao19.pdf>. Acesso em: 22 maio. 2024.

HADDAD, F.; DI PIERRO, M. C. **Educação de jovens e adultos: o estado da arte.** Campinas: Autores Associados, 2000.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Brasileiro de 2018.** Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Brasileiro de 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/parauapebas/panorama>. Acesso em: 30 maio. 2024.

IFPA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará). **Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.** Belém: IFPA, 2009. 14 p. Disponível em: <https://www.ifpa.edu.br/documentos-institucionais/institucional/2009-4/157-estatuto-ultima-versao-do-mec-19-08-09/file>. Acesso em: 19 maio. 2024.

IFPA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará). **Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Meio Ambiente.** Parauapebas: IFPA. 2016a. 40 p.

IFPA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará). **Projeto Político Pedagógico - PPP do Campus Parauapebas 2016 - 2020**. Parauapebas: IFPA, 2016b. 152 p.

IFPA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará). **Projeto Pedagógico Institucional**. Belém: IFPA, 2017. Disponível em: <https://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/departamento-de-ensino-superior/3-politicas-e-normativas-institucionais/ppi-pdi-e-regulamento-didatico-pedagogico-do-ensino/1846-projeto-pedagogico-institucional-ppi-ifpa-2017/file>. Acesso em: 18 abril. 2024.

IFPA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará). **Planos de Gestão e Integração à Integridade**. Belém: IFPA, 2018. 76 p. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/integridade-publica/programa-de-integridade/planos-de-integridade/arquivos/ifpa-plano-de-integridade-v1.pdf>. Acesso em: 19 março. 2024.

IFPA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 – 2023**. Santarém: IPA, 2019. 32 p. Disponível em: https://santarem.ifpa.edu.br/images/PDFS/Doc_institucional/PDI-2019-2023-Campus-Santarm-.pdf. Acesso em: 23 março. 2024.

IFPA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará). **Histórico do IFPA**. IFPA, 28 jul. 2020a. Disponível em: <https://dpdi.ifpa.edu.br/o-que-e-rss/2-uncategorised/139-historico-do-ifpa>. Acesso em: 30 março. 2024.

IFPA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará). **Resolução nº 07/2020-CONSUP, de 08 de janeiro de 2020**. Regulamenta a concessão de auxílios da Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Belém, PA, 9 jan. 2020b. Disponível em: <https://belem.ifpa.edu.br/docpublic/2021/novembro-2/899-resolucao-consup-ifpa-08-2020/file#:~:text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20N%C2%B0%2008%2F2020,Ci%C3%AAncia%20e%20Tecnologia%20do%20Par%C3%A1>. Acesso em: 23 abril. 2024.

IFPA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará). **Relatório de Gestão 2021**. Parauapebas: IFPA, 2021. Disponível em: <https://parauapebas.ifpa.edu.br/images/RELATORIO-DE-GESTAO-2020-IFPA-PARAUAPEBAS.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2024.

IFPA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará). **Resolução IFPA/CONSUP - nº 708/2022, de 07 de julho de 2022**. Aprova a Política de Ações Afirmativas própria do IFPA, visando a reserva de vagas a públicos específicos em processo seletivo para ingresso nos cursos técnicos de nível médio e superiores de graduação, nas modalidades de ensino presencial e a distância. Belém, PA, 8 jul. 2022. Disponível em: <https://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/13-resolucoes-do-consup/resolucao-do-consup/2022-3/2232-resolucao-n-708-2022-consup-ifpa-politica-de-acoes-afirmativas-proprias-do-ifpa/file#:~:text=Aprova%20a%20Pol%C3%ADtica%20de%20A%C3%A7%C3%B5es%20Afirmativas%20pr%C3%B3pria%20do%20IFPA%2C%20visando,ensino%20presencial%20e%20a%20dist%C3%A2ncia>. Acesso em: 19 jan. 2024.

IFPA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará). **Resolução CONSUP/IFPA nº 847, de 24 de outubro de 2022**. Estabelece as diretrizes, princípios,

composição e atribuições do Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará /IFPA. Disponível em: <https://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/13-resolucoes-do-consup/resolucao-do-consup/2022-3/2315-resolucao-n-847-2022-consup-ifpa-estabelece-as-diretrizes-principios-composicao-e-atribuicoes-do-napnes-do-ifpa/file>

IFPA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará). **Relatório Final e Projeto de Extensão: Palestras sobre o descarte correto de medicamentos nas farmácias do Município de Parauapebas/PA**. Parauapebas: IFPA, 2023a.

IFPA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará). **Relatório Final e Projeto de Extensão: Projeto de horta suspensa integrada à Educação Infantil na E.M.E.I Mundo Infantil**. Parauapebas: IFPA, 2023b.

IFPA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará). **IFPA vai ter cinco novos campi**. IFPA, 12 mar. 2024. Disponível em: <https://ifpa.edu.br/component/content/article?id=2255#:~:text=No%20total%2C%20a%20Rede%20Federal,em%20todas%20as%20unidades%20existentes>. Acesso em: 15 de abril. 2024.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Resumo técnico: Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília: MEC/INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 19 março. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA RIO GRANDE DO SUL. EJA/EPT 2022. **IFF RS**, 2022. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/ensino/programas/eja-ept/>. Acesso em: 22 maio. 2024.

LIMA, E. G. dos S.; MALANGE, F. C. V.; BORGES, L. F. **Implicações do SiSU no processo de democratização do acesso a educação superior: o caso da Unemat**. Acta Scientiarum Education, v. 40, n. 1, 2018.

LIMA, L. C.; PACHECO, J. A. (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: Experiências, Desafios e Perspectivas**. Salvador: Editora da Universidade do Estado da Bahia, 2019.

LIMA, E. V; MUNIZ, M. C. S. **A educação profissional no Brasil e a criação dos Institutos: uma política em análise**. Academic Research, v. 5, n. 10, p. 7-21, 2019.

LIMA, W. G. **Política pública: discussão de conceitos**. Revista Interface (Porto Nacional), n. 5, 2012.

LOPES, N. **O que é o projeto político-pedagógico (PPP)**. Nova Escola, 1 dez. 2010. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/560/o-que-e-o-projeto-politico-pedagogico-ppp>. Acesso em: 18 maio. 2024.

MAGALHÃES, R. C. da S. **Pandemia de covid-19, ensino remoto e a potencialização das desigualdades educacionais**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 28, p. 1263-1267, 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas 2016.

MARTINS, J. L. **Política de Assistência Estudantil no Ensino Médio Integrado: Análise sob a ótica dos alunos do curso de Agropecuária no IFPI-Campus Oeiras.** 2020. 167 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Salgueiro, 2020.

MARTINS, P. **Desenvolvimento regional e ensino técnico no Brasil.** Revista de Estudos Econômicos, n. 51, v. 2, p. 205-220, 2020.

MARX, K. **Para a crítica da economia política.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MEDEIROS, S. A. **Programa Nacional de Assistência Estudantil na educação profissional e tecnológica: um estudo de caso no Instituto Federal Goiano Campus Morrinhos.** 2020. 135 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal Goiano, Morrinhos, GO, 2020.

MERRIAM, S.; CAFFARELLA, R.; BAUMGARTNER, L. **Learning in adulthood: a comprehensive guide.** 3. ed. San Francisco, Jossey-Bass, 2007.

MINAYO, M. C. S. **Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias.** Revista Pesquisa Qualitativa, v. 5, n. 7, p 01-12, 2017.

MOURA, D. H. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração.** Holos, v. 2, p. 4-30, 2007.

MOURA, T. M. M. **A Prática Pedagógica dos Alfabetizadores de Jovens e Adultos: Contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky.** Maceió: EDUFA, 1999.

MOURA, T. M. M. **Os alunos jovens e adultos que buscam a Educação de Jovens e Adultos: quem são e o que buscam na escola.** Alagoas: Mimeo, 2013.

MOTA, M. C. **Direito a Educação e sua garantia universal.** Politize, 14 abril. 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/direito-a-educacao/>. Acesso em: 18 maio. 2024.

NEVES, B. M. A. **Educação de Jovens e Adultos nos Institutos Federais.** EJA em Debate, p. 55-70, 2013.

OLIVEIRA, A. L.; SILVA, M. F. **O profissional de Educação Física e a responsabilidade legal que cerca: fundamentos para uma discussão.** 2013. Disponível em: https://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/comunicacao_oral/art4.pdf Acesso em: 1 abril. 2024.

PACHECO, E. M.; PEREIRA, L. A. C.; SOBRINHO, M. D. **Educação Profissional e Tecnológica: das Escolas de Aprendizizes Artífices aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** T&C Amazônia, v. 7, n. 16, p. 2-7, 2009.

PEREIRA, C. A. R.; GUIMARÃES, S. **A Educação Especial na formação de professores: um estudo sobre Cursos de Licenciatura em Pedagogia.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 25, p. 571-586, 2019.

PINHEIRO, F. F. do P. S.; AIRES, J. P. **Orientações para elaboração de produtos educacionais no mestrado profissional em ensino: exemplificando os tipos de produtos.** *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 16, n. 8, p. 12151-12168, 2023.

RAMOS, M. N. **Ensino integrado: lutas e resistências em tempos de históricos médios.** *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, v. 1, n.1, p. 27-49, 2017.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação.** São Paulo: UNISAL, 1998.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. **As avaliações de larga escala e suas contribuições ao processo ensino aprendizagem.** 2014. Disponível em: <https://www2.sed.sc.gov.br/documentos/censo-278/indicadores-educacionais/4593-avaliacao-em-larga-escala-e-suas-contribuicoes-ao-processo-de-ensino-e-aprendizagem>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SANTOS, A. L.; JACOBS, E. **Conheça a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) 2023.** Disponível em: <https://www.jacobsconsultoria.com.br/post/conhe%C3%A7a-a-educ%C3%A7%C3%A3o-profissional-e-tecnol%C3%B3gica-ept>. Acesso em: 1 maio. 2024.

SCARPINI, K. B. **A assistência estudantil e sua relevância para a permanência e formação integral do aluno: o custo-assistência na perspectiva dos seus sujeitos.** 2022. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A. de M. A. N.; BENEDICTIS, N. M. S. M. de. **Direito a Educação e a Legislação para o EJA: Sujeitos do Colégio Estadual Adelmário Pinheiro.** *In: COLÓQUIO NACIONAL, 13., COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 6., 2019, Vitória da Conquista. Anais [...] Vitória da Conquista: UESB, 2019.* Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/8736/8879>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SILVA, C. **Educação inclusiva: desafios e possibilidades.** São Paulo: Editora Vozes, 2017.

SOUSA, G. S. de; MENEZES, M. C. de. **Educação de Jovens e Adultos (EJA) em tempos de pandemia da covid-19: reflexões sobre o cenário exclusão e abandono.** *Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional*, v. 8, n. 12, 2021.

SOUZA, L. C. de. **Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil: uma análise das políticas públicas entre 1980 e 2005.** São Paulo: Editora Ação Educativa, 2007.

STRAYHORN, T. L. **Sentimento de pertencimento de estudantes universitários: uma chave para o sucesso educacional de todos os alunos.** New York: Routledge, 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, C. M. F. (Org.). **Evasão e Permanência na Educação de Jovens e Adultos.** Campinas: Autores Associados, 2010.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** AATR-BA, p. 1-11, 2002.

TINTO, V. **Dropout from higher education: A theoretical synthesis of recent research.** Review of Educational Research, v. 45, n. 1, p. 89-125, 1975.

TINTO, V. **Leaving college: Rethinking the causes and cures of student attrition.** Chicago: University of Chicago Press, 1983.

UNIVERSIDADE CAXIAS DO SUL. EJA 2022. **Blog UCS**, 2022. Disponível em: <https://ead.ucs.br/blog/eja#:~:text=A%20principal%20diferen%C3%A7a%20entre%20EJA,esses%20n%C3%ADveis%20de%20ensino%20b%C3%A1sico>. Acesso em: 23 jan. 2024.

VIANNA, H. M. **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, Prática e Proposta.** Petrópolis: Vozes, 2015.

VIEIRA, C. A.; FARIAS, I. R. **Educação de jovens e adultos no Brasil: histórias, políticas e perspectivas.** São Paulo: Editora Vozes, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de Caso – Planejamento e Métodos.** Tradução Daniel Grassi. 2. ed. Porte Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL



MANUAL DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: entendendo os auxílios





Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em
Rede Nacional (ProfEPT)

Instituto Federal de Goiás
Câmpus Anápolis

Produto Educacional:

Manual da Assistência Estudantil:
entendendo os auxílios

Organizadores:

Nara Gisele Duarte Silva

Waléria Batista da Silva Vaz Mendes

Material desenvolvido no site Canva: <https://www.canva.com>

Este manual NÃO substitui o edital, deve ser utilizado de forma complementar.

Anápolis - GO

2024



FICHA TÉCNICA



Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás IFG - Câmpus Anápolis

Mestrado Profissional em Educação Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

Coordenação Acadêmica do ProfEPT do IFG
Dr. Alessandro Silva de Oliveira

Produto Educacional resultante dos estudos produzidos na Dissertação de Mestrado Profissional, intitulada " **Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional e Tecnológica: Um estudo no Curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente do IFPA Campus Parauapebas - PA** ", elaborada por Nara Gisele Duarte Silva, sob orientação da Prof (a) Dr (a) Waléria Batista da Silva Vaz Mendes

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica

Título do Produto Educacional: **Manual da Assistência Estudantil: entendendo os auxílios**

Autoras do Produto Educacional: **Nara Gisele Duarte Silva e Waléria Batista da Silva Vaz Mendes**

Categoria do Produto Educacional: Material Textual

Modalidade do Produto Educacional: Manual

Projeto Gráfico: Guilherme Saraiva Silva

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
SOBRE AS AUTORAS	06
INFORMAÇÕES SOBRE O MANUAL	07
VÁ DIRETO AO PONTO	08
O QUE É A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL?	09
REQUISITOS PARA SOLICITAÇÃO	10
ATENDIMENTO SAE	12
FINALIDADE	13
OBJETIVOS	14
PÚBLICO ALVO	15
AUXÍLIOS OFERTADOS	16
AUXÍLIO PERMANÊNCIA	17
AUXÍLIO PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PCD	18
AUXÍLIO ENSINO - MONITORIA	20
AUXÍLIO PESQUISA	21
AUXÍLIO EXTENSÃO	22
AUXÍLIO PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	23
AUXÍLIO ALTERNÂNCIA	25
AUXÍLIO EVENTUAL	26
VOCÊ SABIA DO KIT DE PROMOÇÃO DA SAÚDE MENSTRUAL?	27
CURIOSIDADE: COMO O DINHEIRO VAI CAIR NA CONTA?	28
CANAIS DE DENÚNCIA	29
LINKS DO IFPA	30
DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS PARA LEITURA	31
REFERÊNCIAS	32

APRESENTAÇÃO



Olá estudante!
Seja bem vindo!



Este material, "Manual da Assistência Estudantil: entendendo os auxílios", foi desenvolvido como produto educacional do Mestrado Profissional, Científico e Tecnológico em Rede Nacional (ProfEPT), ofertado pelo Campus Anápolis do Instituto Federal de Goiás (IFG), a partir do resultado da pesquisa, "sujeitos da Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional e Tecnológica: Um estudo no Curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente do IFPA Campus Parauapebas - PA".

segundo Pinheiro e Aires (2023), o Produto Educacional no Mestrado Profissional é a materialização da própria pesquisa do mestrando, devolvida à realidade de origem do pesquisador, fruto de suas experiências, problematizações e inquietações do meio educacional ao qual pertence. Nessa perspectiva, este manual visa apresentar informações e orientações referentes aos auxílios da Assistência Estudantil ofertados pelo IFPA.

Esperamos que este manual contribua com informações de interesse sobre o Programa de Assistência Estudantil do campus, quanto ao recurso financeiro para sua trajetória e sucesso escolar.

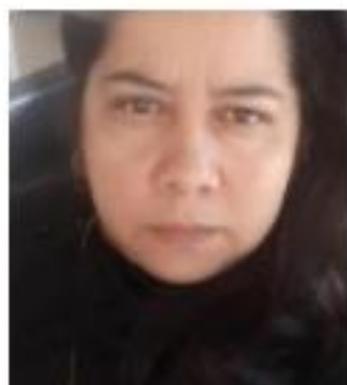
Nara Gisele Duarte Silva
Waléria Batista da Silva Vaz Mendes

SOBRE AS AUTORAS



<http://lattes.cnpq.br/3145858811723129>

Nara Gisele Duarte Silva possui Pós-graduação em Docência do Ensino Superior e EAD (FAEL) e Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva - Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). Graduação em Letras Português pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Engenharia Ambiental pela Universidade de Santo Amaro - UNISA e Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul. Atualmente é servidora técnica administrativa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), campus Parauapebas.



<http://lattes.cnpq.br/6517486234718510>

Waléria Batista da Silva Vaz Mendes possui Mestrado e Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/Goiás). É pesquisadora e professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) e atua também como Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Pesquisa, atuando principalmente nos seguintes temas: Surdez, Língua de sinais, Aspectos Linguísticos da Libras e da Língua Portuguesa, Educação Especial e Linguagens, Comunicação, Tecnologias Assistivas, Cultura, Fracasso escolar, Processos Educativos, Inclusão, Educação Bilíngue e Educação à Distância.



INFORMAÇÕES SOBRE O MANUAL

Este manual é apenas informativo e tem como objetivo apresentar a todos os estudantes ingressantes que tenham interesse em pleitear os auxílios disponibilizados no **EDITAL de seleção do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**.

Buscamos apresentar de forma simplificada, o conceito de assistência estudantil, o contexto em que ela está inserida e quais os benefícios previstos na Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal do Pará e como requerê-los, em caso de necessidade.

Nas próximas páginas, você encontrará um breve resumo de cada um dos benefícios existentes e **LINKS** importantes sobre os auxílios e passo a passo para solicitação.





É SÓ CLICAR !



[O QUE É O ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL? \(IVS\)](#)



[COMO SOLICITAR O IVS](#)



[TUTORIAL - COMO SOLICITAR O AUXÍLIO ESTUDANTIL- PASSO A PASSO](#)



[COMO SOLICITAR AUXÍLIO SAÚDE MENSTRUAL PASSO A PASSO](#)

[REALIZAR INSCRIÇÃO PELO SIGAA](#)

[MANUAL DO DISCENTE - COMO SOLICITAR O AUXÍLIO ESTUDANTIL - PASSO A PASSO EM PDF](#)





O QUE É A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL?



É o auxílio financeiro destinado aos estudantes de baixa ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica e tem como um dos objetivos ampliar as condições de permanência dos jovens na educação pública federal.

VEJA AS ÁREAS QUE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PODE ATUAR

- Moradia estudantil;
- Alimentação;
- Transporte;
- Atenção à saúde;
- Inclusão digital;
- Cultura;
- Esporte;
- Creche;
- Apoio pedagógico; e Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.



ATENÇÃO!

Os requisitos, bem como os métodos, benefícios e valores disponíveis, deverão ser verificados, conforme publicação de edital interno, em cada um dos Campi.





REQUISITOS PARA SOLICITAÇÃO



Estar regularmente matriculado em cursos presenciais nos níveis de educação do ensino técnico de nível médio, graduação e formação inicial e continuada (FIC) 160h;



Ter matrícula ativa no sistema SIGAA;



Estar em comprovada situação de vulnerabilidade social e IVS VÁLIDO;



Comprovar renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio vigente;



Frequência mensal igual ou superior a 75% (setenta e cinco);



Se inscrever na seleção, entregar as documentações necessárias, conforme descrito no Edital.



No Campus Parauapebas, as ações de assistência estudantil são conduzidas pelo SAE - Setor de Assistência Estudantil, que atende prioritariamente os estudantes que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica.



SAE | SETOR DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

-  E-mail: assistencia.parauapebas@ifpa.edu.br
-  Segunda a Sexta
-  09h às 12h e das 13h às 18h
-  Contato: (91) 3311 - 8737
-  PA 275, S/N, Bairro União, Parauapebas - PA



FINALIDADE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL



Proporcionar condições de permanência e êxito aos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com base no Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES

Cada Campi decide quando lançar os editais para bolsas dos auxílios estudantis!
Fique atento ao lançamento dos calendários!
As inscrições são realizadas através deste [link SIGAA](#)



OBJETIVOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL



- Contribuir para o acesso, permanência e êxito dos estudantes, prioritariamente àqueles em situação de vulnerabilidade social.
- Proporcionar aos estudantes permanência e êxito no percurso educacional, por meio de programas e projetos que reduzam os efeitos das desigualdades sociais e econômicas, favorecendo o aprendizado ao longo do percurso formativo.
- Proporcionar aos estudantes com necessidades educacionais específicas as condições necessárias para o seu desenvolvimento acadêmico, conforme legislação vigente.
- Contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, minimizando a retenção e evasão escolar.
- Promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando o desenvolvimento, criatividade, reflexão crítica, intercâmbio cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico.
- Proporcionar condições de igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas.



Os estudantes regularmente matriculados nos cursos ofertados pelo IFPA, de todos os níveis e modalidades de ensino, que comprovem situação de vulnerabilidade socioeconômica podem ter acesso a auxílios financeiros, e para isso, é preciso solicitar o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS).

O QUE É O IVS ?

É uma expressão quantitativa de análise composta de variáveis que caracterizam a situação de vulnerabilidade social do estudante, podendo ser solicitado por estudantes com renda per capita bruta de até um salário mínimo e meio, que comprometa a sua condição de permanência e êxito no curso.

ATENÇÃO!!!

O ALUNO QUE NÃO SE INSCREVER NO IVS OU QUE FOR INDEFERIDO FICARÁ IMPOSSIBILITADO DE SE INSCREVER EM OUTROS AUXÍLIOS.

O IVS É SOLICITADO ATRAVÉS DE UM EDITAL LANÇADO PELO CAMPUS, COM O OBJETIVO DE ANALISAR A CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL DO ESTUDANTE.

 [O QUE É O ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL \(IVS\)](#)



AUXÍLIOS OFERTADOS



Permanência;

Pessoa com Deficiência - PcD;

Assistência Ensino, Pesquisa e Extensão;

**Participação em eventos técnico-científicos,
esportivos e culturais; Eventual...**



PROCURE SABER NO SAE QUAIS AUXÍLIOS SÃO

OFERTADOS PELO SEU CAMPUS!



AUXÍLIO PERMANÊNCIA



É o auxílio financeiro a estudantes em comprovada situação de vulnerabilidade social, para ajudar com despesas de alimentação, transporte, moradia, atenção à saúde, creche e apoio pedagógico, visando à permanência e êxito no percurso formativo. Em editais anteriores, esse auxílio era denominado como “Auxílio Estudantil”.

QUEM PODE SE INSCREVER ?

Estudante do Campus, com IVS válido, regularmente matriculado no período letivo vigente em cursos presenciais nos níveis de: Ensino Técnico de Nível Médio (Integrado, Integrado EJA ou Subsequente), Graduação e Formação Inicial e Continuada (FIC) acima de 160h.

O ALUNO PODERÁ ACUMULAR COM OUTROS AUXÍLIOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL?

Sim. O auxílio permanência poderá ser acumulado com outro auxílio, ou bolsa da assistência estudantil.

O VALOR DO AUXÍLIO É DE R\$160,00 (CENTO E SESSENTA REAIS) (IFPA, 2024).



Aqui está o Manual do Discente em caso de dúvidas quanto ao procedimento para solicitação do auxílio.



AUXÍLIO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

PCD



É o apoio financeiro aos estudantes do IFPA que possuam algum tipo de deficiência, visando contribuir com as despesas de alimentação, transporte, moradia e material de apoio pedagógico, durante o tempo regular do curso, até a integralização curricular, ou seja, até sua conclusão.

A QUEM SE DESTINA ?

Aos estudantes com deficiência, regularmente matriculados em cursos técnicos de nível médio ou graduação do IFPA, que estejam comprovadamente em situação de vulnerabilidade social.

QUAIS OS CRITÉRIOS PARA RECEBIMENTO ?

- Estar regularmente matriculado no período letivo vigente;
- Possuir IVS válido;
- Ser considerada pessoa com deficiência;
- Comprovada situação de vulnerabilidade social;
- Estar vinculado (a) ao Módulo Necessidades Educacionais Especiais – NEE, no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA.

Aqui está o Manual do Discente em caso de dúvidas quanto ao procedimento para solicitação do auxílio.



... AUXÍLIO PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PCD



O VALOR DO AUXÍLIO É DE R\$ 192,00 (CENTO E NOVENTA E DOIS REAIS)
(IFPA, 2024).



IMPORTANTE !!!

A contar do recebimento do auxílio, o estudante deverá apresentar ao setor de assistência estudantil, semestralmente, Relatório Individual de Acompanhamento de Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas emitido pela equipe multiprofissional e interdisciplinar do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).



Aqui está o Manual do Discente em caso de dúvidas quanto ao procedimento para solicitação do auxílio.



AUXÍLIO ASSISTÊNCIA ENSINO - MONITORIA



É destinado a estudantes regularmente matriculados nos cursos superiores de graduação do IFPA, em situação de vulnerabilidade social para o caso de monitoria com bolsa.

Para se inscrever, é necessário, antes, que o professor submeta projetos de ensino nos termos de edital próprio.

**O VALOR DO AUXÍLIO É DE R\$ 400,00 (QUATROCENTOS REAIS)
(IFPA, 2024).**



Aqui está o Manual do Discente em caso de dúvidas quanto ao procedimento para solicitação do auxílio.



AUXÍLIO ASSISTÊNCIA PESQUISA



É o auxílio financeiro a estudantes que estejam comprovadamente em situação de vulnerabilidade social e objetiva incentivar a produção científica entre os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como, fomentar a participação destes em projetos de pesquisa da instituição.

**PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO OU TÉCNICO SUBSEQUENTE
VALOR DA BOLSA É DE R\$300,00 (TREZENTOS REAIS) E PARA OS DA
GRADUAÇÃO É DE 600,00 (SEISCENTOS REAIS)
(IFPA, 2024).**



IMPORTANTE !!!

OS AUXÍLIOS OFERTADOS SERÃO VINCULADOS AOS PROJETOS DE PESQUISA APROVADOS POR EDITAL, CABENDO AO ESTUDANTE SELECIONAR O PROJETO QUE PRETENDE CONCORRER PARA SUA VINCULAÇÃO.



Aqui está o Manual do Discente em caso de dúvidas quanto ao procedimento para solicitação do auxílio.



AUXÍLIO ASSISTÊNCIA EXTENSÃO



Corresponde à concessão de auxílio financeiro a estudantes que estejam comprovadamente em situação de vulnerabilidade social e objetiva incentivar a produção científica entre os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como fomentar a participação destes em projetos extensionistas da instituição.

O VALOR DA BOLSA PARA ESTUDANTES DO ENSINO TÉCNICO É DE R\$300,00 (TREZENTOS REAIS) E DO ENSINO SUPERIOR É DE 600,00 (SEISCENTOS REAIS) (IFPA, 2024).

Aqui está o Manual do Discente em caso de dúvidas quanto ao procedimento para solicitação do auxílio.



AUXÍLIO PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS...



É o auxílio concedido aos estudantes para participação em eventos técnico-científicos, esportivos e culturais, de âmbito Estadual, Nacional ou Internacional, visando estimular a ampliação do conhecimento, fomentar a produção acadêmica e a prática esportiva e cultural.

Será viabilizado mediante repasse financeiro para pagamento de inscrição (quando for o caso), despesa com deslocamento (transporte), alimentação e hospedagem.

QUEM PODE SOLICITAR O AUXÍLIO PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS, ESPORTIVOS E CULTURAIS?

Estudantes do Campus com matrícula regular no período letivo vigente em cursos técnicos de nível médio ou graduação do IFPA, que estejam comprovadamente em situação de vulnerabilidade social, tendo renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio.



... AUXÍLIO PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS



QUAL O VALOR DO BENEFÍCIO?

O valor do auxílio estudantil é estabelecido em edital.

IMPORTANTE !!!



O estudante poderá solicitar o auxílio para participação em eventos técnico científicos independente da apresentação de trabalho acadêmico, devendo haver, obrigatoriamente, a relação entre o evento e o curso do estudante, atestada pelo coordenador do curso.



Aqui está o Manual do Discente em caso de dúvidas quanto ao procedimento para solicitação do auxílio.



AUXÍLIO ALTERNÂNCIA



É o auxílio financeiro a estudantes em comprovada situação de vulnerabilidade social matriculados em cursos organizados em alternância pedagógica, conforme Resolução nº 081/2018/CONSUP, para auxiliar no custeio de despesas com o deslocamento tempo-escola e tempo-comunidade, creche, apoio pedagógico e atenção à saúde.

Aqui está o Manual do Discente em caso de dúvidas quanto ao procedimento para solicitação do auxílio.



O AUXÍLIO EVENTUAL



É o auxílio financeiro a estudantes em comprovada situação imprevisível, extrema e temporária de vulnerabilidade socioeconômica que impossibilite a permanência e o êxito no percurso acadêmico. É destinado aos estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais técnicos de nível médio e de graduação do IFPA.

As solicitações podem ser realizadas a qualquer tempo, a partir de requerimento próprio devidamente preenchido e assinado, mediante abertura de processo no Setor de Protocolo.

ATENÇÃO: Este auxílio não é ofertado por meio de Edital, o estudante deve procurar a assistência estudantil e/ou Serviço Social do campus para solicitação,



A assistente social, que realizará a análise de vulnerabilidade, definirá a quantidade de parcelas, considerando o orçamento previsto no Plano de Trabalho da Assistência Estudantil do campus.



Aqui está o Manual do Discente em caso de dúvidas quanto ao procedimento para solicitação do auxílio.





VOCÊ SABIA?



QUE AS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL PODEM SOLICITAR O KIT DE PROMOÇÃO DA SAÚDE MENSTRUAL ?

Sim, são fornecidos absorventes para garantir os direitos das pessoas que menstruam e que são discentes da Instituição.



IMPORTANTE !!!

CADA CAMPUS TERÁ UM CRONOGRAMA INTERNO DE EXECUÇÃO, DEFININDO PERÍODO DE DIVULGAÇÃO, INSCRIÇÕES, RESULTADOS E ENTREGA DOS KITS.

Aqui está o Manual do Discente em caso de dúvidas quanto ao procedimento para solicitação do auxílio.





COMO O DINHEIRO VAI CAIR NA CONTA?

OS ESTUDANTES CONTEMPLADOS COM OS AUXÍLIOS RECEBEM:

1. EM CONTA CORRENTE DE QUALQUER BANCO, DEVENDO OBRIGATORIAMENTE SER NOMINAL;

2. CONTA POUPANÇA,

CAIXA

APENAS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL;

3. MEDIANTE ORDEM DE PAGAMENTO COM O PRÓPRIO CPF,

APENAS NAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL.



Aqui está o Manual do Discente em caso de dúvidas quanto ao procedimento para solicitação do auxílio.





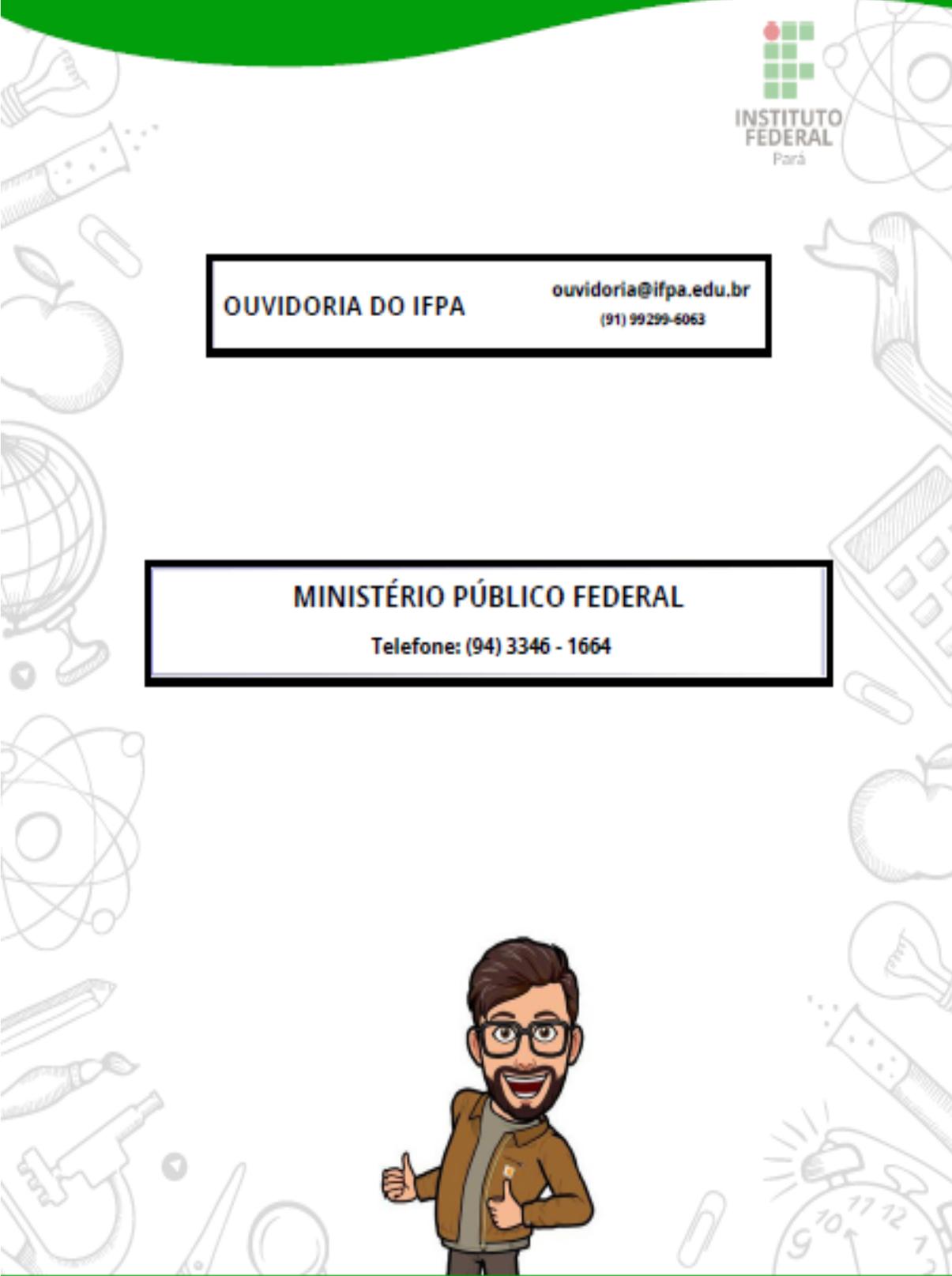
CANAIS DE DENÚNCIA



INSTITUTO
FEDERAL
Pará

OUVIDORIA DO IFPA ouvidoria@ifpa.edu.br
(91) 99299-6063

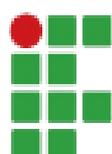
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Telefone: (94) 3346 - 1664



29

LINKS DO IFPA

<https://www.>



Portal IFPA: ifpa.edu.br



https://www.facebook.com/ifpaoficial/?locale=pt_BR

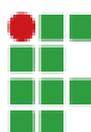


<https://www.instagram.com/ifpaoficial/>



<https://www.instagram.com/ifpaoficial/>

IFPA - Campus Parauapebas

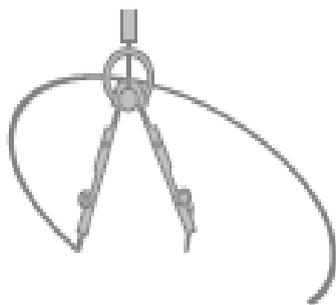


<https://parauapebas.ifpa.edu.br/>



https://www.instagram.com/ifpa_parauapebas/





DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS PARA LEITURA

- Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010. Dispões sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES;
- Guia de orientação aos estudantes para solicitação de IVS - Pró-Reitoria de Ensino – IFPA. 2023;
- Resolução CONSUP 207/2020-CONSUP de 08 de janeiro de 2020. Regulamenta a Política de Assistência Estudantil no IFPA;
- Resolução CONSUP 208/2020 de 08 de janeiro de 2020. Regulamenta a concessão de auxílios da Assistência Estudantil no IFPA;
- Resolução N° 120/2020-CONSUP de 27 de agosto de 2020. Estatuto do IFPA.



REFERÊNCIAS

AIRES, João Paulo; PINHEIRO, Fabiana Fatima do P. *Elaboração de produtos educacionais no mestrado profissional em ensino: exemplificando os tipos de produtos – 2023.*

BRASIL. Decreto Federal n.7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil -PNAES. Brasília: Palácio do Planalto, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 5 mai. 2022.

BRASIL. Resolução Nº 120/2020-CONSUP de 27 de agosto de 2020. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Do Pará – IFPA. Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. 2020. Disponível em: <https://ifpa.edu.br/documentos-institucionais/0000/docs-inst/5245-resolucao-n-120-2020-consup-ifpa-estatuto-ifpa-1/file>

BRASIL. Guia de orientação aos estudantes para solicitação de IVS - Pró-Reitoria de Ensino – IFPA. 2023 <https://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/assistencia-estudantil/2318-guia-de-orientacao-aos-estudantes-para-solicitacao-de-ivs-docx/file>

BRASIL. Resolução CONSUP 207/2020-CONSUP de 08 de janeiro de 2020. Regulamenta a Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. 2020 <https://proppg.ifpa.edu.br/normativas/2033-resolucao-n-07-2020-assistencia-estudantil/file>

BRASIL. Resolução CONSUP 208/2020 de 08 de janeiro de 2020. Regulamenta a concessão de auxílios da Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. 2020 <https://belem.ifpa.edu.br/docpublic/2021/novembro-2/899-resolucao-consup-ifpa-08-2020/file>

BRASIL. Instrução Normativa nº 02/2023/PROEN de 30 de março de 2023. Estabelece normas e procedimentos para concessão do Auxílio Pessoa com Deficiência (PcD) para estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. 2023 <https://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/instrucao-normativa/2023-1/2330-instrucao-normativa-n-02-2023-auxilio-pcd-2023/file>

BRASIL. Instrução Normativa nº03/2023-PROEN de 30 de março de 2023. Estabelece critérios e procedimentos para concessão do Auxílio Eventual para estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). 2023 <https://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/instrucao-normativa/2023-1/2331-instrucao-normativa-n-03-2023-auxilio-eventual-2023/file>

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instrução Normativa nº04/2023 - PROEN de 17 de abril de 2023. Estabelece critérios e procedimentos para concessão de Kit de Promoção da Saúde Menstrual a estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). 2023

<https://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/instrucao-normativa/2023-1/2332-instrucao-normativa-n-04-2023-saude-menstrual/file>

BRASIL. Instrução Normativa Nº 05/2023- PROEN, 28 de abril de 2023. Instrui critérios e procedimentos para concessão do Auxílio Alternância para cursos organizados em Alternância Pedagógica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). 2023

<https://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/instrucao-normativa/2023-1/2335-instrucao-normativa-n-05-2023-proen-auxilio-alternancia/file>

BRASIL. Instrução Normativa nº 04/2023/PROEN, de 20 de março de 2024. Estabelece critérios e procedimentos para concessão do Auxílio Eventual para estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). 2023

SCARPINI, Kamilla Berardinelli. A assistência estudantil e sua relevância para a permanência e formação integral do aluno : o custo-assistência na perspectiva dos seus sujeitos – 2022.

REFERÊNCIAS



IMAGENS:

Aplicativo Bitmoji

Canva

<https://www.canva.com/>

